

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Estadual de Ponta Grossa



Pauta Geral

Estudos em Jornalismo

Volume 10 | Número 2 | 2023

ISSN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
2023 | v. 10 | n. 2 | ISBN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

2023 | v. 10 | n. 2 | ISBN: 2318-857X

Pauta Geral
Estudos em Jornalismo

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Editor executivo

Marcelo Engel Bronosky

Editor adjunto

Hendryo André

Equipe assistente

Alana Domingues
Daniely Neverth
David Candido dos Santos
Luiza Zonotti

Revisão final

Hendryo André

Comissão científica

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo
da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, Brasil

Cintia Xavier
Felipe Simão Pontes
Graziela Bianchi
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
Hendryo André
Ivan Bomfim
Karina Janz Woitowicz
Marcelo Engel Bronosky
Paula Melani Rocha
Rafael Schoenherr
Sérgio Luiz Gadini

Conselho editorial

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes a reconhecidos
centros de pesquisa nacionais
e internacionais

Alberto Pena-Rodriguez, Universidade de Vigo, Espanha
Alfredo Vizeu, Universidade Federal do Pernambuco, Brasil
Aline do Amaral Garcia Strelow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Regina Barros Rêgo Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Anibal Orué Pozzo, Universidad Nacional del Este, Paraguai
António Costa Pinto, Universidade de Lisboa, Portugal
Antonio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Antonio Francisco Magnoni, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Antonio Holfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Ariane Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil
Boanerges Balbino Lopes Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Carlos Federico González Pérez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Christa Berger, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Claudia Quadros, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Cristina Mello, Universidade de Coimbra, Portugal
Denis Porto Renó, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Dione Oliveira Moura, Universidade de Brasília, Brasil
Edson Spenthof, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Eduardo Meditsch, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elias Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elizabeth Saad, Universidade de São Paulo, Brasil
Emerson Urizzi Cervi, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Gerson Martins, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Graça Caldas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Guilherme Carvalho, Centro Universitário Internacional, Brasil
Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jesus Flores, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Joana Belarmino, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Canavilhas, Universidade da Beira Interior, Portugal
João José Figueira, Universidade de Coimbra, Portugal
Jorge Pedro Sousa, Universidade do Porto, Portugal
José Manuel Gómez y Méndez, Universidad de Sevilla, Espanha
Josenildo Guerra, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Juliana Colussi Ribeiro, Universidad del Rosario, Colômbia
Juliano Maurício Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Julio Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy – Jujuy, Argentina
Karine Moura Vieira – Centro Universitário Internacional – Curitiba, Brasil
Kenia Beatriz Ferreira Maia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Leonel Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Lia da Fonseca Seixas, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Marcelo Brunet, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcus Antonio Assis Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Mario Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Miquel Rodrigo Alsina, Universitat Pompeu Fabra, Espanha
Mirma Tonus, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Muriel Emídio Pessoa do Amaral, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Netília Silva dos Anjos Seixas, Universidade Federal do Pará, Brasil
Paul Levinson, Fordham University, Estados Unidos
Ramón Salaverría, Universidad de Navarra, Espanha
Rogério Christofolletti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Sandra Regina Moura, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Sebastian Alaniz, Universidad Católica do Chile, Chile
Sergio Mattos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Silvio Waisbord, George Washington University, Estados Unidos
Suzana Barbosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tatiana Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Tomás José Jane, Escola Superior de Jornalismo, Moçambique
Victor Gentili, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

Revista Pauta Geral

Endereço

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Campus Central. Praça Santos Andrade, 01 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330

Contato

42 3220-3379
revistapautageral@gmail.com

<https://revistas.uepg.br/>

Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

Editorial	Na Pauta: desconstruir e reconstruir práticas Hendryo André e Marcelo Engel Bronosky	7
	Temas livres	
Artigos	Matrizes curriculares, laboratórios e TCCs: três dimensões do tensionamento entre teoria e prática no Ensino de Jornalismo <i>Luis Mauro Sá Martino</i>	13
	Reproducción social de las violencias y los miedos <i>María Teresa Suárez González e Juan Camilo Ruiz Salazar</i>	31
	Considerações teórico-metodológicas sobre memória e narrativa na pesquisa histórica dos "jornalistas do samba" <i>Matheus Lobo Pismel</i>	51
	A diversificação na carteira de pautas da FolhaInvest: Uma análise de textos sobre investimentos <i>Eduardo Ritter</i>	69
	Valores duradouros brasileiros: a predominância do privado sobre o público <i>Thais de Mendonça Jorge e Francisco Verri</i>	86
	A não observância da dimensão cidadã das crianças na cobertura de ataques a escolas <i>Isabel Colucci Coelho e Lynara Ojeda</i>	105
	Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia <i>Claudia Lago, Gean Gonçalves e Evelyn Kazan</i>	126

Entrevista	A construção de uma epistemologia afrocentrada e as contribuições aos estudos em jornalismo: o percurso de Dione Oliveira Moura, jornalista negra relatora de projeto pioneiro de ações afirmativas da UnB <i>Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz</i>	144
Resenhas	Detetive, antropólogo, arqueólogo: múltiplas funções em A arte da biografia <i>Felipe Adam</i>	166
	Impactos da Inteligência Artificial no jornalismo <i>Francilene de Oliveira Silva</i>	172

EDITORIAL

7

Na Pauta: Desconstruir e reconstruir práticas

É comum se ouvir a frase de não há necessidade de se inventar a roda todo dia. Todo construir é, nesse sentido, um fenômeno que contempla, dialeticamente, ações de desconstrução e reconstrução. E é na eterna construção de uma obra que jamais deve ser concluída que o conjunto de textos disponíveis nesta edição da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** chega aos leitores e leitoras.

Nessa linha de raciocínio, no artigo que abre a edição, *Matrizes curriculares, laboratórios e TCCs: três dimensões do tensionamento entre teoria e prática no Ensino de Jornalismo*, Luis Mauro Sá Martino enfatiza os tensionamentos concernentes à formação dos futuros profissionais no ano em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo completam uma década de existência. O trabalho identifica como o falso dilema entre teoria e prática perpassa a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo no país, como os veículos laboratoriais migram entre espaços de reprodução de práticas consolidadas no mercado e de experimentação e, finalmente, qual é o papel do famigerado Trabalho de Conclusão de Curso.

Na sequência, María Teresa Suárez González e Juan Camilo Ruiz Salazar, em *Reproducción social de las violencias y los miedos*, a partir da experiência colombiana — mas que partilha aspectos da realidade sócio-histórica com outros países latino-americanos —, avaliam o fenômeno da violência a partir das principais representações sociais na imprensa contra líderes sociais, artífices notórios quando se pensa em reconstruir. Um enquadramento eminentemente voltado para a construção do medo é, na visão dos autores, um desafio para a própria existência da política enquanto espaço para o enfrentamento aos principais problemas coletivos.

Essa mesma imprensa que muitas vezes auxilia na corrosão democrática é também aquela que ajuda a constituir a cultura. Em *Considerações teórico-metodológicas sobre memória e narrativa na pesquisa histórica dos “jornalistas do samba”*, Matheus Lobo Pismel, partindo de uma discussão sobre narrativa e memória entre as décadas de 1930 e 1970, demonstra esse princípio ao explorar as implicações dos papéis de jornalistas e intelectuais como mediadores culturais proeminentes para a legitimação do samba enquanto gênero basilar da música brasileira.

Adiante, no artigo *A diversificação na carteira de pautas da FolhaInvest: uma análise de textos sobre investimentos*, Eduardo Ritter volta as atenções para o que é pautado no caderno de investimentos publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Um dos principais resultados do texto — de que há certa diversidade nos assuntos levados ao público quando o assunto é investimento — é contrastado com a dificuldade de incorporar um público com pré-disposição a investir, mas pouco ligado ao tema, algo que é contrabalanceado por algumas colunas e reportagens sobre comportamento.

Com o olhar direcionado para a *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, Thais de Mendonça Jorge e Francisco Verri, no artigo *Valores duradouros brasileiros: a predominância do privado sobre o público*, até certo ponto explanam como a pandemia, período no qual houve certo enaltecimento ao Sistema Único de Saúde no Brasil por parte da imprensa corporativa, foi um período de exceção. Em uma interessante recuperação do conceito de *valores duradouros* do sociólogo Herbert J. Gans — que os diferencia dos *valores tópicos*, aqueles fatores de noticiabilidade mais temporais e localizados —, o texto demonstra o quanto os dois jornais priorizam uma supremacia da perspectiva privada sobre o público.

Os dois últimos artigos da edição estão na esteira do dossiê *Jornalismo e Decolonialidade*¹, publicado no primeiro semestre. Em *A não observância da dimensão cidadã das crianças na cobertura de ataques a escolas*, as pesquisadoras Isabel Colucci Coelho e Lynara Ojeda problematizam a questão das representações da infância a partir de uma análise de conteúdo da cobertura do portal G1 ao ataque a uma creche no estado de Santa Catarina que resultou na morte de quatro crianças. Segundo as autoras, a reprodução de algumas lógicas da modernidade geram certo descompasso entre valores profissionais do jornalismo e sua ação cotidiana — o que exigiria reflexões para renovar processos e práticas jornalísticas.

Por fim, Claudia Lago, Gean Gonçalves e Evelyn Kazan assinam o texto *Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia*. Nele, analisam textos de uma iniciativa de jornalismo existente na periferia de São Paulo que procura proporcionar visibilidade a pautas e a grupos que costumam, de acordo com a investigação, ser socialmente marginalizados pela imprensa de referência. Questões de gênero e de raça atravessam os temas noticiados no site, criado em 2014. Segundo o estudo, o espaço veicula materiais embasados em depoimentos de moradoras da periferia e em suas vivências, como também artigos que relatam e divulgam eventos na periferia, a partir de olhares contextualizados.

Este *paper*, em especial, foi posto imediatamente antes da entrevista desta edição com Dione Oliveira Moura, jornalista negra e relatora do projeto pioneiro de ações afirmativas na Universidade de Brasília (UnB), em 2003. Na instigante conversa com as pesquisadoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz, responsáveis pelo grupo de pesquisa *Jornalismo e Gênero* no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a entrevistada, além de relatar algumas de suas contribuições para os estudos de jornalismo, aborda os desafios para a construção de uma epistemologia afrocentrada.

Por fim, duas resenhas. O pesquisador Felipe Adam avalia a obra *A arte da biografia*, de Lira Neto. Publicada pela Companhia das Letras, o autor, sem cair nas amarras de um manual, busca demonstrar, a partir de sua experiência de mais de dez livros escritos, quais os desafios para a escrita do gênero biografia. Já Francilene de Oliveira Silva olha para a obra *La inteligencia artificial en el periodismo. Mapping de*

¹ Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/issue/view/898>.

conceptos, casos y recomendaciones, organizada pelo pesquisador Santiago Tejedor. Publicada pela Editorial UOC, a obra é fruto de uma pesquisa desenvolvida nos últimos dois anos sobre os impactos que a inteligência artificial apresenta ao jornalismo.

A equipe editorial da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** reforça que está aberta a chamada para o dossiê *O lugar do paradigma jornalístico no campo científico: debates epistemológicos*, organizado pelos pesquisadores Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky, previsto para ser publicado na primeira edição de 2024. Além disso, o periódico permanece aberto para receber propostas de dossiês temáticos para o segundo semestre e, claro, artigos, resenhas, entrevistas e relatos de experiência em fluxo contínuo.

Próximo ao encerramento de mais um ano de conquistas acadêmicas, esta equipe editorial expressa gratidão aos leitores e leitoras. Que as festas de fim de ano sejam repletas de alegria, harmonia e inspiração e que o próximo ano traga ainda mais descobertas e realizações. Boas festas e um próspero 2024!

E, claro, ótima leitura e até a próxima edição.

Ponta Grossa, 23 de dezembro de 2023.

Hendryo André e Marcelo Engel Bronosky

ARTIGOS

Matrizes curriculares, laboratórios e TCCs: três dimensões do tensionamento entre teoria e prática no Ensino de Jornalismo¹

Luis Mauro Sá Martino²

Resumo

As tensões entre teoria e prática se apresentam como um ponto central das discussões sobre o ensino de graduação em Jornalismo no Brasil, desde seu início em meados do século XXI. No cotidiano das salas de aula, isso se apresenta na forma de discussões sobre as relações entre academia e mercado, formação técnica e humanística ou quais habilidades são necessárias para uma futura ou futuro jornalista. Este texto, a partir de pesquisa bibliográfica secundada pela participação nessas discussões, problematiza o modo como esses tensionamentos se apresentam em três momentos: (1) na escolha das disciplinas e sua distribuição ao longo do curso; (2) na concepção das atividades de veículos laboratoriais e (3) na definição de formatos, temas e avaliações de Trabalhos de Conclusão de Curso. Esses pontos são discutidos a partir da perspectiva da formação de futuras e futuros jornalistas.

Palavras-chave: Ensino de Jornalismo. Teoria. Jornais-Laboratório. TCC. Comunicação.

13

Curricula, labs and final monographs: three dimensions of theory vs practice debate in Journalism teaching

Abstract

Debates on journalism courses in Brazil have been a recurring issue early days of its undergraduate teaching, by the middle of the 20th century. This paper outlines of some aspects of this debate in Journalism courses, focusing on three practical aspects concerning the definition of what is important for future journalists to know. The paper focuses on three elements: (1) the choice of disciplines and its distribution throughout the course; (2) the place of journalism laboratories and (3) the role of the final monographs. These points are discussed from the didactic-pedagogical perspective of training future journalists.

Keywords: Teaching of Journalism. Theory. Newspapers-Laboratory. TCC. Communication.

¹ Este trabalho é parcialmente baseado em dados de pesquisa realizada com auxílio do CNPq – Processo 311528/2019-8 e dados iniciais de pesquisa referente ao Processo 305133/2022-5. O autor agradece aos comentários dos pareceres pela contribuição ao texto.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade Cásper Líbero. Professor-visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: Lmsamartino@gmail.com.

Introdução

No ano em que se completa o décimo aniversário da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2013, definindo a autonomia do curso de Jornalismo em relação à Área de Comunicação, os espaços universitários de ensino e da formação se encontram em um cenário diferente daquele momento. Dentre outros fatores, nota-se o adensamento de uma lógica neoliberal, por vezes erigida em política de Estado, responsável por um cenário de precarização do trabalho com reflexos diretos na prática jornalística; a consolidação das plataformas e redes sociais como lugar de produção, circulação e consumo de informações, acompanhada de um progressivo discurso de deslegitimação do jornalismo, pontuado por ataques a profissionais. Pode-se somar a isso os impactos da pandemia de Covid-19, particularmente sobre o número de estudantes em cursos de Jornalismo.

Os problemas relacionados ao Ensino Superior de Jornalismo parecem estar em pauta desde a criação dos primeiros cursos, nos anos 1940, passando pela transformação em Comunicação Social nos anos 1960 e pelo retorno às diretrizes curriculares independentes em 2013 (Dias, 2012; Aguiar, 2013; Daher; Porto, 2017; Mota, 2020). Harrison (2007) e Moura (2016) indicam, em contextos diferentes, problemas referentes ao ensino, sobretudo “tensões: modelo humanista X tecnicista; saber X fazer; teoria X prática; graduação X pós-graduação” (Moura, 2016, p. 4), a partir das quais este texto se desenvolve.

A pluralidade de fóruns para debater o assunto permite entrever a dimensão da discussão. Destaque-se, a título de exemplo, a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej), responsável pela edição de um periódico sobre o tema, a Revista Brasileira do Ensino de Jornalismo (Rebej) do Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo. Há toda uma literatura sobre a formação em jornalismo, seja na discussão de fundamentos, seja em textos voltados para a prática (Marcondes Filho, 2007; Leal; Antunes; Vaz, 2014; Fenaj, 2014; Leal, 2018).

Dentre esses tensionamentos, destaca-se o problema das relações entre teoria e prática, das quais podem ser derivadas outras — o debate entre formação acadêmica e técnica, entre demandas de mercado e formação de um olhar crítico, entre responsabilidade ética, social e política e lógicas econômicas de produção (Tondato, 2010; Hime, 2013; Gomes; Calado, 2018).

O dualismo teoria *versus* prática parece ser uma das tensões mais recorrentes no ensino de Jornalismo no país. Por muitos anos, as pesquisas e discussões da área ora apontavam para a necessidade de uma formação mais alicerçada em bases teóricas, ora para um maior investimento em experimentações práticas (Martins, 2012, p. 88).

Esses debates têm o potencial de informar a tomada de decisão a respeito do que milhares de jovens terão em suas aulas de jornalismo. Vale, portanto, observá-los na medida em que se entrelaçam com as práticas de professoras e professores na sala de aula, no diálogo com alunas e alunos. O caráter epistemológico assumido por esse tipo de discussão encontra sua materialidade no momento em que as tomadas de decisão sobre disciplinas, atividades e conteúdos se transforma em (1) Projetos Pedagógicos, Planos de Ensino e de Aula, (2) Práticas laboratoriais e de extensão e (3) Trabalhos de Conclusão de Curso.

Neste texto, trabalham-se algumas derivações das tensões entre teoria e prática tal como se apresentam nessas instâncias, tal como se busca sintetizar no Quadro 01:

Quadro 01: Derivações das relações entre teoria e prática nos cursos de Jornalismo

Dimensão	Teoria	Prática
Matrizes curriculares	Disciplinas Teóricas Núcleo Comum Formação humanística Docente “acadêmico”	Disciplinas Práticas Matérias específicas Formação técnica Docente “de redação”
TCC	Monografia Capacidade de pesquisa Tema de “Comunicação”	Projeto Experimental Capacidade profissional Proposta “jornalística”
Jornal-Laboratório	Definições e planejamento autônomos “Academia”	Reprodução de práticas consagradas “Mercado”

Fonte: elaborado pela autoria do trabalho a partir de Lima (1983; 2001), Moura (2016)

É necessário atentar para o risco de compreender o diagnóstico como endosso ou proposta: se a visualidade do quadro permite definir alguns aspectos da questão, seria precipitado transformá-lo em perspectiva engessada. Igualmente, apesar da existência de toda uma construção discursiva no sentido de articular teoria e prática, a recorrência da discussão sugere a persistência do problema, próximo do debate sobre uma recorrente “crise” no jornalismo, como apontado por Leal, Jácome e Manna (2014, p. 146).

Enquanto instância primeira de formação de um *habitus* jornalístico, entendido no sentido proposto por Bourdieu (1998) e desenvolvido, entre outros, por Barros e Martino

(2003), o curso universitário é o espaço de aquisição não apenas de teorias e técnicas, mas de toda uma concepção sobre o que é ser jornalista na incorporação de práticas, ações, gostos e percepções vinculadas à entrada e posicionamento dentro de um campo. Em termos críticos, a possibilidade de elaboração de uma atitude questionadora e autorreflexiva. Como lembra Aguiar (2013, p. 165), é importante “discutir a formação em jornalismo a partir da contextualização do processo de profissionalização do jornalista — ou seja, a constituição de uma cultura profissional”.

Como sintetizam Faccin e Ferreira (2014, p. 200):

a trajetória do ensino da Comunicação Social, no Brasil, soma pouco mais de seis décadas e é marcada pela constante discussão sobre os conflitos entre a teoria e a prática profissional. E mais, entre um projeto pedagógico que privilegia a formação técnica jornalística e aquele que põe ênfase nas teorias e fenômenos mais gerais da Comunicação Social.

No âmbito metodológico, este texto se apoia sobretudo em pistas que variam em termos de seu grau de sistematização.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica referente ao ensino de Jornalismo, priorizando produções que lidam com os tensionamentos entre teoria e prática. Procurou-se, sem pretensão à exaustividade, trabalhar com autoras e autores dedicados à discussão desses problemas, levando em consideração os momentos de transformação das diretrizes de ensino ocorridas em vários momentos, seja agregando ou separando o Jornalismo da área de Comunicação. Por isso, são trazidos tanto textos anteriores quanto posteriores às Diretrizes de 2013, considerando que a temática — as tensões entre teoria e prática — não se esgotaram a partir dessa mudança.

Em sua face mais institucional e visível, trata-se de observar uma produção acadêmica materializada na forma de livros, apresentações em eventos ou artigos em periódicos especializados. Neste último caso, foram tomados como fonte, conforme o caso, textos publicados em quatro revistas acadêmicas, distribuídas geográfica e cronologicamente — *Intercom*, *Comunicação & Informação*, *Logos* e *Famecos*. Essa amostra, sem pretensão de abrangência e ligada a um projeto de pesquisa mais amplo, está presente aqui na medida em que se situa como índice da materialidade de uma discussão. Por razões de espaço, os textos não foram citados nominalmente.

Em termos menos formais, mas, talvez por isso mesmo, igualmente instigantes, há os debates não documentados, discursos informais e trocas originárias das práticas de

ensino, frestas por onde se pode encontrar pistas de questões e problemáticas mais amplas — o micro, recorda Goffman (2014), não deixa de revelar aspectos do macro.

Uma nota sobre este ponto. Se há alguma possibilidade de fala, deve-se à observação de questionamentos em circulação na Área ao longo de mais de 20 anos de atividade docente e à participação em planejamentos curriculares. É como participante do jogo, em uma observação comprometida e reflexiva, que se propõem questões. A vista aqui é a da sala de aula e das vivências acadêmicas.

O problema disciplinar e a definição dos saberes no curso

O que uma futura ou futuro jornalista precisa saber? Essa questão, por ampla que seja, parece estar na base da elaboração de matrizes curriculares. Quais disciplinas podem contribuir para a formação profissional? Deve-se restringir o debate ao pensamento voltado para a preparação de alunas e alunos para o mercado de trabalho, ou vale igualmente tratar de uma formação mais ampla? O que seria isso, aliás?

Ao mesmo tempo, vale considerar a interferência de lógicas externas: o ensino de jornalismo se organiza dentro de uma intersecção desigual entre o campo universitário e o campo jornalístico, cada um regido por lógicas próprias, definições, valores e perspectivas específicas dentro de um modelo econômico.

Se existe uma concepção de ensino universitário no qual a ideia de cidadania precede outras, voltado para um pensamento crítico, há também uma concepção voltada para instrumentalização de indivíduos para a atuação em um mercado no qual a formação pode se reduzir à aplicabilidade imediata de um saber dado, objetivados às vezes, na sala de aula, em discursos questionadores, mas não necessariamente críticos (“para quê estou aprendendo isso?”; “para que serve isso?”).

Lima (1983) já indicava uma “crise de identidade” dos então cursos de Comunicação que parece ter se ramificado também para os de Jornalismo, tal como identificam Newsom (1985), Burns (2014) ou Remler, Dhaisen e Gabor (2017): enquanto prática profissional, parece haver certo consenso sobre a necessidade de uma formação específica, incluindo as questões técnicas; como prática social, há uma demanda de matérias voltadas para a atividade crítica, apoiada no repertório das Humanas.

A prática sugere a existência de potenciais e riscos em relação a esses dois aspectos.

De um lado, o destaque para a formação prática e profissional ecoa a possibilidade de destacar as dimensões técnicas — e tecnológicas — da profissão. Nessa concepção, uma boa formação seria aquela voltada para o mercado profissional, sublinhando o aspecto das técnicas, formatos e atividades jornalísticas.

Por outro lado, a ênfase na formação humanística contempla a possibilidade de transformação do curso de Jornalismo em um curso generalista de Ciências Humanas, com o entrecruzamento — ou, mais sério, justaposição — de disciplinas que nem sempre se alinham na perspectiva de uma formação dialógica.

Do ponto de vista da apreciação de alunas e alunos, a partir do que se pode conhecer, há questões referentes aos dois modelos: em um caso, por ser muito técnico, às vezes no limite do tecnicismo, e não incentivar uma formação humanística, crítica e dialógica; de outro, a falta de prática (a “mão na massa”) deixaria uma lacuna em termos profissionais, criando problemas para a entrada em um mercado altamente competitivo.

Isso demanda olhar brevemente para as especificidades de cada modelo.

Quais disciplinas teóricas contribuem para a formação de futuras e futuros jornalistas? Ao que tudo indica, não existe consenso em relação aos critérios de inclusão/exclusão de matérias. Por que, a título de exemplo, se traria um semestre de Sociologia ou Psicologia, mas não de Antropologia ou Ciência Política? Deve haver uma disciplina específica de Semiótica ou ela estaria incluída em Teorias da Comunicação? Aliás, como essa disciplina se articularia com Teorias do Jornalismo? Vale acrescentar a pluralidade de nomenclaturas que, por vezes, uma mesma disciplina pode assumir.

Outro ponto nesse tópico é o direcionamento das disciplinas teóricas em relação ao curso. Se é um pouco mais intuitivo que, digamos, Teoria do Jornalismo dialoga com o núcleo da formação curricular, essa articulação não é igualmente intuitiva para disciplinas como Antropologia ou Sociologia, para trazer apenas dois exemplos.

Seria o caso de procurar um direcionamento específico (em termos, digamos, de “Sociologia do Jornalismo” ou “Antropologia do Jornalismo”)? O nome poderia soar estranho, e a confecção dos conteúdos pedagógicos talvez esbarrasse em problemas teóricos e epistemológicos.

No âmbito das disciplinas práticas há problemas semelhantes. É possível notar ao menos duas matrizes de sua organização curricular: uma pautada nos gêneros jornalísticos (notícia, reportagem, crônica e artigo, entre outros), outra voltada para a plataforma de mídia (impresso, radiojornalismo, jornalismo em plataformas e assim por

diante). Há, nas matrizes curriculares, diversas combinações possíveis entre elas, e é possível elencar algumas de suas características.

Em relação ao primeiro caso, nota-se uma discussão recorrente a respeito do que caracteriza um gênero jornalístico. Embora possa existir algo de intuitivo em relação a isso, a questão convoca aspectos práticos: considerando a pertinência da divisão de gêneros, qual é o espaço, em uma matriz curricular, a ser alocado para cada um deles?

Quanto tempo deve ser dedicado, digamos, ao aprendizado teórico e prático do gênero “notícia” em relação à “reportagem”? Deve haver alguma formação separada para “crônica” e “artigo”? O questionamento se endereça ao sentido que pode ser atribuído a essas divisões, em seus aspectos contemporâneos, bem como ao seu lugar no curso.

Uma segunda disposição de matrizes, a partir dos suportes, pode ser objeto de questionamentos no ambiente midiático contemporâneo. Uma pergunta inicial, acompanhando Castañeda, Murphy e Hether (2005), Dowling e Haman (2017) e Khotari e Hickerson (2020), é sobre a pertinência de se falar em “telejornalismo” ou “radiojornalismo” em um ambiente de progressivo trânsito de linguagens e formatos entre plataformas; ao mesmo tempo, é possível argumentar, com igual força, a respeito da especificidade de cada formato, mesmo quando transpostos ou adaptados para outros suportes; mantendo o exemplo, “telejornalismo” ou “radiojornalismo” não dependeriam exclusivamente do meio original, mas conservariam uma especificidade para além da tecnologia, voltado para um tipo de tratamento da informação jornalística.

Há também um problema referente às diferentes temporalidades que orientam o mercado de plataformas e o ambiente universitário. No limite, uma orientação voltada para a mídia poderia implicar a formação técnica para ferramentas ou plataformas específicas, e cada nova rede social ou aplicativo significaria uma defasagem para o curso — ou uma dependência em relação ao instrumental (por exemplo, “jornalismo na plataforma x” ou “jornalismo no aplicativo y”).

Se a definição das disciplinas é um ponto crítico na proposta de um curso de Jornalismo, sua distribuição nas matrizes curriculares parece ocupar um espaço à parte em termos das relações entre teoria e prática.

Durante o período de vigência da ideia de um curso de Comunicação, entre 1969 e 2013, o compartilhamento de espaços com as então habilitações — Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e TV, entre outras — levou algumas faculdades a instituírem um ciclo básico ou comum nos dois primeiros anos, concentrando as

disciplinas teóricas. Apenas a partir daí alunas e alunos seguiam em seus cursos específicos — as matérias práticas ficavam necessariamente nos semestres finais, eventualmente acompanhadas de alguma disciplina teórica específica, como “Ética e Legislação Profissional” ou na participação em órgãos laboratoriais.

Esse modelo acentuava a divisão entre teoria e prática pelo fato das disciplinas desse ciclo serem cursadas por alunas e alunos de todas as habilitações. Isso dificultava, na prática de sala de aula, a construção de pontes entre os aspectos teóricos e práticos.

Como alternativa a esse tipo de distribuição há a possibilidade de trazer, em todos os semestres, ambos os tipos de disciplina. Isso permite a construção de pontes entre teoria e prática no decurso de um mesmo semestre, bem como um contato direto com a profissão desde os semestres iniciais. No entanto, onde localizar disciplinas “teóricas” em relação com as “práticas”? Uma disciplina como Teoria da Comunicação deveria preceder, acompanhar ou suceder, digamos, Sociologia, Filosofia ou Introdução ao Jornalismo? Esse tipo de divisão demanda um exercício de sintonia fina interdisciplinar no sentido de provocar diálogos críticos, mas sem sobreposição entre eles.

Uma das estratégias para o encaminhamento de resoluções para esse tipo de questionamento é a existência, nos próprios cursos, de espaços voltados para a prática, os veículos laboratoriais. No entanto, eles também não parecem escapar às ressonâncias das questões disciplinares entre teoria e prática, como se indica a seguir.

Laboratórios e disciplinas laboratoriais

A existência de veículos laboratoriais, em um momento passado, era um dos primeiros contatos entre estudantes e a “prática”, espaço privilegiado no qual seria possível, talvez pela primeira vez, experimentar as rotinas de produção jornalística sob a supervisão de uma professora ou professor (Lopes, 1998; Dias, 2011; Martins, 2012; Anunciação, 2013; Castela; Beloni, 2015). No entanto, apesar de parecerem, à primeira vista, a instância “prática”, eles apresentam questões relacionadas ao problema indicado neste texto.

O trabalho pioneiro de Lopes (1989) se destaca, entre outros aspectos, por situar a questão do laboratório na vivência universitária das então habilitações em jornalismo sem restringi-lo ao espaço acadêmico, reforçando seus vínculos com o contexto social. Um aspecto inicial pode ser a própria definição de “veículo laboratorial”. O nome consagrado

pelo uso era “jornal-laboratório”, versão universitária da prática. Pode-se seguir a definição de Castela e Beloni (2015, p. 56) enquanto “meio de treinar os acadêmicos para a realidade das redações jornalísticas”.

Martins (2012, p. 88) destaca o jornal-laboratório como espaço de intermediação não apenas entre teoria e prática, mas também entre as demandas acadêmicas e as perspectivas de mercado, espaço de possibilidades para a experimentação e criatividade, mas dentro do rigor do jornalismo. A ideia de um laboratório partia do princípio de que a inexistência de um estágio obrigatório, decidida pelas Diretrizes Curriculares de 1984, criava um vácuo entre teoria e prática no ensino de Jornalismo. Ausentes as atividades fora da universidade, era necessário um espaço para a execução dos trabalhos jornalísticos, permitindo a alunas e alunos um contato direto com aspectos da profissão.

No momento de formulação dessas indicações, o contexto midiático e social diferia consideravelmente do atual. Tratava-se de um ambiente pré-internet, no qual o modelo dominante era o da “comunicação de massa”. A distinção entre os polos da produção e da recepção era considerável. Mesmo os estudos sobre a postura ativa dos receptores concordavam que a possibilidade de agir no mesmo patamar da produção era mínima. As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 encontram um cenário diferente. O ambiente midiático desse momento contempla uma sociedade em midiatização, na qual as fronteiras entre os polos da produção e da recepção estão modificadas (Trivinho, 2001; Jenkins, 2006; Martino, 2014).

No cenário atual, para estudantes de jornalismo, a possibilidade de criar seu próprio conteúdo não depende do acesso a um veículo universitário, mas está ao alcance da utilização de plataformas de redes sociais. Evidentemente não se está argumentando que esse conteúdo seria “jornalístico”, embora possa ter algum grau de proximidade com ele; trata-se de indicar uma transformação na maneira como alunas e alunos de jornalismo se inseriam no ambiente midiático no que tange à possibilidade de produzir conteúdo.

Isso leva a um questionamento: o que significa uma produção laboratorial em um cenário no qual alunas e alunos já chegam no ensino superior como “produtores de conteúdo” na linguagem das mídias digitais?

Existe uma considerável bibliografia referente às transformações no ensino de jornalismo no ambiente das mídias digitais, e um recenseamento estaria fora do âmbito deste texto — remete-se à discussão de Anunciação (2013, p. 26). Apesar das

divergências de abordagens e propostas, parecia existir naquele momento um consenso, mantido até hoje, sobre a necessidade de repensar o lugar dos jornais-laboratórios dentro de uma realidade na qual as diferenças entre mídias são reorganizadas pelo desenvolvimento das plataformas e linguagem digitais demanda uma revisão dos modelos jornalísticos.

Veículos laboratoriais, no contexto midiático contemporâneo, não parecem se destacar por serem o primeiro contato com as mídias, mas com as condições de prática do trabalho jornalístico, as características de suas linguagens, a produção de um capital simbólico voltado para o mercado (ilustrar o “portfólio” ou “currículo” na busca de emprego) tanto mais forte quanto maior for essa participação.

Desse modo, não se trata mais de apresentar “a mídia” ou “o jornalismo”, uma vez que alunas e alunos de jornalismo já estão familiarizados com esse tipo de universo, mas de considerar o jornal-laboratório como espaço de conhecimento crítico das práticas jornalísticas, bem como de suas possibilidades de experimentação.

Outra questão diz respeito à diferenciação, quando existe, entre “Jornal-Laboratório” como uma produção do curso, e “disciplinas laboratoriais”, não necessariamente sinônimo das “disciplinas práticas”. O jornal-laboratório não precisa, necessariamente, fazer parte das disciplinas elencadas nas matrizes curriculares. Trata-se de pensar os laboratórios como atividade-fim, voltados para algo além do exercício universitário, mas também sem ser pautado apenas pela participação interessada — estratégica? — em algum tipo de benefício futuro.

Pode-se pensar o lugar político e social do jornal-laboratório enquanto produção relativamente autônoma e vinculada a um espaço crítico, a universidade — e, por isso, distante de questões e demandas econômicas geralmente existentes em outras instâncias. Qual é o compromisso social de um jornal-laboratório? Enquanto produção universitária, de que maneira ele dialoga com a realidade ao seu redor?

A vinculação com uma realidade social mais ampla não deixa de encontrar seus reflexos na própria materialidade que acompanha as práticas de produção laboratorial. No campo acadêmico, espaços laboratoriais costumam ser objeto tanto de validação e legitimidade de cursos, quando dotados de material de ponta, quanto de incontáveis problemas práticos — material ultrapassado, equipamentos com defeito ou inoperantes, sucateamento das instalações, ausência de pessoal técnico especializado para colaborar com alunas e alunos e assim por diante.

Nota-se, nesse aspecto, a interferência das condições socioeconômicas de cada curso, bem como o lugar social de seu corpo discente, nas possibilidades de desenvolvimento das práticas laboratoriais: com a evidente exceção dos centros de excelência, quais são, efetivamente, as condições de elaboração de um produto laboratorial em Jornalismo? A possibilidade de “fazer com o próprio celular”, se existe, não parece resolver o problema prático no sentido de que a preparação para um mercado de trabalho estaria mais próxima, ou mais adequada, quanto maior a relação com as situações práticas a serem observadas.

Outro momento no curso no qual esse tipo de tensionamento é colocado à plena observação é nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Isso leva ao próximo item.

Trabalhos de Conclusão de Curso/Projetos Experimentais

Um dos pontos merecedores de atenção nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo de 2013 foram os trabalhos finais de graduação, sobretudo pela necessidade de, a um só tempo, encontrar parâmetros comuns para sua realização e respeitar as especificidades institucionais, regionais e sociais. Esse tipo de atividade pode ser encontrado em cursos de diversas áreas, e tem, entre suas finalidades, mostrar a capacidade de alunas e alunos de articular os aprendizados do curso, em seu todo, na realização de algo de maior fôlego, seja uma monografia, seja um trabalho prático.

Apesar das definições e regulamentações das DCNs de 2013, parecem subsistir certas dúvidas a respeito da nomenclatura: sem serem exatamente sinônimos, “Trabalho de Conclusão de Curso” e “Projeto Experimental” parecem ser usados de maneira próxima. Há, no entanto, especificidades a serem observadas, sobretudo em termos da natureza da atividade designada por cada nome.

Acompanhando Faccin e Ferreira (2014), Projetos Experimentais são definidos por um parecer do MEC em 1984, definindo-o, segundo os autores, como “sinônimo”, na prática, do Trabalho de Conclusão de Curso. As duas nomenclaturas, acrescidas por vezes dos elementos específicos de cada faculdade (“Trabalho Final de Graduação”, “Trabalho de Graduação Integrado”, “Trabalho de Graduação Interdisciplinar”), parecem ter um uso intercambiável tanto na bibliografia sobre o tema quanto na prática das salas de aula.

Ao que parece, isso abre uma possibilidade de interpretação a respeito do que pode, ou deve, constituir esse tipo de trabalho, bem como sua vinculação com o Jornalismo. Como recorda Tondato (2010), em artigo anterior às DCNs de 2013, a existência de Projetos Experimentais em Comunicação criava questões de ordem prática para definir sua natureza enquanto parte de um curso “de Comunicação” em relação às habilitações específicas.

A partir das DCNs, a finalização curso de Jornalismo implica a elaboração de um trabalho voltado para essa Área. Neste ponto pode-se observar alguma tensão entre os diferentes nomes: enquanto um Trabalho de Conclusão de Curso abre brechas para a realização de algo mais amplo, incluindo uma monografia, a ideia de Projeto Experimental remete a algo prático, espaço para a criatividade no jornalismo.

Uma tensão adicional surge em relação à definição de fronteiras: os trabalhos deveriam se concentrar em uma única modalidade — digamos, “rádio” ou “digital” — ou, tendo em vista a pluralidade de plataformas, linguagens e materialidades no tratamento da informação contemporânea, seria possível entender que todo trabalho é, por definição, multiplataforma? No caso das monografias, o trabalho final de curso deveria, exclusivamente, se pautar em temas jornalísticos? Ou haveria espaço para temas mais amplos de mídia e comunicação?

Há uma considerável variedade de formatos relacionados aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de Jornalismo mas, em geral, é possível observar algumas características comuns. Trata-se da elaboração de um produto jornalístico que demonstre a habilidade de uma pessoa ou grupo na prática, desde a formulação de temas e pautas até a edição final. Em algumas faculdades, esse trabalho prático deve vir acompanhado de um estudo acadêmico a respeito do tema; há cursos nos quais o TCC pode assumir a forma de uma monografia, sem a necessidade de elaboração de um trabalho prático.

O grau de exigência de um TCC igualmente varia de acordo com o curso, mas espera-se, em geral, que o trabalho se aproxime de uma atividade profissional, ainda levando-se em consideração o fato de se tratar de um projeto universitário.

No primeiro caso, observa-se que a duração oscila entre um e dois semestres no final do curso. Em algumas universidades há um primeiro semestre dedicado à “teoria”, que pode ser desde a realização de um levantamento bibliográfico até a elaboração de um artigo acadêmico sobre o tema, e a outro à “prática”, criação de um produto

profissional voltado para o assunto. Outra modalidade é a elaboração de um projeto prático ao longo dos dois semestres, sem necessariamente uma parte teórica ou acadêmica.

A questão da proximidade com produtos de mercado traz em si uma outra discussão: em que medida um TCC deve se pautar pelas demandas do mercado profissional? Trata-se de seguir modelos já consagrados pelas práticas e sucessos comerciais ou, antes, há espaço para a experimentação e busca de alternativas na medida em que se trata de uma produção universitária? Dito de outra maneira, o quanto um TCC deve ser “profissional” a partir dos cânones do mercado? Essa pergunta se refere sobretudo à busca de uma dimensão mais crítica e/ou mais pragmática na prática jornalística.

Há ainda uma questão relativa ao formato. Em alguns cursos, espera-se que alunas e alunos realizem trabalhos menores, em vários formatos — contemplando, digamos, a escrita de um livro-reportagem, produção de uma reportagem multimídia e elaboração de uma produção para rádio ou televisão. Outros cursos, no entanto, optam pela definição de um único formato a ser seguido ao longo de toda a elaboração do TCC.

No folclore dos corredores universitários, poucas coisas assustam mais as futuras e futuros jornalistas do que a hora de “fazer o TCC” e, principalmente, “apresentar na banca”, diretriz de avaliação oficializada nas DCNs de 2013. As DCNs indicam a composição de uma banca de avaliação composta por docentes internos e externos à instituição de ensino onde o trabalho é realizado, bem como por profissionais.

O que se avalia, efetivamente, em um TCC? No caso de Projetos Experimentais, qual é a proximidade esperada entre o material produzido no âmbito universitário e o mercado profissional? Deve-se esperar uma imitação deste último ou, por se tratar de um produto universitário, para a busca de outros modos de fazer jornalismo?

Esse ponto talvez esteja no centro das concepções negativas sobre o TCC existentes nas conversas de corredor de alunas e alunos: o momento de “apresentar na banca”, espaço ritual de consagração de quatro anos de estudos e atividades. Como indica Martino (2020), bancas de avaliação se constituem como um ponto de ritual e performance situado em diversos momentos da vida acadêmica, do TCC ao Doutorado e à Livre-Docência, voltado para a confrontação entre um aspirante a um grau ou nível superior e seus ocupantes. Rito de passagem e instituição, a banca de avaliação é revestida de toda uma expectativa referente à seriedade e validade de seus

procedimentos, reforçada pela performatividade cerimonial que acompanha cada um de seus momentos, da chegada das avaliadoras e avaliadores até o anúncio do resultado.

Ao que tudo indica, no entanto, pouco se fala dos critérios de avaliação, bem como da perspectiva de compreender a banca como um momento formador e avaliativo, não de punição ou humilhação pública — se isso acontece, talvez exista uma necessidade discutir a condição de quem avalia nesse espaço (Martino, 2018).

A pluralidade de textos apresentando perguntas, bem como propostas de ação, sugerem a vitalidade de uma discussão na Área (Rocha, 1998; Mattos, 2004; Tondato, 2010; Faccin; Ferreira, 2014). Ao mesmo tempo, vale questionar se essa permanência não seria indício de um número ainda relativamente baixo de encaminhamentos — e, no entanto, ao final do último semestre, o TCC deve estar pronto para ser avaliado.

Considerações finais

Restaria, a título de considerações finais, um questionamento: quem são as professoras e professores de Jornalismo, responsáveis, em última instância, pelo acionamento e participação nos tensionamentos indicados ao longo do texto? São elas e eles, nós, que, no cotidiano, ministram disciplinas, supervisionam veículos laboratoriais e orientam Trabalhos de Conclusão de Curso. Essa temática, por sua dimensão, não caberia aqui, mas valem algumas indicações a esse respeito.

Seria possível questionar se não reside nesse ponto alguns aspectos centrais da discussão entre teoria e prática na formação de jornalistas, na medida em que a constituição dos quadros universitários muitas vezes divide o curso entre docentes “acadêmicos”, para as disciplinas “teóricas”, e “profissionais”, para as “práticas”.

Alunas e alunos teriam, de um lado, aulas com docentes formados na prática de pesquisa, com experiência pedagógica e, é lícito esperar, aporte didático; faltaria, aqui, a “pegada jornalística” ou a “prática de redação”; de outro, profissionais que, vindos do mercado, trariam as experiências mais atuais, a “realidade” ou o “dia a dia” das redações, mas a quem faltaria a perspectiva formativa e didático-pedagógica — no limite, transformaria a aula em uma série de depoimentos ou casos ilustrativos de um cotidiano vivido, mas nem sempre analisado criticamente (Rodrigues, 2007; Meditsch, 2007; Wharton-Michael, 2009; Bruck, 2011). Ferreira (2012, p. 163) menciona um panorama no qual professoras e professores de jornalismo têm “como formação inicial a habilitação em

bacharelado, desconhecendo, muitas vezes, os quesitos pedagógicos de professor”. Algo semelhante é indicado por Ferreira e Oliveira (2020, p. 1).

Nota-se a recorrência de perguntas periodicamente abandonadas e retomadas, em um retorno a questionamentos que requerem uma constante atenção em termos de sua repercussão nas práticas formativas do jornalismo. Talvez existam razões de ser que, exatamente por sua permanência em pauta, indiquem a necessidade de discussões contínuas — o ensino de Jornalismo existe articulado com as dinâmicas sociais, e a volta às perguntas fundamentais pode contribuir, ainda que de longe, para a compreensão dessas relações.

Referências

AGUIAR, L. As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo. **Alceu**, v. 14, n. 27, p. 162-175, jul./dez. 2013.

ANUNCIACÃO, C. P. **Jornal-laboratório no contexto da convergência**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BAPTISTA, M. L. C. Disciplinas teóricas: de entulho de currículo a campo de desejo e autopoiese. In: **Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 2 a 6 de setembro de 2003, UFMG.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Ed. 70, 2021.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRUCK, M. S. Jornalistas e teorias: conciliação possível? **InTexto**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 16-32, dez. 2011.

CASTAÑEDA, L.; MURPHY, S.; HETHER, H. J. Teaching print, broadcast and online journalism. **Journalism and Mass Communication Education**, set. 2005, pp. 57-63.

CASTELA, G. S.; BELONI, W. Jornal-laboratório: multiletramento e hipertextualidade. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo (Rebej)**, Florianópolis, v. 5, n. 16, jan.-jun. 2015, pp. 51-66.

DAHER, N. S. D.; PORTO JUNIOR, F. G. R. Jornalismo no Brasil: notas sobre as competências formativas a partir das novas diretrizes curriculares. **Revista Aturá**, v. 1, n. 1, 2017, pp. 1-19.

DIAS, R. Comunicador social ou jornalista? **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2012, pp. 1-12.

DIAS, S. G. **Outrolhar sobre o ensino de jornalismo**. Viçosa: UFV, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação - Jornalismo).

DOWLING, D.; HAMAN, J. New horizons for teaching journalism history: a multimedia approach. **American Journalism**, v. 34, n. 3, 2017, pp. 353-362.

FACCIN, Milton J.; FERREIRA, Soraya V. Entre nós: desafios da implantação dos TCC's como síntese dos seis eixos previstos pelas DCNs. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo (Rebej)**, Florianópolis, v. 4, n. 15, jul.-dez. 2014, pp. 198-214.

FELINTO, E. Patologias no sistema da comunicação: ou o que fazer quando seu objeto desaparece. In: FERREIRA, G.; MARTINO, L. C. **Teorias da Comunicação**. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

FENAJ. **Formação superior em jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2002.

FERREIRA, J. C. B. A concepção da pedagogia universitária nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo (Rebej)**, Florianópolis, v. 1, n. 10, jun.-dez. 2012, pp. 163-171.

FERREIRA, M. S.; OLIVEIRA, T. S. Práticas do professor jornalista. In: 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. São Paulo: **Anais...** ECA-USP, 2020.

GOMES, M. B.; CALLADO, A. Da teoria à prática: relato discente sobre a prática docente. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo (Rebej)**, Florianópolis, v. 8, n. 22, jan.-jun. 2018, pp. 163-177.

HARRISON, J. Critical foundations and directions for the teaching of news journalism. **Journalism Practice**, v. 1, n. 2, 2007, pp. 175-191.

HIME, G. V. V. C. Reflexões sobre o ensino de Teoria do Jornalismo. In: 18º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (Intercom Sudeste). Bauru: **Anais...** Unesp, 2013.

KELLEY, B. Teaching Journalism. **Communication Research Trends**, v. 26, n. 2, 2007, pp. 1-24.

KOTHARI, A.; HICKERSON, A. Challenges for journalism education in the era of automation. **Media Practice and Education**, v. 21, n. 3, 2020, pp. 212-228.

LEAL, B.; ANTUNES, E.; VAZ, P. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEAL, B.; JÁCOME, P.; MANNA, N. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma, o que ela esquece. **Libero**, v. 17, n. 34, jul.-dez. 2014, pp. 145-154.

LEAL, B. **Formação em Jornalismo**: da Prospecção dos Acontecimentos à Edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

LOPES, D. F. **Jornal laboratório**. São Paulo: Summus, 1989.

MARCONDES FILHO, C. **Ser jornalista**. São Paulo: Paulus, 2007.

MARTINO, L. M. S. O Sentido da teoria na pesquisa em comunicação: três questionamentos a partir da prática acadêmica. **Revista FAMECOS**, v. 28, n. 1, p. e39211, 2021

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINO, L. C. **Escritos de Epistemologia da Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

MARTINO, L. C. **Teorias da comunicação**: muitas ou poucas? Cotia: Ateliê, 2007.

MARTINS, R. B. F. O jornal-laboratório como exercício da prática e teoria na formação superior em Jornalismo. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, pp. 84-94.

MATTOS, M. A. O saber comunicacional e os projetos experimentais no ensino de Comunicação Social da PUC-MG. 27º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Porto Alegre: **Anais...** UFRGS, 2004.

MEDITSCH, E. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 1, abr./jul. 2007, p. 41-62.

MOTA, F. M. O trabalho docente na perspectiva das novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. In: 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. São Paulo: **Anais...** ECA-USP, 2020.

MOURA, C. P. Ensino de jornalismo: referências para a formação acadêmica. **Sessões do Imaginário**, v. 1, n. 36, 2016, pp. 3-16.

NEWSOM, D. A. Journalism/Mass Communication as an academic discipline. **Journalism Educator**, Outono de 1985, pp. 23-44.

PAVAN, R.; ARAÚJO, G. S. L. Uma reflexão acerca da formação laboratorial em rádio e a perspectiva das novas DCNs para Jornalismo. **Série-Estudos**, v. 24, n. 52, set/dez. 2019, pp. 217-230.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2011.

REIMÃO, S. Teoria ou Teorias da Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 17., 1994, Piracicaba. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 1994. p. 146-170.

REMLER, D.; WAISANEN, D. J.; GABOR, A. Academic journalism: a modest proposal. **Journalism Studies**, v. 15, n. 4, 2014, pp. 357-373.

RODRIGUES, R. B. **A formação humanística no curso de jornalismo**: das intenções às práticas. Campinas: PUC-Campinas, 2007. (Mestrado em Educação).

TÁRCIA, L.; MARINHO, S. P. Desafios e novas formas de ensino de jornalismo em tempo de convergência de mídias. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, 2008, pp. 31-56.

TONDATO, M. P. Projetos experimentais, projetos integrados e agências experimentais. **Comunicação & Educação**, v. 15, n. 2, Mai./Ago. 2010, pp. 115-125.

TRIVINHO, E. **O mal-estar na teoria**. São Paulo: Hacker, 2001.

WHARTON-MICHAEL, P. Academic vs. Professional Education: Epistemology and Journalism Educator's Academic Work. In: **International Communication Association**, 2009, pp. 1-36.

Submissão: 18 de mai. 2023

Aceite: 1 de nov. 2023.

Reproducción social de las violencias y los miedos

María Teresa Suárez González¹
Juan Camilo Ruiz Salazar²

Resumen

Este escrito se centra en un acercamiento a la comprensión de algunas de las maneras en que se amplifica el miedo social, desde la idea de amenaza y restricción de las libertades de algunos cuerpos, en discursos noticiosos. La investigación cuya parte de los resultados de la primera fase, presentamos en este escrito, buscó indagar por las representaciones sociales que la prensa colombiana construye en relación con las violencias homicidas hacia los líderes sociales en 2018. Partimos de comprender que en la estructura de los corpus abordados, la ausencia de actores, la idea del fantasma y la explicación orgánica del fenómeno violento homicida, potencian la construcción de significaciones que guardan relación con la construcción cultural y social del miedo y que es reproducida en diversos discursos sociales, también, lo cual da cuenta de la insuficiente comprensión del fenómeno violento hacia las luchas sociales en Colombia, encarnadas en sus líderes asesinados.

Palabras-clave: Líderes sociales. Miedo social. Representaciones sociales.

Reprodução social da violência e do medo

Resumo

Este artigo se concentra em uma abordagem para compreender algumas das formas pelas quais o medo social é amplificado, a partir da ideia de ameaça e cerceamento das liberdades de alguns corpos nos discursos jornalísticos. A investigação, cujos resultados preliminares são apresentados neste escrito, buscou investigar as representações sociais que a imprensa colombiana constrói em relação à violência homicida contra líderes sociais em 2018. Partimos do entendimento de que na estrutura dos corpos abordados, a ausência de atores, a ideia do fantasma e a explicação orgânica do fenômeno violento homicida promovem a construção de significados que se relacionam com a construção cultural e social do medo e que se reproduz também em vários discursos sociais, o que explica a insuficiente compreensão do fenômeno violento para as lutas sociais na Colômbia, consubstanciado em seus líderes assassinados.

Palavras-chave: Líderes sociais. Medo social. Representações sociais.

¹ Doctora en Lenguaje y Cultura, Magistra en Lingüística, Comunicadora Social-Periodista. Profesora de la Corporación Universitaria Minuto de Dios-UNIMINUTO, Colombia. E-mail: mariateresasuaresgonzalez@gmail.com.

² Doctor en Comunicación de la Universidad de La Plata, Magíster en Ciencias de la Comunicación de la Universidad de La Frontera, Sociólogo de la Universidad Santo Tomás. Profesor de la Facultad de Comunicaciones y Filología Universidad de Antioquia, Colombia. E-mail: juaruizsalazar@gmail.com.

Social reproduction of violence and fear

Abstract

This paper focuses on understanding some of the ways which social fear is amplified, from the idea of threatening and restricting the freedoms of the bodies, in news discourses. The research is part of the results of a large investigation, in this writing we present, the social representations construct by the Colombian press in relation to homicidal violence against social leaders in 2018. We start from understanding that in the structure of the corpora addressed, the absence of actors, the idea of the ghost and the organic explanation of the homicidal violent phenomenon, enhance the construction of meanings that are related to the social construction of fear, and that is reproduced in various social discourses, also, which accounts for the insufficient understanding of the violent phenomenon towards social struggles in Colombia, embodied in their murdered leaders.

Keywords: Social leaders. Social fear. Social representations.

Introdução

*“Aunque mi vida no sea aniquilada en la guerra, algo de ella queda destruido en el momento en que desaparecen otras vidas y otros procesos vitales”
(Judith Butler)*

Este epígrafe de Judith Butler (2017) inspira, en buena medida, los renglones que siguen, acerca de las representaciones de los asesinatos de líderes y lideresas en la prensa colombiana en 2018, quizá porque como lo expresa la autora, las vidas que se aniquilan, terminan siendo también una condición de la existencia propia que a veces nos excede, sobre todo en los marcos de violencias homicidas distintas hacia otros que encarnan luchas particulares y a las propias que a veces son invisibles, por su condición de estabilidad social.

La frase de inicio nos lleva a pensar en las luchas, en la vida misma que pasa por el cuerpo y en las emociones como un aspecto que cada día cobra más vigencia en los estudios sociales. Estos “paisajes del pensamiento” como denomina Nussbaum (2017) a las emociones emergen en distintos momentos y situaciones y determinan las maneras como nos desenvolvemos en el mundo cotidiano, con implicaciones diversas.

Una de estas emociones es el miedo, cuyo origen es biológico y natural a los seres vivos puesto que permite su supervivencia. Pero también existen unos detonadores del orden social (Reguillo, 2000) y cultural (Ahmed, 2015) que inciden en su construcción, desde la externalidad de los sujetos.

El miedo, desde los estudios sociales, ha sido considerado uno de los síntomas del mundo contemporáneo, quizá porque este nos da cuenta de los grados de incertidumbre en los que nos movemos en la cotidianidad (Bauman, 2010; Bauman; Donskis, 2019) y que a veces nos desborda o, simplemente, no somos conscientes, precisamente por su reproducción social y cultural. Las implicaciones políticas de esta emoción guardan relación con lo político como dimensión de la condición humana, que se construye en la posibilidad de acción y de “estar juntos”, es decir en el reconocimiento de la diversidad, como forma de coexistencia (Arendt, 2011, 2019).

El miedo social y cultural está anclado a la idea de libertad, es decir, a la posibilidad de movimiento de los cuerpos dentro de determinados espectros. Precisamente, en sus reflexiones sobre la cultura política de las emociones y la construcción del miedo, Sara

Ahmed (2015) relaciona la idea de movilidad de los cuerpos con la construcción de libertades, dentro de las restricciones del modelo neoliberal. Desde esta perspectiva, el miedo se construye a partir de la regularización de movimiento de unos cuerpos (los amenazados) y la capacidad de agenciamiento de otros (quienes amenazan).

Esta reflexión puede complejizarse, también, desde los estudios del lenguaje y su relación con la cultura (Bruner, 1990) y en las negociaciones de significados que se dan en las narrativas y los procesos de interpretación, puesto que los significados se comparten en la cultura. De ahí que no puedan reducirse al ámbito privado, puesto que están mediados por las experiencias y las negociaciones compartidas en el marco de la cultura. Por esta razón, el vínculo entre emociones y lenguaje supera la mirada de los sistemas de signos, que aunque hacen parte de este, a veces resultan insuficientes para comprender la construcción de emociones en los discursos sociales, como consolidaciones de prácticas sociales significativas que circulan en las cotidianidades y dentro de las cuales se encuentran las noticias.

Los discursos sociales se construyen, se movilizan, se resignifican y tienen un anclaje en “modelos culturales” (Van Dijk, 2016). En estos damos cuenta de múltiples subjetividades que aprehendemos y aprendemos y que muestran formas diversas de entender la vida, es decir formas de construir nuestros sistemas de representaciones sociales, dentro de los que se encuentran la construcción de emociones vinculadas a las prácticas sociales significativas.

No se trata de mostrar solo que los discursos sociales, específicamente los noticiosos, orientan formas de entender esa realidad por su condición de veracidad que aún se les otorga en algunos grupos sociales, sino que su circulación puede complejizar las maneras en que asumimos como sociedades fenómenos como los que se relacionan con las violencias homicidas y cómo, también, construimos emociones con distintos fines.

Desde estas perspectivas, ubicamos el miedo como una emoción, vinculada a procesos de sujeción, es decir a la inmovilidad de algunos cuerpos, que en el plano discursivo (aunque no es lo único) puede llegar a ser generada desde la idea de la existencia de una amenaza violenta hacia esos cuerpos. Aquí puede encontrarse una de las formas de ejercicio de poder y de las violencias, puesto que este (el miedo) “funciona por medio del disimulo: se presenta como algo distinto de lo que es, de hecho, se presenta como si fuera un nombre” (Butler, 2004, p. 64): la seguridad.

La construcción cultural del miedo contribuye de modos diversos a la desestructuración de la capacidad de acción de sujetos en específico, vinculados a colectivos o a otras formas de asociación, quienes, en el caso que ocupa este estudio, reciben las violencias homicidas. El miedo, en tanto emoción que acompaña a los seres vivos para su supervivencia, también se construye y potencia a través de los distintos significantes que emanan de la cultura y de los procesos históricos.

El tiempo y los discursos del miedo

Para que el miedo tenga sentido, socialmente se instala en la relación con el tiempo, como construcción social y como idea hegemónica en la que su movilidad es lineal (al menos para buena parte del pensamiento occidental). Su construcción metafórica orientacional, divide el plano de la vida en pasado, presente y futuro, donde el primero queda atrás y el futuro, adelante (Lakoff; Johnson, 1980). Así, los sujetos orientan sus acciones del hoy hacia adelante, el futuro. El futuro se puede constituir como riesgo y, puede activar el miedo, por su condición de incertidumbre. Es decir, que uno de los detonantes del miedo se puede encontrar en el presente como productor de futuros específicos.

Esta noción del miedo no es absoluta, pues depende de sujetos, colectivos y de las ideologías compartidas frente a los futuros deseados, donde se establecen los límites de las libertades, en plural, pues no se trata solo de la noción filosófica, sino de marcos de acción aceptables de acuerdo con los futuros que colectivos y sujetos se plantean. Así, por ejemplo, desde el modelo de desarrollo, un proyecto minero, representa el futuro de bienestar y crecimiento económico para un colectivo de sujetos, quienes no percibirán ningún tipo de miedo frente al proyecto. A su vez, en contraposición, también algunos de los sujetos en el territorio donde se realicen las actividades mineras, encuentran en ese proyecto el miedo por la destrucción de su estilo de vida, de los recursos que permiten la vida en el futuro.

La linealidad del tiempo es factor fundamental en el desarrollo y funcionamiento del miedo, los lugares del discurso por lo tanto son, también, elementos fundamentales para su anclaje en los grupos sociales y escenarios de disputa constante. Así, por ejemplo, quienes concentran la distribución del poder tanto en los niveles administrativos, como mediáticos, cuentan con escenarios propicios para reproducir formas diversas del miedo.

La linealidad del tiempo, en relación con el miedo, actúa en diversos sentidos y momentos de la vida de los sujetos y los colectivos, desde la educación primaria y una suerte de guión de vida (incluido el matrimonio, por ejemplo) hasta la consolidación de proyectos colectivos en los territorios. Es decir, aquella linealidad de la que hablamos interviene el sentido y la producción de este en casi todas las esferas de la vida, hasta la muerte. Se trata, por lo tanto, de la composición del campo de acción de las libertades.

El miedo se instala en la muerte “de la libertad”, aquella que llega por fuera de lo planeado o planteado como “normal” e interrumpe las posibilidades que se habían planteado para un futuro específico de desarrollo. El miedo es el derrumbe de lo que se considera cierto, estable en el mundo.

Así, comprender el miedo, y sus detonantes, implica la comprensión de una forma de construcción del tiempo lineal, en la que se establece un futuro deseado, al cual se quiere llegar y que, a su vez, puede ser interrumpido por diversos fenómenos, actores o procesos, estos son los detonantes del miedo, aquellos que pueden intervenir y evitar el futuro planeado, soñado o buscado. Así, el discurso del miedo, por lo general se instala en la idea de pasado, que es actualizado en el presente para funcionar como mecanismo de sometimiento frente a futuros posibles no deseados (Ruiz, 2020), aunque no es lo único.

36

Violencias y miedos que se construyen

De manera general entendemos que las violencias suponen ejercicios de sujeción que unos cuerpos realizan sobre otros y que como lo plantea Balibar (2018), al ser llevado al extremo, convierte a las personas en “objetos”, o como lo expresa Segato (2018) transmuta la vida y su vitalidad en cosas. El miedo que moldea las libertades se transforma rápidamente en el mecanismo de sujeción de la libertad, no solo de la movilidad de los sujetos, sino de la objetualización que se hace de la vida. Los ecos que dejan las violencias homicidas pueden estar relacionados con la inmovilidad de los cuerpos sociales que se construye desde la idea de la amenaza, con la restricción de acción de sujetos y colectivos, cosificación de cuerpos asesinados de forma “ejemplarizante”, que evidencian los costos de desbordar las libertades que, desde lugares de concentración de poder, se establecen y constituyen.

De ahí que esta reflexión se sitúe en dos aspectos centrales que intentan dar cuenta de la construcción del miedo social, con una amplitud de réditos para el orden del poder,

cuyas matrices coloniales han marcado nuestra vida en sociedad, específicamente en Colombia. Una desde la ausencia de actores discursivos propiciatorios, la reiteración de la amenaza a unos cuerpos sociales; y la explicación orgánica que del fenómeno violento se hace, mediante la construcción de metáforas de biologización.

El camino transitado

La primera fase de la investigación correspondiente al año 2018, tuvo un registro de 59 noticias del diario El Tiempo y 82 de El Espectador. En este análisis no se incluyeron los artículos de opinión, en razón al interés por estudiar la noticia como discurso. El criterio de búsqueda estuvo enmarcado en las unidades frásicas “asesinato de líderes sociales”, “líderes sociales”, no solo en los titulares, sino en el cuerpo de la noticia impresa en general.

Para los fines del presente artículo se presenta una parte de los hallazgos de la primera fase, es decir de las noticias estudiadas en 2018, mediante los siguientes pasos:

37

Paso 1. Reconocimiento y rastreo de materialidades del corpus de análisis

El procesamiento de la información recolectada se dio a partir de la elaboración de dos bases de datos (en Excel): una cualitativa y otra hemerográfica. En el primer caso, la cualitativa, permitió organizar la información y codificar cada noticia de acuerdo con la procedencia: *EE* para *El Espectador*, *ET* para *El Tiempo*, tal y como se presenta en la tabla 1. Igualmente, permitió normalizar el corpus en su conjunto.

Esta base de datos permitió identificar titulares y ubicar en una segunda base hemerográfica la noticia completa a la cual hace referencia el código y el titular.

La primera base de orden descriptivo permitió identificar también los recursos y estrategias discursivas asociadas a los tipos de luchas sociales, las formas en que discursivamente se construye la víctima y el victimario mediante procesos discursivos de elisión, supresión, y transformación discursiva, entre otros (Pardo, 2007).

Paso 2. Aproximación descriptiva y analítica del corpus de estudio

Este paso permitió la construcción conceptual de los aspectos que iban emergiendo del corpus: construcción del miedo, explicación orgánica a los fenómenos de violencias, los lugares comunes y la despolitización de las luchas.

Con base en la información de la base de datos, se procedió a identificar los sentidos sobre los cuales se construyeron los núcleos duros de las representaciones y que corresponden a frecuencias, metáforas, metonimias y las relaciones semánticas que se construyen en lo abordado.

Paso 3. Construcción del contexto material del fenómeno social en análisis

En este paso se llevó a cabo la construcción y el reconocimiento de casos de asesinatos de líderes y lideresas en el 2018, a partir de información secundaria de informes de Somos Defensores y Vidas Silenciadas, de donde se reconocieron en el primer caso 158 casos con sus descriptores del evento, en el caso de Vidas Silenciadas se rastrearon 114 casos. Al homologar las dos bases se generó un registro de 191 casos de asesinatos de líderes y lideresas.

A partir del análisis de los casos se rastreó para cada uno de ellos, en la medida que la información lo permitió, las luchas políticas de cada uno de las y los líderes para la configuración de categorías emergentes que permitiera leer las luchas y formas de resistencia que las y los líderes asesinados representaron, (para ampliación de esta información véase Suárez, Ruiz et al, 2023).

38

Paso 4. Triangulación de las dos bases construidas

A partir de los resultados obtenidos en las dos bases de datos se construyó un análisis relacionado con las tres violencias (subjetiva, objetiva y simbólica), a partir de la cual se permite la abstracción y explicación del fenómeno del asesinato de líderes y lideresas en Colombia en el año 2018, desde una perspectiva analítica y crítica.

La metáfora del fantasma como potencia de la incertidumbre

Para esta reflexión se tomó como base algunos ejemplos de titulares que permitieron explicar la construcción y amplificación del miedo, desde los procesos de exclusión de actores discursivos³, las maneras como se nombran (nominación) que sirven

³ Desde los Estudios Críticos del Discurso (ECD) se asume el actor discursivo como la persona que es representada como agente o paciente de distintas acciones (Van Leeuwen, 1986) dentro del discurso y es posible evidenciarlo desde la presencia de voces y la nominación. Este último aspecto se construye desde procesos discursivos de inclusión y exclusión de actores, aunque se visibilicen las acciones con las que se vincula semánticamente en el discurso.

para potenciar el miedo, desde la idea del fantasma y su capacidad de agenciamiento (libertad propia sin que sea detectable) para ejercer las violencias homicidas, la cual alimenta un concepto metafórico sobre el cual estructuramos nuestra realidad acerca del “prototipo de causación” en donde “el agente tiene un plan para cumplir su objetivo” (Lakoff; Johnson, 1980, p. 110) en este caso, el objetivo último es el asesinato del líder o lideresa social, para construir una idea de anulación de las luchas, mediante los asesinatos ejemplarizantes y selectivos.

La exclusión opera desde la ausencia de formas de nominación del actor que propicia la acción violenta, o desde la metáfora del fantasma que dificulta su identificación y potencia las incertidumbres acerca de su procedencia, de su aparición, pero no de las acciones violentas. Esta exclusión de actores no implica una regulación del hecho violento, todo lo contrario, quizá ahí radica una de las potencias del miedo.

Las construcciones históricas y culturales del miedo están en relación con la idea del fantasma, la cual se nutre de distintos significantes, que lo asocian semánticamente con lo difícilmente detectable y con una sobre determinación de su acción, posibilitada por su capacidad de camuflarse en distintas superficies.

Tabla 1: Actores discursivos

Codigo	Titular	Fecha
EE104	Bajo constante amenaza	12 de septiembre, 2018
ET003	Líderes sociales en peligro	4 de febrero, 2018
EE104	¿Quiénes amenazan a los líderes sociales? El fantasma detrás de las “Águilas Negras”	12 de septiembre, 2018
ET049	Si confiesan, verdugos de líderes sociales recibirán beneficios	10 de julio, 2018
EE74	“Nos ha desbordado la seguridad a líderes sociales”: Diego Mora	9 de julio, 2018

Fuente: Datos de la Encuesta

Como se aprecia en la tabla 1 la constante es la ausencia de autores propiciatorios de los asesinatos (por su ausencia de rostro y nominación se transforman en una suerte de fantasma). El foco está en las acciones de “asesinar”, “amenazar” y “confesar” y en las víctimas “líderes sociales”, metonimia del “todo por las partes” (Lakoff; Johnson, 1980) que agrupa los distintos trabajos y formas de acción de las personas con arraigo en los territorios y que cuenta con amplio reconocimiento de las comunidades (Ávila, 2020). La estrategia

de homogeneización diluye esas luchas e instala a las víctimas como un todo, sin posibilidad de diferenciación, que posibilite ampliar la mirada del fenómeno en clave del sistema.

La violencia expresada desde procesos de activación de unos actores (los violentos) cuyo rostro se oculta (bien sea porque no se nombran o porque solamente se nombra el fenómeno violento) y que son representados con amplia capacidad de acción, contrasta con la pasividad expresada en quienes reciben las acciones (Balibar, 2018) y pone en el foco a quienes, por su actividad política, o social, son los amenazados. Es como si el acto violento correspondiera semánticamente a una operación instrumental, que impide el reconocimiento del fenómeno en su complejidad y posibilidad de transformación, debido a su reiteración de movilidad a libertad.

Desde esta perspectiva, la construcción del miedo es también un ejercicio de violencia, sobre las violencias ya ejercidas, puesto que incide en otras construcciones que tienen que ver con la sujeción en distintas esferas, una de estas tiene que ver con la desestructuración de la acción colectiva a partir de la idea de amenaza a los cuerpos sociales que hacen parte de las luchas, para fragmentar y separar. No solamente se proponen como formas hegemónicas, sino que dan cuenta de las maneras como culturalmente entendemos las violencias homicidas y construimos la incertidumbre.

La capacidad de acción de unos actores, representados desde el anonimato fantasmal en los ejemplos abordados, ofrece unos vínculos con la idea de sujeción que se opone a la “libertad” a la que alude Ahmed (2015), pero también genera asociaciones de significantes con lo indetectable, lo oscuro, lo que tiene capacidad de poner en riesgo a otros, identificables en sus luchas.

No se trata de que las noticias hablen de quienes son, o cuáles grupos están involucrados, de manera arbitraria. De lo que se trata es de mirar cómo los ocultamientos que han sido base de las violencias homicidas en Colombia, se reproducen y amplifican también en los discursos abordados y hacen parte de los significantes que se construyen en relación con el fenómeno de asesinatos, las luchas colectivas, la posibilidad de construcción de la política y lo político de un foco específico de víctimas pertenecientes a un sector de la sociedad, cuya característica mostrada es el liderazgo de procesos sociales de resistencia.

La sujeción puede expresarse en ejemplos como los de tabla 1: *Bajo constante amenaza, Líderes sociales en peligro (sic)*, contruidos sobre la base de metáforas

orientacionales (arriba-abajo) donde arriba están quienes amenazan y quienes están amenazados, abajo, lo cual reafirma lógicas de quiénes tienen el poder y el control sobre la vida de otros. Aquí la amenaza y el peligro se estructuran como acciones fundamentales que más que advertir el riesgo de los líderes sociales, sirven para reiterar el camuflaje de quienes realizan los asesinatos y las amenazas.

El miedo aquí actúa de forma diferenciada sobre diversos cuerpos y subjetividades. Se observa que hay un peligro asociado semánticamente a una actividad: ser líder. La fantasmagoría se transforma en ese acto del peligro que puede provenir de cualquier lado o fuente, toda vez que se manifiesta el peligro, pero no la fuente de ese peligro, lo cual amplifica aún más la representación.

En el ejemplo: *El fantasma detrás de las “Águilas Negras”* cuya metáfora, también orientacional (adelante atrás) fortalece la asociación semántica que se hace entre los actores anónimos y lo desconocido. La asociación de significado entre el fantasma y la ausencia de actores propiciatorios, refuerza la semántica del misterio, de lo difícilmente detectable, pero latente; es decir refuerza también la idea de amenaza. Es de anotar que desde los distintos abordajes de estudio (Fundación Paz y Reconciliación), se sostiene que las “Águilas Negras” no existen como estructura criminal, sino como nombre que es utilizado en distintos panfletos que se distribuyen en los territorios.

La metáfora del fantasma, ubicado espacialmente en el atrás, contribuye a la construcción de procesos de ocultamiento del fenómeno que se potencia desde lo enigmático, que aparece de maneras inesperadas y que por lo inesperado de su aparición, constituye una amenaza mayor.

En: *Si confiesan, verdugos de líderes sociales recibirán beneficios*, la asociación semántica que se hace del verdugo con los actores de las violencias homicidas, le otorga una condición de legitimidad a estas violencias, puesto que históricamente, el verdugo se asocia con quien ejecutaba las órdenes de muerte a quienes se consideraban culpables de un delito. El condicionante dota a los autores de las violencias de una doble condición de acción, en la cual la confesión de los asesinatos (futuro), le otorgará beneficios, lo cual supone unas huellas de impunidad. De esta manera, se amplifica la idea de que es posible asesinar, sin que haya una pena por ello, más que beneficios, en una especie de proceso transicional. Con esto pareciera que, a futuro, hay un reconocimiento político de los perpetradores.

Aquí se puede encontrar que una de las características del miedo, como construcción, que tiene que ver con la idea de amenaza, esto supone la imposibilidad de detección de los autores que ocasionan la violencia homicida. En los ejemplos abordados, aunque se muestra la violencia, quienes la propician están ausentes, bien sea porque no se nombran, porque se nombran como fantasmas, o porque el foco de la noticia está en el hecho de los asesinatos hacía grupos en específico. El miedo, desde aquella fantasmagoría que oculta actores, no se expresa de una forma total o absoluta, sino que fluctúa constantemente, puesto que existen unos detonantes que actúan directamente sobre el sujeto, sobre su vida, sobre su cuerpo, al nivel más subjetivo posible.

Otra manera de operar se relaciona con el plano simbólico, donde no necesariamente el cuerpo es el lugar del detonante, pero que igual, tiene una amplia carga de significado. Lo anterior cobra sentido cuando pensamos en una institución, en el ejemplo del titular *Nos ha desbordado la seguridad a líderes sociales: Diego Mora*, en donde la fuente consultada, el director de la Unidad de Protección, informa a través de ese medio cómo la institución no puede hacerse cargo de su función, la protección de las y los líderes. La metáfora del “desborde”, desde el relato institucional, da cuenta de la dimensión del fenómeno y la incapacidad institucional de hacerle frente cuyo concepto metafórico amplifica la idea de que no existe posibilidad de control de la situación. Igualmente, sitúa al liderazgo social como un problema que se suma a los ya existentes en el país.

La presencia de múltiples detonantes del miedo, de forma constante, en nuestras sociedades, que operan en diversos niveles y formas, han sido reconocidas en las formas de organización política y social, de hecho, Tocqueville (Robín, 2004) plantea el origen y la necesidad de las instituciones como mediadores de la ansiedad que genera la presencia de esos detonantes, en contradicción al ejemplo anterior. La Unidad Nacional de Protección será un actor que permitirá reducir la ansiedad que produce la inseguridad urbana y rural, pero cuando no cumple con su rol, se transforma también en un detonante del miedo social, en términos de la reducción de la capacidad de acción de algunos actores representados en las noticias.

Las libertades de acción para los violentos

La función referencial de la metonimia (Lakoff; Johnson, 1980), “líder social” sugiere un foco de grupos asociados a luchas, desde la reiteración de actores que son asesinados.

De otro lado, el proceso de supresión (eliminación total del actor propiciatorio), además de ocultar la procedencia del hecho, potencia la amenaza al vincular sensaciones de diferenciación entre quienes son asesinados (líder(es) social(es) o amenazados y quienes no lo son, ampliando la capacidad de acción de los anónimos y regularizando la libertad de movimiento de las personas que pertenecen a los colectivos.

La metonimia sitúa a los grupos violentados, en específico, dentro de procesos de focalización y diferenciación entre lo identificable a primera vista (víctimas-líderes sociales) y lo que no (propiciatorios de las violencias), con ello se construye un halo de acciones y de actores, quienes están bajo una constante amenaza. Aquí el miedo precisamente funciona como regulador del movimiento de unos cuerpos sociales (amenazados, asesinados) y potencia el movimiento de quienes realizan las violencias homicidas, que son de difícil detección.

En esta economía política del miedo (Ahmed, 2015) mientras más desconocido sea el actor que produce las violencias homicidas, más se acentúa la incertidumbre y la amenaza, lo cual implica que a mayor restricción del movimiento de los cuerpos sociales amenazados, mayor es la potencia de quien realiza la acción homicida. Por lo tanto, la sensación de amenaza también es potenciada en el escenario discursivo, ahí quizá radica una de las fuerzas del miedo como construcción cultural desde los procesos de significación.

La funcionalidad del miedo se puede explicar desde lo que Ahmed (2015) denomina la ampliación de la movilidad de los cuerpos, como el del fantasma que traspasa los espectros físicos, porque flota, es etéreo, disperso y, por tanto, su origen es desconocido, frente a la incapacidad de agenciamiento de los grupos sobre quienes ha recaído la violencia homicida. El miedo aquí funciona desde la dispersión, tanto en el origen como en el accionar y construye formas de victimización que como lo plantea Mate (2016) degrada a las personas, precisamente por el grado de instrumentalidad sobre el cual operan las violencias homicidas e incide en procesos de revictimización, al considerar a las víctimas como “precio necesario” (Mate, 2016, p.11) del funcionamiento del sistema y del orden como está construido.

Explicación orgánica de las violencias

Una de las herencias de los estudios funcionalistas está en la comprensión que hacemos del funcionamiento social con organismos vivos. La comprensión de las violencias tiene una larga tradición basada en estos modelos de estudio y ello también se expresa en las formas como se considera que el fenómeno es infinito y tiene vida propia. El peligro de estas concepciones en relación con las violencias está en, como lo plantea Arendt (2015), considerarlas inherentes a los asuntos humanos.

La relación semántica que de la violencia homicida se establece con la naturaleza, ofrece unos elementos de comprensión acerca de su infinitud y profunda creatividad, puesto que lo natural, lo entendemos como un despliegue de creatividad, belleza e infinitud, que pareciera no es posible modificar, por cuanto su posibilidad de existencia corresponde a ámbitos naturales, estables. Así, la biologización, en tanto estrategia discursiva, opera como forma de naturalización del fenómeno que ha sido construido por las sociedades, lo cual implica una justificación a su ejercicio.

Desde el punto de vista discursivo podemos encontrar la construcción de esta infinitud desde estrategias de biologización, que contrario a la objetualización, se dota de vida propia a fenómenos sociales y culturales contruidos por personas y grupos sociales en específico. Es por ello, que, por ejemplo, una de las construcciones del racismo encuentre asociaciones de significantes con los discursos biologizantes.

En el caso de los ejemplos que se presentan, corresponden a la reiteración de procesos de agenciamiento (capacidad de acción), lo cual potencia la idea de amenaza y también a la cuantificación que sugiere que el fenómeno de las violencias homicidas hacia los líderes sociales, no es posible detenerlo, en razón a su incremento, a voluntad propia. En los ejemplos de la Tabla 2 se presentan algunas construcciones que amplían la idea expuesta.

Tabla 2: Procesos de biologización y mesurabilidad

Codigo	Titular	Fecha
ET001	Asesinatos de líderes sociales aumentaron un 45 por ciento	7 de enero de 2018
ET012	Aumenta el miedo entre líderes de Ciudad Bolívar	26 de abril de 2018
EE014	Son 7 asesinatos cada 10 días Un violento comienzo de año para los líderes sociales	1 de febrero de 2018
EE026	En el último año se han registrado 273 ataques contra quienes desempeñan este rol Violencia contra líderes políticos y sociales se disparó en época electoral	15 de febrero de 2018

Fuente: Datos de la Encuesta

En el ejemplo se evidencia esta idea del aumento amplifica la construcción de emociones que generan sentimientos de sorpresa, pasajeros y, también, ofrece una idea de “objetividad”, propia del pensamiento positivista tal y como se ha concebido la medición de los fenómenos sociales, a los cuales, desde esta óptica, se les otorga unos grados de veracidad, evidenciados en las cifras y los aumentos de estas. Igualmente, hay una vinculación con aspectos de la vida natural (biologización) en el sentido de la vida propia que se le otorga al fenómeno violento.

Lo anterior permite aproximarnos a la comprensión del cuantificador como “una expresión que denota una cantidad; demarca una mensurabilidad aplicada a individuos o entes adscritos a una clase; define los que poseen cierta propiedad o característica; o expresan en qué medida una propiedad es atribuible a una persona, objeto, fenómeno o aspecto de la realidad” (Pardo, 2008 p. 408).

En los ejemplos: *Asesinatos de líderes sociales aumentaron un 45 por ciento*, *Aumenta el miedo entre líderes de Ciudad Bolívar*, *Son 7 asesinatos cada 10 días*, *En el último año se han registrado 273 ataques contra quienes desempeñan este rol* (antetítulo), la idea de mesurabilidad sugiere unos aspectos de veracidad (Pardo, 2008) credibilidad, en términos de lo que se considera oficial, pero también se convierten en aspectos de tensión

en razón a que las cifras que presentan las organizaciones sociales no coinciden con las oficiales⁴.

Se puede ver cómo aumentan las cifras de asesinatos, a la par que lo hace el miedo, emoción que pareciera estar también dentro de los parámetros de mesurabilidad. Los cuantificadores (aumenta, aumentaron) y las metáforas espaciales reiteran la amplitud de movilidad de los anónimos y por tanto, de la amenaza sobre quienes tienen regularizada su condición de movimiento, porque están en peligro y bajo una amenaza que no es momentánea, sino constante.

Otro aspecto tiene que ver con la autonomía con que se construye el fenómeno violento homicida. Así en *Un violento comienzo de año para los líderes sociales, Violencia contra líderes políticos y sociales se disparó en época electoral*, la implicatura muestra una relación entre el tiempo, los procesos electorales y la violencia. Ofrece unos sistemas de conocimiento referidos a que la violencia, o lo violento son un ente con movilidad propia dentro de una temporalidad definida. La reiteración de la eliminación de actores responsables, así como de acciones específicas, expresa que el fenómeno violento homicida, tiene capacidad de movimiento que le es propio y por tanto, difícilmente modificable.

En el primer ejemplo, se le otorgan características violentas a la temporalidad y en el segundo, se sugiere que la violencia tiene accionar propio, es un arma que se dispara sobre los líderes sociales, sin que existan responsables. La movilidad de los fenómenos de violencia homicida, en este caso, contribuye a la configuración de unas significaciones asociadas al sentido de que la violencia tiene vida propia, es natural. En su advertencia de los peligros de la explicación orgánica a fenómenos violentos y de poder, Arendt (2015) plantea que esas maneras como culturalmente entendemos la violencia, la dotan de una infinita posibilidad de existencia y de incapacidad de transformación, puesto que la biologización contribuye a la creación de procesos de naturalización. La violencia estabilizada se considera normal dentro del ejercicio del poder y de las relaciones sociales, por ello no requiere transformación alguna. Ahí radica su peligro mayor. La explicación orgánica sitúa la violencia como un aspecto inherente a la vida y, por tanto su ejercicio resulta ser legítimo y hasta creativo, en razón a la naturaleza misma.

⁴ Las cifras que se presentan desde el Gobierno son mucho menores que las que han construido las organizaciones defensoras de derechos humanos.

Lo banal de la violencia en este caso reside en considerarla dentro de los aspectos normales de la vida, puesto que el espacio de la reflexión acerca de la comprensión y transformación del fenómeno queda supeditada a lo estable, lo normal y realizable por cualquier actor. El riesgo de estas construcciones está en, como lo plantearía Hobsbawm (1998), aprender a tolerar lo intolerable. En la explicación orgánica de las violencias homicidas, el miedo se constituye en un actor relevante. Y en ese ejercicio las acciones de las instituciones encargadas de la seguridad y de controlar la ansiedad desbordada (por la inseguridad vivida), han perdido su capacidad al no poder evidenciar soluciones claras o acciones contundentes, lo que se puede observar en las continuas y crecientes cifras de asesinatos de líderes y lideresas sociales.

La biologización de fenómenos sociales ha funcionado en nuestra cultura, donde el discurso noticioso, no es la excepción. Las metáforas de los asesinatos reiteran que también el homicidio es un actor que no se puede reconocer, pero que tiene vida propia y por lo tanto es, como si la muerte y el fenómeno de los asesinatos, tuviera autonomía, un fenómeno con agencia, con capacidad de gestión, pero vinculada al fenómeno mismo y no a actores, apuestas políticas o proyectos económicos con sujetos que se benefician, a sujetos con cara y nombre.

Cierre

Dentro de las características del capitalismo hay un aspecto que sobresale en la subjetivación y es la idea de desestructuración de la posibilidad de construcciones de transformación desde lo colectivo, puesto que en el proceso de producción de sujetos, el imperativo es la construcción de un individuo que se hace a sí mismo y que, además obedece al sistema, es decir, sigue los lineamientos impuestos por los distintos órdenes. Esta obediencia implica que quien se organice dentro de posibilidades colectivas para defender territorios, está por fuera de lo instituido y se constituye en una amenaza que es necesario exterminar.

En los ejemplos mencionados la amplificación del miedo sitúa a los cuerpos en un estado de vulnerabilidad y amenaza constante o momentánea, en relación con algo que existe, pero que no siempre resulta detectable. La idea del fantasma, vinculada con la infinitud de las violencias, potencia esta construcción y regula la posibilidad de comprensión

y transformación del fenómeno como parte de las violencias objetivas del sistema, dada su reducción a representarlas como violencias cotidianas (subjetivas).

La construcción del miedo puede contribuir a la desestructuración de posibilidades de construcción en colectivo en razón a la potenciación del individualismo y a la regularización de la acción de los cuerpos amenazados en lo público.

La crueldad y la reproducción de la frialdad (Maiso, 2016) no corresponden a aspectos que puedan reducirse a lo moralmente establecido, sino que hacen parte de los modelos culturales que aprehendemos y de los que no siempre somos conscientes, precisamente por su estabilidad dentro de la sociedad. El miedo puede construir solidaridades, pero también indiferencias en razón a lo ajeno del fenómeno, desde la construcción de los otros y la visibilización que de ellos se hace en los discursos abordados.

De ahí que el asesinato de los líderes y lideresas sociales como hecho, tenga unas profundas implicaciones en la posibilidad de construcción de la política, puesto que si las luchas se inmovilizan, se restringe la libertad de los cuerpos, mediante la idea de amenaza a esa movilidad, encarnada en personas específicas, o viceversa. Así, las opciones de transformación se van limitando y cerrando para potenciar el individualismo.

Las explicaciones anteriores permiten pensar que la inmovilidad de los cuerpos tiene una relación implícita con la modelación de los cuerpos sociales. La construcción política del miedo opera como una manera de reproducir las múltiples violencias que se han ejercido sobre quienes lideran procesos sociales y las formas como entendemos esas violencias y las luchas.

Bibliografía

AHMED, S. **La política cultural de las emociones**. México: Universidad Autónoma de México, 2015.

ARENDT, H. **La promesa de la política**. México: Paidós, 2019.

ARENDT, H. **La condición humana**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2011.

ARENDT, H. **Sobre la violencia**. España: Alianza Editorial, 2015.

ÁVILA, A. **Por qué los matan**. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S.A., 2020.

BALIBAR, É. **Estudios sobre necropolítica, violencia, cultura y política en el mundo actual.** 2018.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Ceguera Moral, la pérdida de sensibilidad en la modernidad líquida.** Colombia: Nomos S.A., 2019.

BAUMAN, Z. **Miedo Líquido.** Madrid: Paidós, 2010.

BRUNER, J. **Actos de significado, más allá de la revolución cognitiva.** España: Alianza Editorial, 1990.

BUTLER, J. **Cuerpos aliados y luchas políticas.** Bogotá: Editorial Planeta Colombia S.A., 2017.

BUTLER, J. **Lenguaje, poder e identidad.** España: Editorial Síntesis S.A., 2004.

HOBSBAWM, E. **Historia del siglo XX.** Buenos Aires: Crítica, 1998.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas de la vida cotidiana.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1980.

MATE, R. Las víctimas como precio necesario. In: ZAMORA, J.; MATE, R.; MAISO, J. (Ed.). **Violencia del Terrorismo y superación de la violencia.** Madrid: Editorial Trotta, 2016. p.103-113.

MAISO, J. Sobre la producción y reproducción de la frialdad. In: ZAMORA, J.; MATE, R.; MAISO, J. (Ed.). **Violencia del Terrorismo y superación de la violencia.** Madrid: Editorial Trotta, 2016. p.51-70.

NUSSBAUM, M. **Paisajes del pensamiento. La inteligencia de las emociones.** Bogotá: Editorial Planeta Colombiana. S.A., 2017.

PARDO, N. La representación de lo mensurable sobre la pobreza en la prensa colombiana. En **Discurso y Sociedad**, v. 2, n. 2, pp. 394-421. 2008. Disponible en: <https://bit.ly/4845yJX>. Acceso en: 15 dic. 2023.

PARDO, N. **Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva Latinoamericana.** Chile: Frasis, 2007.

REGUILLO, R. Los laberintos del miedo: Un recorrido para fin de siglo. **Revista de Estudios Sociales**, pp. 63-72. Colombia, 2000.

ROBIN, C. **El miedo: historia de una idea política.** México: Fondo de Cultura Económico, 2004.

RUIZ, J. El miedo a la paz. **Revista Centro de Estudios Avanzados.** Argentina, v. 43, pp. 115-131, 2020.

SEGATO, R. **Contrapedagogías de la crueldad.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SUÁREZ, M. T.; RUIZ, J. C.; (et al). Violencias homicidas hacia lideresas y líderes sociales en Colombia, una mirada desde los discursos noticiosos. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios - UNIMINUTO, 2023.

VAN DIJK, T. Estudios Críticos del Discurso: un enfoque sociocognitivo. **Discurso y Sociedad**, [s/l], v. 10, n. 1, pp. 137-162. 2016.

VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C.; COULTHARD, M. (Eds). **Texts and practices. Readings in critical discourse analysis**. London: Routledge, 1996.

Referencias de periódicos

Bajo constante amenaza (12 de septiembre de 2018). *El Espectador*.

Líderes sociales en peligro (4 de febrero de 2018). *El Tiempo*.

¿Quiénes amenazan a los líderes sociales? El fantasma detrás de las “Águilas Negras” (12 de septiembre de 2018). *El Espectador*.

Si confiesan, verdugos de líderes sociales recibirán beneficios (10 de julio de 2018). *El Tiempo*

“Nos ha desbordado la seguridad a líderes sociales”: Diego Mora (9 de julio de 2018). *El Espectador*.

Asesinatos de líderes sociales aumentaron un 45 por ciento (7 de enero de 2018). *El Tiempo*.

Aumenta el miedo entre líderes de Ciudad Bolívar (15 de febrero de 2018). *El Tiempo*.

Son 7 asesinatos cada 10 días Un violento comienzo de año para los líderes sociales (1 de febrero de 2018). *El Espectador*.

En el último año se han registrado 273 ataques contra quienes desempeñan este rol

Violencia contra líderes políticos y sociales se disparó en época electoral (15 de febrero de 2018). *El Espectador*.

Submissão: 9 de mai. 2023

Aceite: 26 de set. 2023.

Considerações teórico-metodológicas sobre memória e narrativa na pesquisa histórica dos “jornalistas do samba”

Matheus Lobo Pismel¹

Resumo

De caráter teórico-metodológico, o artigo busca discutir como memória e narrativa podem atravessar uma pesquisa sobre a história da imprensa e do samba. São noções importantes: ilusão biográfica, história vivida/recordada/narrada, tempo/narrativa, documento/monumento, memória tradicional/historicizada. Após debate conceitual, contextualizo a implicação de jornalistas e intelectuais como mediadores que ajudaram na legitimação e formatação do samba, agindo como “sentinelas da tradição”. Por fim, aplico tais formulações a um caso específico de fonte relacionada à escola de samba Império Serrano e indico possíveis desdobramentos. O texto é resultado de reflexões no contexto de pesquisa de tese em andamento sobre as relações entre jornalistas e sambistas da década de 1930 a de 1970 no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Jornalistas do samba. História da Imprensa. Memória.

Memory and narrative in the historical research of “samba journalists”

Abstract

With a theoretical-methodological approach, this article aims to explore the intersection of memory and narrative in a study on the history of the press and samba. These are important notions: biographical illusion, lived/remembered/narrated history, document/monument, traditional/historicized memory. After conceptual discussion, I contextualize the involvement of journalists and intellectuals in the legitimization and formatting of samba, acting as “sentinels of tradition”. Finally, I apply these arguments to a specific case of source criticism related to the Império Serrano samba school and indicate possible developments. The text is the result of reflections in the context of thesis research on the relationship between journalists and samba composers from the 1930s to the 1970s in Rio de Janeiro.

Keywords: Samba journalists. Press history. Memory.

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: matheuslobopismel@gmail.com.

Introdução

Tanto a história do jornalismo (Romancini, 2010) quanto da música popular brasileira (Fernandes, 2018) estão permeadas por narrativas memorialísticas, sejam individuais ou coletivas. Depoimentos, entrevistas e biografias, em geral de sujeitos (ou grupos) de trajetórias notáveis, compõem referências relevantes ou até centrais para a história de ambas as áreas. Além disso, devido à certa pretensão do jornalismo de ser artífice de uma “memória nacional” (Bergamo, 2011) e da própria relação entre acontecimento e narrativa característica de seu discurso (Pontes, 2009), a imprensa também toma parte na história da música popular. No desenvolvimento do samba, especificamente, a incidência é estruturante, já que foram jornalistas os principais agentes de legitimação, delimitação e valorização do gênero ao longo do século passado.

Partindo do pressuposto de que uma pesquisa científica deve questionar a transparência das narrativas que envolvem seu objeto, como indicam Le Goff (2003) e Miceli (2001, p. 349), o investigador tem a tarefa de expor os “princípios de produção” das fontes e considerar que os materiais são produto de atividade simbólica atravessada por interesses, disputas e hierarquias. De forma analítica, é preciso confrontar as narrativas com as estruturas sociais que circunscrevem tal ou qual história. No caso de uma pesquisa sobre a história dos “jornalistas do samba”, assim, há o duplo desafio de lidar não apenas com narrativas e memórias sobre os profissionais, mas também com aquelas produzidas e mantidas por eles sobre o espaço social com o qual fizeram interface.

Sob tais premissas, o objetivo do presente artigo é discutir as implicações teórico-metodológicas das reflexões sobre memória e narrativa para minha pesquisa de tese, em fase inicial e abordagem histórica, sobre os jornalistas do samba da década de 1930 a de 1970². Tais reflexões são basicamente direcionadas às fontes da pesquisa empírica, que incluem jornais, biografias, depoimentos, discos, itens de acervos etc.

É importante destacar, de saída, que, com raríssimas exceções, os jornalistas do samba analisados não alcançaram posições de prestígio dentro do campo jornalístico. Isso faz com que as fontes disponíveis sejam escassas quando comparadas às das elites da profissão, já que há uma correlação entre disponibilidade de registro e hierarquias do campo (Serra; Bergamo, 2020, p. 13). Assim, a pesquisa empírica parte de registros

² Por sua vez, os objetivos da referida pesquisa de tese são: mapear os jornalistas que se dedicaram à cobertura do samba urbano carioca; identificar as características das relações que mantiveram com os músicos do gênero; e analisar quais foram as transformações e as implicações de tais relações para o jornalismo e o samba.

relacionados ao samba, o universo social com o qual os repórteres estavam implicados. Em tais fontes é possível encontrar traços das atividades e relações que os jornalistas mantinham com os sambistas.

A questão é que o *corpus* que se forma está todo permeado por memórias e diferentes narrativas individuais e de grupos, o que torna imperativa a discussão do presente artigo. Ainda que eu não pretenda aprofundar a análise de trajetórias de vida para além do objeto da pesquisa, as relações entre jornalistas e sambistas acabam inscritas em registros mais ou menos biográficos.

Na primeira parte do texto, busco introduzir elementos teóricos sobre o tema a partir de Bourdieu (2011), Ricoeur (2012), Rosenthal (2014), Le Goff (2003) e Nora (1993), cotejando com alguns exemplos do universo do samba e da própria pesquisa. Em seguida, apresento os jornalistas do samba enquanto objetos de pesquisa a partir de Coutinho (2006) e Fernandes (2018). Por fim, busco direcionar a discussão precedente aos desafios metodológicos da pesquisa mais ampla a partir de um caso exemplar relacionado à escola de samba Império Serrano. Cabe enfatizar novamente que o caráter teórico do artigo, com poucos elementos empíricos, está conectado ao estágio inicial da pesquisa de tese em questão.

“O tempo dá voltas e curvas”

Pierre Bourdieu (2011) oferece um conjunto de elementos para analisar criticamente qualquer narrativa de vida ou de grupo a fim de se escapar da chamada “ilusão biográfica”. Como pano de fundo, há um combate contra a concepção de trajetória pessoal como uma série de eventos descolada dos processos sociais. Compreender a vida dessa forma seria “tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações” (Bourdieu, 2011, p. 81).

Ao mesmo tempo, a trajetória não pode ser vista como linear porque um mesmo indivíduo (ou grupo) ocupa um conjunto de posições simultâneas em diferentes campos sociais. Acontecimentos biográficos são mais bem compreendidos se encarados, portanto, como alocações e deslocamentos de um agente no espaço social, transitando pelas estruturas de distribuição de capital em configurações diversas.

Ainda conforme Bourdieu (2011), a primeira tarefa do pesquisador de uma trajetória de vida é construir os estados sucessivos do campo social no qual o percurso se realizou. Trata-se de buscar compreender as relações objetivas que tanto entrelaçam determinado agente a seus pares quanto condicionam as interações com agentes de outro universo social.

Tal discussão teórica se aplica diretamente, por exemplo, às fontes de pesquisa nas quais a entrevista biográfica pode ser um componente central, como em reportagens, documentários, depoimentos para a posteridade (como aqueles realizados pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro) e, claro, livros de biografias.

Em primeiro lugar, tanto entrevistado quanto entrevistador estão unidos pelo mesmo interesse em aceitar o sentido da narrativa contada. Em segundo, o discurso sobre si vai variar, tanto em forma quanto em conteúdo, conforme os objetivos e as características da entrevista. O depoente tende a selecionar acontecimentos significativos e estabelecer conexão entre eles com base em uma vontade de sentido geral, contando com a cumplicidade do entrevistador. Por isso, a apresentação de si é, mais precisamente, uma produção de si (Bourdieu, 2011, p. 81).

O tema da ilusão biográfica se conecta à distinção conceitual proposta por Rosenthal (2014) entre história de vida vivenciada e história de vida narrada, que complexifica o aporte de Bourdieu. É preciso levar em conta, conforme Rosenthal (2014, p. 229), que não existe um estoque de memórias fixas e estáveis que são acessadas pelo entrevistado. Ao contrário, o presente da narração define o olhar retrospectivo do passado, o que “gera um passado recordado específico em cada caso”. Além disso, a própria externalização da lembrança em forma de narração, seja oral ou textual, adiciona outra camada de diferença que deve ser considerada.

Em termos operacionais, Rosenthal (2014, p. 232) então propõe que o pesquisador se debruce em uma cuidadosa distinção analítica entre “as situações vivenciadas no passado, as modificações desses passados vivenciados nas diversas fases da vida, os processos recordativos no presente da narração, a moldagem linguística e comunicacional bem como os enquadramentos interativamente produzidos da situação narrativa”. Para tanto, outras fontes devem ser incluídas na pesquisa, indo além da

narrativa de vida, tais como documentos públicos, autos judiciais, entrevistas com outras pessoas próximas, dados sobre contexto sócio-histórico etc.³.

A análise hermenêutica de Ricoeur (2012) sobre a correlação entre temporalidade e narratividade vai na mesma direção de Rosenthal (2014), ao enfatizar a centralidade do presente (via narrativa) na significação do passado (o tempo), em uma relação dialética. O autor parte de Agostinho e sua definição de tempo como o paradoxo tríplice presente: presente das coisas passadas, das coisas presentes e das coisas futuras. Para Ricoeur (2012), entretanto, tal formulação, que busca sustentar que o tempo é concebido como uma ação humana no presente, resulta em outro paradoxo, na medida em que não comporta tempos longos ou curtos, visto que o presente não tem extensão.

Se, para Agostinho, a solução do impasse está na “alma”, que se “estende” em direção a um ou outro polo, para Ricoeur (2012), está na narrativa. Ricoeur (2012) sustenta que os paradoxos explicitados por Agostinho são ao mesmo tempo refletidos e resolvidos pela atividade narrativa, mais especificamente, pelo ato de “pôr-em-intriga”, que faz a mediação entre evento e história.

Nesse sentido, o “reflexo” do paradoxo está na combinação de dimensões tanto cronológica (a sucessão de eventos) quanto não-cronológica, a saber, o sentido de totalidade operado pelo “pôr-em-intriga”, o que Ricoeur define como “configuração”. E a “solução” do paradoxo, ou seja, sua transformação em uma relação dialética viva, acontece justamente pela dimensão da configuração, que dá sentido geral à história; em outras palavras, “extraí uma figura de uma sucessão” (Ricoeur, 2012, p. 303).

Cabe enfatizar que, para Ricoeur (2012), a “solução” da narrativa é um tipo de “violência da interpretação”, ou seja, um efeito imaginativo para ordenar as experiências temporais. Ao mesmo tempo, por ser uma relação dialética, tal argumento não recai em seu oposto, na ideia de que não exista história fora da narrativa. Ao contrário, o ato de narrar é uma continuação secundária de histórias emaranhadas no tempo, ou seja, histórias não narradas. Daí resulta que exista tempo e também, via narrativa, tempo humano. Em síntese, “o caráter temporal da experiência humana é o que está em jogo especificamente nas pretensões referenciais de toda obra narrativa [...] Em outros termos,

³ A partir de trabalho empírico, com série de entrevistas aprofundadas, Rosenthal (2014) detalha a metodologia com a qual trabalha em seu artigo. Como minha pesquisa de tese não inclui a realização de entrevistas, mas sim a análise de depoimentos já realizados, acredito não ser necessário expor os pormenores desenvolvidos pela autora. Mais importante, assim, é incorporar suas reflexões na perspectiva de análise crítica da produção das fontes.

o tempo devém tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo, e os relatos adquirem sentido ao tornarem-se as condições da existência temporal” (Ricoeur, 2012, p. 300).

Pensando em termos metodológicos, Ricoeur (2012, p. 310) novamente se aproxima de Rosenthal (2014), ao destacar que toda análise de narração traz consigo uma circularidade manifesta, na qual a interpretação não cessa de oscilar e relacionar entre si as formas de experiência temporal e as estruturas narrativas empregadas. Enfim, trata-se de dimensões que devem ser distinguidas analiticamente, mas que estão sobrepostas e implicadas em uma relação dialética.

Do documento ao monumento (e vice-versa)

Outra contribuição conceitual relevante para a pesquisa é dada por Le Goff (2003). De saída, o autor define a história como a forma científica da memória coletiva, as quais são construídas com base em dois tipos de materiais: *monumentos* e *documentos*. Os primeiros são heranças do passado e têm como característica a intenção de perpetuação de grupos e sociedades. Já os segundos são escolhas do historiador a partir da seleção de certos objetos considerados pertinentes à escrita.

Na prática, por exemplo, podemos considerar que o disco de estreia de Cartola, de 1974, ainda que seja um documento com uma série de dados históricos, foi posteriormente monumentalizado por se inscrever nas disputas simbólicas em torno da música popular brasileira e, principalmente, do chamado “samba de raiz”. A monumentalização é carregada da intencionalidade de se elevar aquele objeto a um patamar distinto dos demais. O mesmo pode ser aplicado ao clássico livro *Escolas de Samba do Rio de Janeiro*, de Sérgio Cabral. Por sinal, o livro é baseado em entrevistas jornalísticas, que acabaram se tornando depoimentos para a posteridade. Por outro lado, uma nota de jornal esquecida, e recuperada pela pesquisa, poderia ser enquadrada enquanto simples documento.

Ocorre que, para Le Goff (2003), tal separação deve ser relativizada. Para ele, a distinção pode fazer com que os historiadores deixem de considerar que o documento não é mero vestígio neutro do passado. Antes, assim como o monumento, “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” e, portanto, “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva

recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 2003, p. 545).

Cabe ao pesquisador não apenas desmontar a roupagem artificial que reveste o monumento para explicitar suas condições de produção, mas também não isolar os documentos do conjunto de monumentos no qual está inserido. Para Le Goff (2003, p. 549), aplicar a mesma crítica dos monumentos aos documentos, assim considerando-os documentos/monumentos, é o que autorizaria a transferência de tais fontes do campo da memória para o da história.

Nota-se que, em tal discussão de Le Goff (2003), a valorização do fazer científico do historiador ocorre quase que em detrimento da memória. Já Pierre Nora (1993) demonstra certa suspeição do papel da ciência histórica em relação à memória. Na realidade, ele propõe um outro ângulo de análise a partir da oposição entre os dois conceitos.

Para Nora (2003), enquanto a memória está ligada à vida, pois é portada por grupos sociais ativos, em constante mudança na dialética entre esquecimento e lembrança, a história opera como uma reconstrução sempre insuficiente do que já não existe. Enquanto a memória é atual, vivida no presente, a história é uma representação problemática do passado. Mais do que isso, a história buscaria deslegitimar, repelir e destruir a memória.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é a deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória (Nora, 1993, p. 9).

De acordo com Nora (1993), a memória verdadeira está abrigada no gesto, no hábito, no corpo, nos ofícios, na transmissão de saberes. Já a memória incorporada pela história é voluntária e deliberada, ou seja, não é espontânea. Diferente da memória tradicional, precisa de suportes externos: vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, enfim, sinais visíveis. A memória historicizada vem de fora e, como uma obrigação, é interiorizada individualmente e não como uma prática de sociabilidade.

Nora (1993, p. 22), então, discute quais são os lugares (físicos e simbólicos) de memória. Para ele, tais lugares pressupõem uma certa aura, um ritual. Exigem também uma intenção de memória — na falta dela, é apenas um lugar de história. A razão fundamental é o bloqueio do esquecimento, com a condensação de sentidos em um gesto ou objeto. Ao mesmo tempo, estão sempre abertos a novas significações.

Assim, em uma das passagens mais sensíveis do texto, Nora (1993, p. 27) define que, ao contrário dos objetos da história, os lugares de memória não operam sobre referentes da realidade. “Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história”. Enfim, apenas são apreensíveis na empiria imediata, “mas o mecanismo, a trama está em outro lugar, inapto para se exprimir nas categorias da história tradicional” (Nora, 1993, p. 27).

Para dar mais um exemplo relacionado ao samba, podemos analisar brevemente *Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba*, de Rachel Valença e Suetônio Valença (2017), que é considerado o principal livro sobre a trajetória de uma escola de samba, com a primeira edição datada de 1981. Produto de pesquisa em jornais, revistas, livros, arquivos, acervos, entrevistas com componentes do Império Serrano e também memórias dos próprios autores, a obra tem uma contribuição histórica indiscutível.

Ao utilizá-lo como fonte de pesquisa de tese, no entanto, é preciso reconhecer sua monumentalização, ou seja, sua elevação a um patamar de referência e celebração. Isso ocorre no campo da intelectualidade do samba, mas também na própria comunidade da Serrinha. A introdução à segunda edição ilustra tal relação. “O livro. É assim que todo mundo no Império Serrano chama este *Serra, Serrinha, Serrano: o Império do Samba*” (Valença; Valença, 2017).

Interessante notar que ocorre uma via de mão dupla. O livro atua na direção da consagração dos heróis do Império Serrano e, ao mesmo tempo, volta-se como prestígio e reconhecimento aos próprios autores, um capital simbólico tanto no campo intelectual quanto da música popular. Isso não significa, de forma alguma, desmerecer ou relativizar os méritos dos pesquisadores, mas sim demarcar as condições de produção e perpetuação do monumento/documento.

Por fim, há outro aspecto que pode ser aproveitado na discussão com Nora (1993), em diálogo com Grynszpan e Pandolfi (2007), que escrevem sobre memórias de

favelas, em favelas. Um dos exemplos tratados pela dupla de autores é a Associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha, criada em 2000, por alunos e descendentes de Mestre Darcy do Jongo, percussionista, um dos fundadores do Império Serrano e filho de Vovó Maria Joana Rezadeira, considerada a matriarca do jongo na Serrinha.

A iniciativa faz parte, conforme Grynszpan e Pandolfi (2007), de um movimento amplo de recuperação, preservação e divulgação de memórias de favelas cariocas, que ganhou força institucional principalmente a partir da década de 1990. No caso do grupo da Serrinha, o conceito de memória é mobilizado, no discurso sobre si, como questão central para a atuação social na comunidade. “A memória é nossa principal ferramenta para a construção de uma consciência crítica capaz de criar fundamentos essenciais e estruturais para a construção de uma vida ética, justa e autônoma para poder enfrentar violências de origem colonial ainda presentes no país” (Jongo da Serrinha, 2023). Entre as atividades da associação estão projetos educacionais de contraturno e produções artístico-culturais, além de a sede ser um local físico de socialização na comunidade.

Pierre Nora (1993, p. 7) sustenta que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. A urbanização, com a aceleração do tempo social, amplia cada vez mais a distância do presente em relação à tradição. Podemos relacionar a profusão de projetos voltados às memórias de favelas (e do próprio samba ou do jongo) com o suposto fim de uma memória “verdadeira”?

De fato, tanto o livro sobre o Império Serrano quanto a associação da Serrinha institucionalizam recordações e narrativas que tradicionalmente sobreviviam via ritos e tradição oral, de geração em geração. Talvez seja precipitado, no entanto, assumir que tal memória historicizada ocupe um espaço vazio deixado pela memória tradicional dos grupos, ou, pior, que ainda contribua com sua supressão. Apenas um trabalho de campo específico poderia chegar a resultados satisfatórios sobre a questão. Uma hipótese possível é de que os dois tipos de memórias interagem dialeticamente e tal interação pode, inclusive, potencializar a sobrevivência da memória espontânea.

Jornalistas do samba

Feita a discussão mais ampla, cabe agora extrair direcionamentos teórico-metodológicos para um trabalho sobre a relação de jornalistas com o samba. Neste caso, a pesquisa de tese está diretamente influenciada pelos trabalhos de Eduardo Granja

Coutinho (2006), sobre os cronistas carnavalescos da Primeira República, e Dmitri Fernandes (2018), sobre a construção simbólica da autenticidade do samba e do choro ao longo do século XX.

Coutinho (2006, p. 22) define os cronistas carnavalescos como “mediadores no conflito de classes subjacente ao processo de formação da cultura de massa no Brasil”. O caráter de mediação da atividade se sustenta na ideia de que a imprensa era um dos espaços da sociedade civil onde se travava a luta pela cultura, ainda que a propriedade dos jornais estivesse nas mãos das elites. Para o autor, havia na atuação dos cronistas a contradição entre, de um lado, a tentativa de formatação do Carnaval popular aos gostos da classe dominante e, de outro, a negociação da própria existência das manifestações de negros e pobres em uma sociedade que havia acabado de sair do escravismo e continuava a perseguir os batuques das ruas. Coutinho (2006) destaca especialmente Vagalume, Jota Efegê e Peru dos Pés Frios, e ainda rastreia outros 60 cronistas da época, com atuação similar, espalhados por diversos jornais cariocas.

Para Coutinho (2006), a importância dos cronistas diminui após a institucionalização do Carnaval com o fim da Primeira República, mas ele mesmo dá pistas sobre a continuidade do fenômeno. “Por essa época [a partir de 1935], começaram a surgir repórteres carnavalescos que se dedicavam particularmente à cobertura das escolas de samba” (Coutinho, 2006, p. 82). E dá o exemplo de Marrom, do *Diário Carioca*, parceiro da nova geração de sambistas, como Cartola e Carlos Cachça, da Mangueira.

Neste ponto, o *Dicionário da História Social do Samba*, da dupla de pesquisadores Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020), também fornece elementos para a pesquisa. O verbete “mídia” do dicionário está estruturado em duas expressões: “cronistas carnavalescos” e “cronistas do samba”. Os primeiros são aqueles já estudados por Coutinho (2006), sobre os quais Lopes e Simas (2020, p. 187-188) afirmam que foram “geralmente afrodescendentes e egressos das camadas populares” e que “abriram espaços, legitimaram e deram visibilidade à cultura negra, fazendo falar, por suas crônicas, as comunidades proletárias do velho Rio de Janeiro”.

Já os “cronistas do samba” são aqueles que apareceram a partir da década de 1950, com a crescente visibilidade das escolas, quando “o samba passou a ganhar cada vez mais espaço nos jornais, sobretudo graças a um tipo aguerrido de jornalista especializado”, conforme Lopes e Simas (2020, p. 188). São destacados jornalistas como Aroldo Bonifácio, Waldinar Ranulpho, Sérgio Cabral, José Carlos Rego e Edson Lobo.

Não à toa, os autores, referência em samba e cultura afro-brasileira, dedica seu livro a três cronistas: Vagalume e Jota Efegê, da primeira fase de “carnavalescos”, e Francisco Duarte, “do samba”.

A partir daí, trabalho com a hipótese de que há um campo aberto de pesquisa empírica sobre os jornalistas do samba no período delineado, entre as décadas de 1930 e 1970. A principal justificativa para empreender tal caminho é a própria ausência de maiores informações e pesquisas sobre tais figuras, com raras exceções, como Sérgio Cabral. São, de alguma forma, histórias não narradas.

Como já citado, ao lado de Coutinho (2006), como principais referências para a pesquisa sobre os jornalistas do samba, está a obra *Sentinelas da tradição: a constituição da autenticidade no samba e no choro*, de Dmitri Fernandes (2018). Fruto de tese de doutorado, procura mostrar como a delimitação e a consagração dos gêneros samba e choro foram longos processos atravessados por uma série de disputas simbólicas, na qual foram protagonistas agentes específicos, jornalistas e intelectuais de baixo prestígio, que receberam do autor a alcunha de “sentinelas da tradição”. Em última instância, Fernandes (2018) traz historicidade a narrativas que frequentemente se apresentam como dadas desde sempre.

Um pressuposto importante do pesquisador é a ideia de que os discursos sobre as obras de arte não são meros comentários à parte, mas produzem a própria obra, em seus sentidos e valores. Pismel (2022) discute tal questão, com base na categoria de acontecimento, a partir de dois exemplos: os lançamentos do “primeiro” samba em disco, *Pelo Telefone*, em 1917, e do disco de estreia de Cartola, em 1974. Em ambos os casos, por conta da atuação deliberada de jornalistas e artistas, há uma interação e uma mistura entre acontecimentos jornalísticos e artísticos, que depois se tornaram históricos. Como se vê, há uma grande diferença temporal entre os casos, mas são situações análogas. De fato, Fernandes (2018) divide em três gerações as “sentinelas da tradição”, abarcando um período semelhante. O agente mais representativo da primeira geração é Vagalume, justamente o cronista ligado ao citado caso de *Pelo Telefone*, e que recebe destaque de Coutinho (2006) em sua pesquisa.

Fernandes (2018) define Vagalume como um intelectual êmico, pois seu discurso partia de posições homólogas aos dos músicos com quem interagia⁴. O grupo dos êmicos

⁴ Em contraste com os êmicos, estão os éticos. São os intelectuais com maior prestígio nos espaços de poder. São políticos-intelectuais-artistas-eruditos que não pertencem ao universo popular, mas que com

é composto por agentes ligados ao próprio universo emergente da música popular urbana. “Jornalistas-foliões, boêmios-jornalistas, compositores-jornalistas, teatrólogos-jornalistas e todas as demais combinações cabíveis dão conta de suas ocupações principais” (Fernandes, 2018, p. 61). Com tais jornalistas, a cultura popular passou a ser avaliada pelas lentes de seus defensores, acarretando riqueza de detalhes e imagem positiva, conforme Fernandes (2018, p. 65). Na prática, elevaram a música popular nascente à condição de pauta jornalística legítima, o que possibilitou o alcance dos temas a um público mais amplo.

A segunda geração de “sentinelas” definida por Fernandes (2018) começa em 1940, após o longo processo de luta por legitimação do elemento popular na música e na cultura nacional. Em tal período, os intelectuais êmicos têm seu prestígio elevado, mais próximo de agentes com reconhecimento acadêmico, no caso, os folcloristas. Deixam de ser os jornalistas policialescos e notívagos das décadas anteriores. O compositor e radialista Almirante e o jornalista e diretor da *Revista da Música Popular*, Lúcio Rangel, são as figuras destacadas do período.

Por fim, a última geração de intelectuais êmicos, que precede a era dos críticos da MPB, é formada por jornalistas e produtores musicais como Sérgio Cabral, Hermínio Bello de Carvalho e José Tinhorão. Tiveram o reconhecimento que Rangel e Almirante (e, antes, Vagalume) não conquistaram. Ainda assim, ocuparam a mesma posição social de intelectuais sem formação acadêmica, dominados no mundo intelectual e dominantes no universo não intelectual (Fernandes, 2018, p. 220).

A presença ostensiva de jornalistas nas disputas simbólicas que envolveram a consolidação do samba traz implicações sobre memória e história. Conforme Fernandes (2018), a história do gênero foi assumida por estes coletores e contadores de histórias. “Na ausência de instituições especializadas e oficiais, capazes de zelar pela unidade formal desses gêneros ‘autênticos’, uma academia de jornalistas se prestou ao trabalho de preservação e delimitação” (Fernandes, 2018, p. 254).

Os primeiros compositores do samba, tidos como memórias ambulantes, mantiveram estreitos laços com jornalistas, seus defensores e admiradores, e foram objetos de inúmeras entrevistas, fornecendo narrativas que alimentaram os mitos relativos à origem do samba. Sempre que necessário, destaca Fernandes (2018, p. 122), os

ele buscam manter interrelações, com objetivos para além da própria música urbana. Nesta primeira fase, são representativas as figuras de Mário de Andrade e Villa-Lobos.

intelectuais êmicos “recorriam aos depoentes em carne e osso a fim de traçarem a marcha real dos acontecimentos”.

História escrita, em grande medida, por jornalistas diletantes e amadores, está sustentada por um grande volume de testemunhos de gênese e depoimentos. Conforme Fernandes (2018, p. 255), a vivência dos grandes personagens suplantava outras fontes de pesquisa. Com a morte de tais testemunhas, a autoridade narrativa foi transferida àqueles que ouviram suas histórias de perto e compartilhavam da intimidade, boa parte deles, portanto, os jornalistas do samba objeto da pesquisa.

Nota-se que Fernandes (2018) destaca o papel dos jornalistas na história e na memória do samba, mas não se restringe a eles. Além disso, seu trabalho se concentra no trabalho simbólico operado pelas figuras mais proeminentes. No meu caso, por outro lado, além de focar apenas em cronistas e repórteres, busco mapear profissionais que ficaram esquecidos, bem como as redes de sociabilidade que os entrelaçavam com os sambistas. Tal levantamento tem se dado por pesquisas na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), o que possibilitou listar nomes que não estão presentes na bibliografia, como Juvenal Portela, Mauro Ivan, Vargas Júnior, Anisor Synval, entre outros. Trata-se, sobretudo, de diferenças de abordagem metodológica. No primeiro caso, mais sociológica e, no meu, mais histórica. Já com relação a Coutinho (2006), a principal distinção está no período histórico da análise: a década de 1930 como ponto de chegada ou de partida. Evidentemente, tal recorte não significa “apenas” uma diferença temporal, já que as problemáticas e, portanto, os referenciais e métodos de pesquisa derivam diretamente de cada historicidade.

Agora, considerando a discussão realizada, quais podem ser as implicações teórico-metodológicas específicas para a pesquisa de tese sobre os jornalistas do samba? Em primeiro lugar, seguindo as pistas de Bourdieu (2011), é preciso reconstituir o estado dos campos sociais da música popular urbana e da imprensa no período, bem como o contexto social mais amplo e os subcampos do samba e do jornalismo especializado em cultura popular, com suas interrelações. Isso implica revisão bibliográfica sobre ambos os universos. Cada profissional mapeado deve ser inserido em uma trama de relações construída analiticamente, o que dá concretude e historicidade a sua atuação.

Outro passo é identificar os monumentos e buscar entender quais foram as disputas simbólicas e intencionalidades que resultaram na elevação de tais sujeitos e objetos sobre os demais. Não se trata de negar méritos intrínsecos às obras, sejam elas

musicais ou textuais, mas de colocá-las em perspectiva com as relações sociais que as envolvem, pensando sua produção e perpetuação. Paralelamente, há o desafio de não descolar tais monumentos dos documentos correlatos, buscando aplicar a mesma crítica a eles.

Vamos ao exemplo de um vestígio relevante encontrado em Valença e Valença (2017). Com o objetivo de caracterizar o clima no morro da Serrinha, os autores recorrem ao relato do jornalista Irênio Pereira Delgado, em texto de contracapa do LP *Império de todos os tempos*, produzido pela Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara (Aeseg) e gravado em 1971 pela Top Tape, importante selo fonográfico da época.

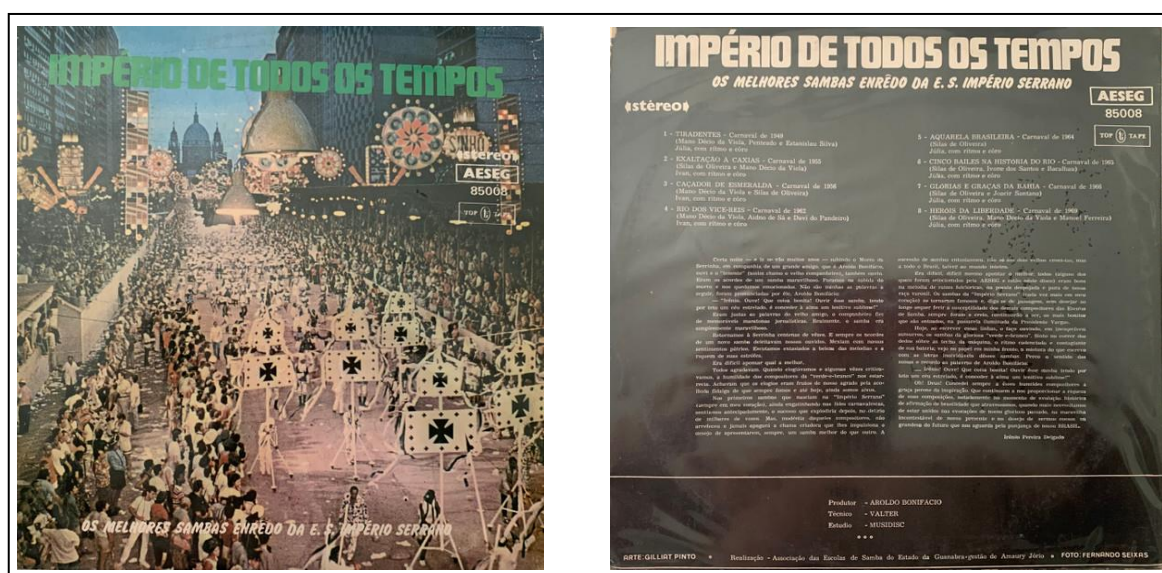


Figura 1: Capa e contracapa do LP Império de todos os tempos

O repórter descreve que certa noite estava chegando à Serrinha na companhia de um grande amigo, Aroldo Bonifácio, apelidado por ele de tenente (Irênio não explicita no texto, mas seu companheiro era também um repórter do samba). Então, reproduz uma fala de Aroldo: “— Irênio, ouve! Que coisa bonita! Ouvir esse samba, tendo por teto um céu estrelado, é conceder à alma um lenitivo sublime” (Valença; Valença, 2017, p. 57).

Este pequeno achado é significativo por algumas razões. Primeiramente, destaca o trânsito de jornalistas na indústria fonográfica. Detalhe: se Irênio Delgado escreve a contracapa, Aroldo Bonifácio é creditado como o produtor do disco. Longe de ser caso isolado, Fernandes (2018) mostra como as “sentinelas” da segunda e, em especial,

terceira geração circularam em massas pelas gravadoras oferecendo o prestígio típico dos intelectuais êmicos aos produtos lançados. Na realidade, não só a indústria fonográfica abrigou repórteres do samba, mas também estações de rádio, canais de TV e instituições públicas. Tais espaços não representavam apenas oportunidades de emprego, mas também de ampliação do trabalho simbólico em torno da consagração do samba.

Pensando em termos bourdieusianos, as referidas situações dizem respeito a deslocamentos no espaço social e ocupação de posições em campos distintos simultaneamente, a partir de mecanismos de conversão de capitais. Além disso, o trecho selecionado do livro também traz indícios sobre a relação entre pares e seus espaços de sociabilidade. Jornalistas do samba frequentavam as mesmas rodas de samba, bares, restaurantes etc., nos quais encontravam suas principais fontes jornalísticas, seus amigos sambistas. Em outros termos, estavam envolvidos em redes de sociabilidade próprias. Vale comentar ainda que a simples menção de Irênio a Aroldo, mesmo que não seja necessariamente um mecanismo deliberado, indica certa noção corporativa com trocas de legitimação.

A contraposição entre memória tradicional ou espontânea e memória historicizada ou institucionalizada também pode ser explorada na situação narrada na contracapa do LP do Império Serrano. Os jornalistas estavam adentrando justamente em um lugar de memória tradicional, uma roda de samba no morro da Serrinha, nos anos 1960. A partir daí, há uma trama de memórias. Antes de tudo, há a distinção que precisa ser considerada ao relato individual de Irênio: vivência, recordação e narração. Para ficar apenas no aspecto da narração, quer dizer, a transposição do recordado para a linguagem escrita, é curioso notar como as palavras escolhidas para reconstituir o diálogo com o parceiro (“conceder à alma um lenitivo sublime”) soam extremamente formais. Ao mesmo tempo, fica claro como esse tipo de análise inevitavelmente faz interagir as experiências temporais recordados com os aspectos da estrutura narrativa, que estão sobrepostos.

Desde o momento em que a memória individual se objetiva na contracapa de um LP ela passa a compor o emaranhado de objetos e narrativas que formam a memória coletiva, bem como os monumentos, relativos ao Império Serrano. E aqui há também a transformação da memória tradicional vivenciada para a memória fixada em um suporte externo.

O vestígio encontrado no livro sobre o Império Serrano é apenas um exemplo possível para o exercício de análise das fontes que deve ocorrer ao longo da pesquisa de tese sobre os repórteres. Como a investigação tem característica longitudinal, abarcando desde os anos 1930 até os 1970, é evidente que o tipo de crítica realizada no presente artigo não pode ser replicado em série. A discussão apresentada deve ser encarada, antes, como um dos fundamentos para exercer uma vigilância epistemológica na construção do objeto da pesquisa, buscando ir além da superfície e da imediaticidade das fontes trabalhadas.

Considerações finais

O foco do presente artigo foi discutir teoricamente sobre narrativa e memória, no contexto de uma pesquisa de tese ainda em fase inicial, dialogando principalmente com Bourdieu (2011), Ricoeur (2012), Le Goff (2003), Nora (1993), Rosenthal (2014). São noções importantes: ilusão biográfica, história vivida/recordada/narrada, tempo/narrativa, documento/monumento, memória tradicional/historicizada.

Na tentativa de apresentar, ainda que superficialmente, os jornalistas do samba, que são objeto de pesquisa de tese à qual o presente artigo se vincula, e, ao mesmo tempo, tentar conectar aportes teóricos gerais com o trabalho empírico, busquei trazer as contribuições de Coutinho (2006) e Fernandes (2018). O primeiro destaca o trabalho de mediação cultural realizado pelos cronistas carnavalescos da Primeira República, aqueles que precederam os jornalistas do samba. O segundo, por outro lado, constrói um quadro geral no qual jornalistas e intelectuais de baixo prestígio assumiram o protagonismo nas lutas simbólicas por legitimação e delimitação do samba ao longo do século XX.

Por fim, trago o que considero uma fonte rica em significação para a pesquisa dos jornalistas do samba como exemplo para tratar dos desafios metodológicos. Trata-se de um texto de contracapa utilizado como documento no livro sobre o Império Serrano (Valença; Valença, 2017). A partir dele, busquei sintetizar alguns aportes conceituais trabalhados previamente e afunilar a reflexão teórico-metodológica na direção da análise dos problemas constitutivos das fontes de pesquisa que devo enfrentar ao longo da tese. A escolha por se concentrar em apenas uma fonte se relaciona ao estágio inicial da pesquisa.

Apesar da importância histórica para a música brasileira e a própria identidade nacional, as relações entre samba e jornalismo ainda são pouco exploradas no ambiente acadêmico, em especial da própria área da Comunicação e do Jornalismo. A digitalização relativamente recente de amplos acervos de jornais e revistas favorece as investigações do tema, em especial as longitudinais, como é o caso da pesquisa de tese em questão. Entretanto, antes de serem incorporadas à escrita, tais fontes devem ter suas condições de produção analisadas e criticadas, movimento que o ofício de jornalista, dentro das rotinas da redação, não costuma realizar.

Mais que isso, como defende Barbosa (2010, p. 30), uma pesquisa histórica da comunicação deve enxergar a imprensa como centro reflexivo do qual são construídos problemas, e não como simples fonte empírica. Nesse sentido, as reflexões sobre memória e narrativa se mostraram como uma chave produtiva para incorporar as fontes de forma crítica à escrita da história.

Referências

BARBOSA, M. Múltiplas formas de contar uma história. **Alceu** (PUCRJ), v. 20, 2010.

BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, v. 17, n. 2, ago., 2011.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2011.

COUTINHO, E. G. **Os cronistas de Momo**: imprensa e carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FERNANDES, D. C. **Sentinelas da tradição**: a constituição da autenticidade no samba e no choro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

GRYNSZPAN, M.; PANDOLFI, D. C. Memórias de favelas, em favelas: favelas. do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, A. C. (org.), **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

JONGO DA SERRINHA. **Tecnologia Ancestral**. 2023. Disponível em: <https://jongodaserrinha.org/ong/>. Acesso em 19 Mar. 2023.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, N.; SIMAS L. A. **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, v. 10, dez., 1993.

PISMEL, M. L. O acontecimento e as fontes de informação no jornalismo cultural: dois casos históricos do samba como pauta. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 20., 2022, Fortaleza. **Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Fortaleza, 2022.

PONTES, F. S. **Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 53, n. 125, 2012.

ROMANCINI, R. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisas. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ROSENTHAL, G. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, 2014.

SERRA, P.; BERGAMO, A. Apresentação do dossiê Sociologia do Jornalismo: por uma agenda de pesquisa. **Plural**, v. 27, n. 2, 2020.

VALENÇA, R.; VALENÇA, S. **Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

Submissão: 29 de ago. 2023

Aceite: 20 de dez. 2023.

A diversificação na carteira de pautas da *FolhaInvest*: Uma análise de textos sobre investimentos

Eduardo Ritter¹

Resumo

Quando o assunto é investimento, um dos princípios apontados por especialistas é a diversificação da carteira. No jornalismo econômico, para atender aos diversos interesses do público, a pluralidade de assuntos é elemento-chave. O mesmo princípio vale para uma editoria específica sobre investimentos, como é o caso da *FolhaInvest*, publicada semanalmente na *Folha de S.Paulo*. Valendo-se da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) esse estudo aponta a variedade de pautas sobre investimentos da *FolhaInvest*, constatando uma tendência à pluralidade. Por outro lado, as reportagens sobre renda fixa e variável apresentam textos mais técnicos voltados para pessoas familiarizadas com o mercado financeiro, excluindo a maioria da população que não é alfabetizada financeiramente.

Palavras-chave: Jornalismo Econômico. Investimento. Mercado financeiro. Análise de conteúdo. *Folha de S.Paulo*.

Diversification in *FolhaInvest*'s agenda choices: an analysis of texts on investments

Abstract

When it comes to investment, one of the principles pointed out by specialists is portfolio diversification. In economic journalism, to meet the diverse interests of the public, the plurality of subjects is a key element. The same goes for a specific editorial on investments, such as *FolhaInvest*, published weekly in *Folha de S.Paulo*. Using the Content Analysis of Bardin (2011), this study points out the variety of guidelines about investments by *FolhaInvest*, noting a trend towards plurality. On the other hand, the articles on fixed and variable income present more technical texts aimed at people familiar with the financial market, excluding the majority of the population that is not financially literate.

Keywords: Economic Journalism. Investment. Financial Market. Content Analysis. *Folha de S.Paulo*.

¹ Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor adjunto do curso de Jornalismo do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: ritteergaicho@gmail.com.

Introdução

O surgimento e a acelerada popularização das redes sociais e aplicativos de celular transformou a forma de produzir e consumir todos os tipos de conteúdo ao redor do globo. No mundo ocidental e, mais particularmente, no Brasil, cada vez surgem mais perfis em redes sociais, páginas e canais voltados para investidores. O público-alvo desses produtores de conteúdo vão desde iniciantes até profissionais experientes do mercado financeiro.

Exemplos conhecidos do grande público não faltam. Empresas de investimento, consultores e investidores são setores que passaram a explorar essas possibilidades. Nomes como Gustavo Cerbasi e Nathalia Arcuri — criadora do canal *Me Poupe* — são amostras disso. E quando surgiu o canal do YouTube intitulado *Primo Rico*, do investidor Thiago Nigro, em 2016, em poucos meses apareceu a contrapartida com o canal *Primo Pobre*, do administrador Eduardo Feldberg, que com uma linguagem simples, informal e humorada, logo ultrapassou a marca de meio milhão de inscritos. Diante desse cenário, surge as seguintes questões: como o jornalismo econômico pode sobreviver diante desses fortes concorrentes, que passam a ocupar as mesmas plataformas utilizadas pelos jornalistas? Essa competição é excludente ou há espaço para todos no universo de produção de conteúdo sobre investimentos?

O presente artigo não tem a ambição de responder tão complexas questões, no entanto, propõe-se aqui analisar como a edição impressa de um dos principais veículos jornalísticos do país, a *Folha de S.Paulo*, está tratando a temática nas suas páginas diante de um cenário tão enigmático e mutável. Afinal, o desafio é duplo: captar a atenção do leitor e ainda superar as limitações do jornalismo impresso disponibilizando o mesmo conteúdo e muitos outros nas plataformas digitais do jornal. Destarte, este estudo faz um recorte, analisando a editoria *FolhaInvest* do primeiro caderno da edição impressa do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada semanalmente, sempre às segundas-feiras. Para tanto, foi feito um recorte do mês de novembro de 2021, na busca de responder a seguinte problemática de pesquisa: quais são os principais temas apresentados pela editoria *FolhaInvest* na edição impressa do diário e como é feita essa abordagem?

Para responder a tal pergunta, metodologicamente, optou-se pela criação de categorias a partir da Análise de Conteúdo, de Bardin (2011), baseadas nos tipos de investimentos abordados nos textos jornalísticos. No entanto, até chegar lá, inicialmente é feita a apresentação do conceito contemporâneo de investimentos, bem como quais são

os principais tipos. Posteriormente é feita a apresentação e breve contextualização do jornalismo econômico no Brasil para, em seguida, serem apresentadas as categorias elencadas. Por fim, é efetuada a análise e inferência dos dados levantados, reiterando que o recorte da pesquisa é a editoria *FolhaInvest* de todas as edições impressas do jornal *Folha de S.Paulo* publicadas no mês de novembro de 2021.

Investimento financeiro: conceitos e principais tipos

Dados de levantamento realizado pelo instituto de pesquisa de opinião norte-americano Gallup Poll apresentaram, em 2015, um ranking de analfabetismo financeiro global. Entre os 148 países pesquisados, o Brasil obteve o 68º pior resultado em questões que colocavam à prova conhecimento de adultos sobre quatro conceitos básicos: diversificação de risco, inflação, aritmética e juros compostos. Esse dado, apresentado em reportagem da BBC Brasil (2015), ilustra a falta de conhecimento dos brasileiros sobre a temática, pois foram acertadas apenas 35% das questões.

Apesar de aparecer bem à frente, em 17º lugar no ranking, essa situação também é vivida nos Estados Unidos e em outros países ocidentais, conforme o relato do consultor e investidor americano Robert Kiyosaki. Ele ressalta que a maioria das pessoas, quando o assunto é investimento, não sabe a diferença entre passivos e ativos, que nessa área também apresenta conceito diferenciado em relação às Ciências Contábeis. “A principal causa da dificuldade financeira está simplesmente no desconhecimento da diferença entre um ativo e um passivo [...] Um ativo é algo que põe dinheiro no meu bolso. Um passivo é algo que tira dinheiro do meu bolso” (Kiyosaki; Lechter, 2000, p. 65), resume o autor.

Feita essa breve problematização, ressalta-se que neste artigo sempre que a palavra *investimento* for utilizada é no sentido de investimento financeiro, e não em outros tipos de investimento, como investir na felicidade, no amor, no trabalho, na amizade e afins. A partir de então, surge a seguinte pergunta: e o que é um investimento financeiro? Há perspectivas de autores diferentes, mas em um sentido convergente quando o assunto é investir o dinheiro em algo ou em algum lugar. “O que eu chamo de ciência do dinheiro que faz dinheiro. Isso envolve estratégias e fórmulas. É o lado direito do cérebro, ou o lado criativo” (*ibid.*, 2000, p. 100). Conforme os autores, para investir é preciso muito estudo, informação atualizada e dedicação para obter resultados positivos.

Esse também é o posicionamento do especialista em investimentos brasileiro Gustavo Cerbasi. “Antes de começar a investir é preciso ter em mente que investir é multiplicar, e não somar. Investir pressupõe o acúmulo de lucros que você obtém, para que, com um patrimônio cada vez maior, você lucre mais” (Cerbasi, 2019, p. 29). O autor acrescenta que investir é estar bem informado e exige muita dedicação e estudo. Sobre isso, o exemplo citado por Cerbasi é esclarecedor:

Evite o erro de acreditar que enriquecerá sem fazer nada. Na quase totalidade dos investimentos, sua rentabilidade será proporcional a sua dedicação de tempo aprendendo e se envolvendo com o mercado em que você investe. Para ganhar mais na renda fixa, é preciso estudar continuamente as alternativas que o mercado oferece, entre títulos públicos, debêntures, CDBs de bancos de segunda linha, fundos e operações compromissadas. Para ganhar mais na renda variável é preciso rever sua carteira de ações periodicamente e estar sempre atualizado sobre as ações que terão melhor desempenho nos próximos anos (*ibid.*, 2019, p. 27).

A mesma lógica vale para empresas ou para quem deseja se especializar em qualquer área a fim de obter um salário maior. Kiyosaki e Lechter (2000), por sua vez, salientam que investir não é sinônimo de ter um bom salário ou de ser especialista em economia ou contabilidade, pois se assim fosse, não teríamos tantas pessoas com salários altos, economistas e contabilistas endividados. No entanto, é preciso ter conhecimentos básicos dessas áreas, além uma boa noção de legislação, tributação, mercado de capitais e finanças. Após conhecer esses campos, também é preciso evitar armadilhas e abdicar da utilização errônea do conceito de investimento. Tanto Kiyosaki e Lechter (2000) quanto Cerbasi (2016, 2019) apontam falácias populares nessa área, sendo um dos principais a antiga crença de que ter residência própria é um investimento.

O padrão de se considerar o imóvel residencial como investimento e a filosofia de que um aumento de salário significa que você pode comprar uma casa maior ou gastar mais é a base do atual endividamento da sociedade. Este processo de despesa crescente faz com que as famílias se endividem mais e tenham mais incerteza financeira, mesmo quando progridem no emprego e recebem aumentos salariais regulares. Esta é uma vida muito arriscada decorrente da precária instrução financeira (Kiyosaki; Lachter, 2000, p. 80).

Além da moradia própria, há outros pensamentos que se arraigaram no imaginário popular sobre investimento, como por exemplo: comprar carro, dólar, participar de consórcio, tirar empréstimo, títulos de capitalização, sites de apostas esportivas, dentre

outros. Conforme os autores, pode ser considerado investimento aquele dinheiro utilizado para multiplicar o capital do sujeito ou da organização. Ou seja, um imóvel passa a ser um investimento, por exemplo, se ele for utilizado para gerar mais renda (como revenda a um preço maior ou cobrança aluguel), e não como moradia, pois nesse caso, ele vai gerar gastos, e não lucro, com impostos e manutenção. Nessa perspectiva, o fato de economizar o valor gasto com aluguel não é um investimento, mas sim, uma economia.

Dito isto, chega-se aos tipos de investimento. Para os americanos Kiyosaki e Lechter (2000), os investimentos são divididos em algumas categorias principais: empresas, ações, títulos, fundos mútuos, imóveis que geram renda, promissórias, *royalties* de propriedade intelectual e tudo o que tenha valor, gere renda ou se valorize em um mercado líquido. No entanto, para essa pesquisa, é considerada a classificação proposta por Cerbasi (2019), por estar relacionada ao contexto brasileiro. Essa categorização é dividida em dois grandes grupos: renda fixa e renda variável.

Por renda fixa se entende o investimento que tem regras de rendimento definidas antes de investir. Ou seja, quando é feito o investimento, o sujeito já sabe o prazo, a taxa de rendimento ou o índice que será usado para valorizar o dinheiro. Apesar de o conceito ser simples, há diversas formas de renda fixa. Inicialmente, as taxas podem ser pré ou pós-fixada, sendo que na primeira, ao fazer o contrato, a pessoa sabe a taxa de juros que vai receber pelo prazo que deixar o dinheiro investido. Já na pós-fixada, a remuneração está vinculada ao desempenho de algum índice que pode variar ao longo do tempo (Cerbasi, 2019).

Ainda conforme Cerbasi (2019), no Brasil, esses são os principais tipos de renda fixa: caderneta de Poupança, títulos públicos, tesouro prefixado ou Letra do Tesouro Nacional, Tesouro Selic ou Letra Financeira do Tesouro, Tesouro IPCA + com juros semestrais, Tesouro prefixado com juros semestrais, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), debêntures, Letras hipotecárias, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio, operações compromissadas, ouro e fundos de renda fixa. Neste estudo não serão aprofundados os tipos de renda fixa, no entanto, aqueles que aparecerem nas categorias da análise voltam a ser abordados mais adiante. Outro ponto particular da renda fixa é que o investidor deve se ater aos impostos e aos índices de inflação para calcular o lucro real.

A renda variável, por sua vez, é todo tipo de investimento que não garante nem um ganho fixo nem a devolução do total que foi aplicado, podendo variar para mais ou para

menos. Ou seja, o investidor pode ganhar ou perder dinheiro. Os principais tipos são: ações e fundos imobiliários. A Bolsa de Valores do Brasil é a B3, que significa Brasil, Bolsa e Balcão. A criação da B3 foi um processo gradual e secular, que começou em 1890, com a criação da Fundação da Bolsa Livre, de São Paulo, passando por diversos outros modelos, até a fusão de uma única bolsa, em 2017, rompendo com o “modelo anterior, que se sustentava na utilização de nove bolsas de valores dispersas pelas diversas regiões do Brasil e ainda representando uma tentativa de minimizar o problema de baixa liquidez” (Pinheiro, 2019, p. 331). Apresentados esses conceitos, a seguir, serão feitas reflexões sobre o jornalismo econômico brasileiro.

Jornalismo econômico: auxiliando na alfabetização financeira

Informação e economia sempre andaram de mãos dadas. No período Neolítico (7.000 a.C – 2.500 a.C), por exemplo, imperava a economia de escambo, que era baseada na troca direta de mercadorias e serviços. Já nessa época, a troca de informações através da comunicação oral tinha grande importância. Essa relação durou milhares de anos até que se chegasse à invenção da imprensa e, conseqüentemente, o surgimento do que hoje é chamado de jornalismo econômico. Aliás, “o jornalismo econômico tem a mesma idade da imprensa” (Caldas, 2008, p. 11), pois desde o surgimento dos primeiros jornais, informações sobre os mais variados mercados são de interesse público.

Ainda no que se refere à história da imprensa, vale destacar que ela teve papel fundamental na redução dos índices de analfabetismo no mundo ocidental, especialmente na virada do século XIX para o século XX. Assim, pouco mais de um século depois, não só a imprensa, mas todas as mídias ganham importância no desafio de alfabetizar a população financeiramente. Para isso, o jornalismo pode assumir um protagonismo único. Nesse sentido, o conhecimento do jornalista sobre a editoria é fundamental para que ele possa decodificar as mensagens repassadas por especialistas e esclarecer e interpretar números e relatórios para o público. “De fato, os economistas a[s] codificam em linguagem científica, na qual não apenas os argumentos são lógicos, mas também seus conteúdos são constituídos de sistemas lógicos, conceitos, relações e leis econômicas” (Kucinski, 1996, p. 168). Cabe ao jornalista econômico, portanto, decodificar essas mensagens para deixá-las compreensíveis e atrativas para o público. “Ponha o sinal

oposto ao senso comum nas histórias que viraram clichê na imprensa e você provavelmente terá uma grande história nas mãos” (Basile, 2002, p. 101).

Para escrever um texto atrativo ao grande público, o repórter econômico não pode cair na armadilha nem de simplificar demais, nem de querer escrever como se ele mesmo fosse um economista. “O desafio do jornalista está em reportar e analisar, transmitir opiniões de economistas e governo, sem usar linguagem que as pessoas comuns não entendem, e sem violar os conceitos criados pela linguagem dos economistas” (Kucinski, 1996, p. 168). Fazendo isso, o repórter contribui para a alfabetização financeira do público em geral, pois antes de o sujeito ir procurar um aplicativo ou uma produção de conteúdo especializada, ele precisa ter acesso a esse material em lugares alternativos. Nesse cenário aparecem os jornais que abordam os mais diferentes assuntos, como é o caso da *Folha de S.Paulo*.

Conforme Conti (1999), a *Folha* foi fundada em 1921 por Olavo Olívio Olival Costa e depois de dez anos passou às mãos de um grupo liderado pelo conde Francisco Matarazzo e por Octaviano Alves de Lima. Já de 1945 até 1962, o jornal esteve sob a direção de José Nabantino Ramos. Na sequência, a continuidade foi “representada por Octavio Frias de Oliveira, um exemplo de empresário schumpeteriano que descobriu a sua verdadeira vocação com mais de cinquenta anos” (*ibid.*, 1999, p.182). Desde 1992 até hoje, o grupo é presidido pelo filho de Octavio Frias, Luiz Frias.

Mesmo sendo um jornal que aborda as mais diversas especialidades, como política e esportes, no campo econômico há o respeito pela divisão dos dois grandes segmentos do setor: a macro e a microeconomia. E qual a diferença? Ora, a microeconomia, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (1999), é o ramo que estuda como indivíduos, dentre eles, os investidores, tomam as suas decisões econômicas.

Ela [a microeconomia] esclarece como os consumidores tomam decisões de compra e de que forma suas escolhas são influenciadas pelas variações de preços e rendas; explica também de que maneira as empresas determinam o número de trabalhadores que contratarão e como os trabalhadores decidem onde e como trabalhar (*ibid.*, 1999., p. 3).

Os mesmos autores acentuam que a microeconomia também é chamada de *teoria dos preços*, visando estudar o comportamento de produtores e consumidores em mercados específicos. Já a macroeconomia estuda os fenômenos de forma conjunta, como por exemplo, a inflação, o desemprego, o crescimento econômico, a taxa de câmbio

e a renda nacional. Todavia, os assuntos macroeconômicos podem afetar os microeconômicos, e vice-versa. Ou seja, eles se complementam e dialogam, não sendo excludentes. Essa divisão que vem dos estudos sobre economia também vale para o jornalismo econômico voltado para investimentos, que é o caso da *FolhaInvest*, objeto deste estudo.

Análise de Conteúdo e a categorização dos investimentos

Para mapear quais são os principais temas que aparecem nos textos jornalísticos da editoria *FolhaInvest* da edição impressa do jornal *Folha de S.Paulo*, optou-se pela Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Além disso, essa pesquisa se caracteriza por utilizar tanto análise qualitativa quanto quantitativa. Vale destacar que o procedimento metodológico utilizado se caracteriza por ser “um conjunto de instrumentos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (*ibid.*, 2011, p. 15).

Ademais, foram realizadas as três etapas propostas por Bardin (2011), que são: a pré-análise, a exploração do material, e o levantamento e a interpretação dos resultados obtidos. Para a autora, o interesse dos resultados está, sim, “no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’” (*ibid.*, 2011, p. 44). A inferência, fundamental para a pesquisa, consiste no processamento de derivação feita a partir dos dados e tidos como verdadeiros.

Na pré-análise foram estudadas todas as edições impressas do mês de novembro de 2021. Constatou-se que, mesmo sabendo que no aplicativo da *FolhaInvest* disponibilizado para dispositivos móveis novos conteúdos são lançados diariamente, no caso do primeiro caderno do jornal impresso a editoria publica semanalmente um número reduzido de textos devido à limitação de espaço físico. Assim, foram separadas quatro edições para a análise do material, sendo elas publicadas nos respectivos dias: 1º de novembro, 8 de novembro, 22 de novembro e 29 de novembro. Apenas na segunda-feira do dia 15 de novembro não foi publicada a editoria *FolhaInvest*, pois no seu espaço foi divulgado anúncio comercial de página inteira de uma imobiliária.

Na segunda etapa, exploração do material, foi possível elencar cinco categorias, listadas e caracterizadas abaixo:

- 1) *Finanças pessoais*: conforme Gitman (2010), as finanças pessoais se referem à tomada de decisões do sujeito, podendo ser ele produtor ou consumidor. Nesse caso é considerado o impacto que as decisões financeiras dos atores econômicos têm na vida pessoal ou familiar;
- 2) *Renda fixa*: investimento com regras definidas previamente;
- 3) *Renda variável*: investimento pode variar tanto para mais quanto para menos;
- 4) *Renda fixa e variável*: aborda os dois tipos de investimento no mesmo texto;
- 5) *Comportamento*: relação entre comportamento individual ou social com investimentos.

Feita essa classificação, todos os textos publicados na editoria *FolhaInvest* do mês de novembro de 2021 foram categorizados. Vale ressaltar que, jornalisticamente, dois tipos de textos foram identificados. O primeiro é a *reportagem*, que é um texto mais longo com contextualização e aprofundamento da pauta. “É comum o jornalista trabalhar em uma pauta dessas por alguns dias ou até semanas” (Floresta; Braslauskas, 2009, p. 19). Já o segundo é a *coluna de opinião*, que pode ou não ser escrita por um jornalista. “Procura trazer fatos, ideias e julgamentos em primeira mão, antecipando-se à sua apropriação pelas outras seções dos jornais, quando não funciona como fonte de informação (Melo, 1994, p. 136). No caso da *FolhaInvest* a colunista é a planejadora financeira Marcia Dessen, que também autora do livro *Finanças Pessoais: o que fazer com meu dinheiro*.

77

A diversificação das pautas da editoria *FolhaInvest*

Uma das principais estratégias de investimento sugeridas por especialistas como Kiyosaki e Lechter (2000), Cerbasi (2016, 2019) e Pinheiro (2019) é a diversificação da carteira, salientando que a carteira é a divisão do total investido pela pessoa, empresa ou instituição em diferentes tipos de investimentos. Quem investe apenas em uma opção de renda fixa, como a Caderneta de Poupança, por exemplo, vai ter 100% de seus investimentos na Caderneta de Poupança. Já se o investidor dividir os recursos em quatro investimentos, sendo dois de renda fixa (CDB e Poupança, por exemplo) e mais dois em renda variável (ações e fundo imobiliário, por exemplo), ele vai ter 50% em renda fixa e

50% em renda variável e 25% para cada tipo de investimento, se o valor dividido entre todos eles for exatamente o mesmo.

No jornalismo econômico, autores como Caldas (2008), Basile (2002) e Kucinski (1996) pregam a diversidade de pautas, variando entre micro e macroeconomia e, dentro desses dois segmentos, abordando uma pluralidade de assuntos. Assim, na editoria do *FolhaInvest*, para conferir quais os assuntos mais abordados e para verificar se o jornal *Folha de S.Paulo* apresenta uma variação de temas nas páginas da edição impressa sobre investimento, todos os textos encontrados no mês de novembro de 2021 foram classificados nas cinco categorias propostas a partir da exploração do material. Essa análise resultou na elaboração da tabela 1:

Tabela 1: Categorização dos textos publicados na *FolhaInvest* em novembro de 2021

Data	Título	Tema	Tipo de texto
01/11/2021	Papo sério antes do casamento	Finanças pessoais	Coluna de opinião
01/11/2021	Reabertura e Selic guiam apostas em fundo imobiliário	Renda variável	Reportagem
08/11/2021	Cuidados ao investir no exterior	Renda fixa e variável	Coluna de opinião
08/11/2021	Incerteza interrompe IPOs até as eleições	Renda variável	Reportagem
08/11/2021	Consumidor quer usar Black Friday para se livrar dos efeitos da inflação	Comportamento	Reportagem
22/11/2021	Oscilação nos preços da renda fixa	Renda fixa	Coluna de opinião
22/11/2021	Projetos pró-equidade racial atraem recursos de investidor	Renda variável	Reportagem
29/11/2021	CDI a 300%	Renda fixa	Coluna de opinião
29/11/2021	44% dos jovens se baseiam nas redes sociais para investir	Comportamento	Reportagem
29/11/2021	Conheça 5 fundos para investir fora do Brasil	Renda fixa e variável	Reportagem

Fonte: Dados da pesquisa

Para analisar esses dados é preciso olhar um pouco mais de perto cada um dos dez textos publicados. Conforme já ressaltado, a edição impressa da editoria *FolhaInvest*, em novembro, apresentou apenas dois tipos de texto: reportagem e coluna de opinião. No entanto, como o foco da pesquisa não é a classificação dos textos jornalísticos, a análise se dará pela ordem das categorias que aparecem mais frequentemente.

A categoria que mais apareceu foi a renda variável. No total, três dos dez textos foram sobre a temática. O primeiro deles foi a reportagem *Reabertura e Selic guiam apostas em fundo imobiliário*, do repórter Lucas Bombana (2021d), publicado no dia 1º de novembro. Conforme explica Cerbasi (2016), fundos imobiliários investem em participações no mercado imobiliário, acompanhando as valorizações do mercado. No entanto, são considerados renda variável pelos riscos assumidos e porque “são produtos com liquidez reduzida, o que significa que pode não ser fácil obter os recursos de volta quando se pensa em desistir da aplicação” (Cerbasi, 2016, p. 130). Além disso, é um investimento que dilui o capital dos cotistas em diversos imóveis. Na reportagem, o jornalista apresenta as projeções da taxa Selic, que é a taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), para conter a inflação. A reportagem traz a opinião de especialistas e dados que comprovam a expectativa apresentada no título, como por exemplo, quando salienta o aumento no número de investidores em fundos imobiliários no Brasil que passou de 650 mil no fim de 2019 para 1,17 milhão um ano depois.

O segundo texto sobre renda variável identificado foi: *Incerteza interrompe IPOs até as eleições*, reportagem de Clayton Castellini (2021), publicada no dia 8 de novembro. O conteúdo é sobre como a alta da inflação e a disparada dos juros inviabilizam ofertas iniciais na Bolsa de Valores no restante de 2021 e em 2022. A reportagem inicialmente traz diversos dados e índices para, posteriormente, trazer a palavra de especialistas. Mesmo tendo como foco a dificuldade para abertura de capital das empresas, o texto é importante para os investidores ficarem atentos e não esperarem por tal iniciativa. Lembrando que “abrir o capital de uma empresa significa tornar-se uma companhia de capital aberto, ou seja, emitir ações para o público em geral, que poderão ser transacionadas em bolsas de valores ou nos mercado de balcão” (Pinheiro, 2019, p. 238). No entanto, não é feita nenhuma explicação para iniciantes sobre termos e instituições, o que significa que o texto é produzido para pessoas familiarizadas com o mundo financeiro. O mesmo ocorre no terceiro texto sobre renda variável: *Projetos pró-equidade racial atraem recursos de investidor*. Na reportagem de Lucas Bombana (2021c) são apresentados fundos de investimento para grandes investidores, como fundos de *private equity* e *venture capital*, que “são veículos/instrumentos que possuem certa complexidade em sua estruturação e operacionalização” (*ibid.*, 2019, p. 236).

Já sobre renda fixa, os dois textos encontrados são colunas de opinião de autoria da colunista Marcia Dessen, especialista no assunto. Ao contrário das reportagens sobre renda variável, a autora utiliza uma linguagem mais didática, podendo ser lida e facilmente compreendida tanto por investidores mais experientes, quanto iniciantes. No primeiro texto, intitulado *Oscilação nos preços da renda fixa*, Dessen apresenta algumas variáveis e possibilidades desse tipo de investimento. “Os tempos mudaram, a concorrência aumentou muito com a chegada de novas instituições financeiras e as plataformas de distribuição de produtos permitiram o acesso a investidores a aplicações que antes não estavam disponíveis” (Dessen, 2021c, p. A22). Já o segundo texto sobre a temática é: *CDB a 300% do CDI*. Nessa coluna, ela chama a atenção para o fato da promoção, inicialmente atraente, ter validade apenas nas primeiras aplicações e com valores limitados. Desta forma ela desconstrói, de maneira didática, a propaganda sedutora das instituições financeiras (*ibid.*, 2021a, p. A16).

Outros dois textos abordam tanto a renda fixa quanto a variável. O primeiro, *Cuidados ao investir no exterior*, também é da colunista Marcia Dessen e foi publicado no dia 8 de novembro. Nele, Dessen (2021b) primeiro apresenta dados sobre os investimentos de brasileiros no exterior para depois abordar algumas possibilidades, chamando a atenção para os cuidados que devem ser tomados antes de decidir colocar seu dinheiro neles. Um dos focos principais são os tributos. “Dividendos e aluguéis no exterior, por exemplo, são rendimentos tributáveis segundo a tabela progressiva (0 a 27,5%)” (*ibid.*, 2021b, p. A17). Devido à amplitude da temática, a colunista orienta o leitor a buscar uma assessoria especializada no país onde será feito o investimento. Esse diálogo com o leitor faz com que ela cumpra com um dos objetivos do texto opinativo no jornalismo econômico. “Boas colunas podem e devem compor o planejamento editorial de modo a fazer com que esta alcance a maior cobertura, influência e credibilidade possíveis” (Basile, 2002, p. 146).

O segundo texto que aborda tanto renda fixa quanto variável é a reportagem *Conheça 5 fundos para investir fora do Brasil*, de Lucas Bombana, publicada em 29 de novembro. No texto, Bombana (2021b) apresenta como funcionam cinco fundos de investimento internacionais que utilizam tanto renda fixa quanto variável, utilizando gráficos e entrevistando especialistas no assunto, como gestores de estratégias de ações, superintendentes de empresas de investimento, gestores financeiros e investidores. Assim como as outras reportagens, não traz explicações mais didáticas para iniciantes.

Já na categoria comportamento, aparecem mais dois textos. O primeiro aborda o comportamento do consumidor em uma data festiva que se aproxima: a Black Friday. A reportagem foi publicada no dia 8 de novembro e traz como título *Consumidor quer usar Black Friday para se livrar dos efeitos da inflação*. A abordagem está relacionada a assuntos da macroeconomia, porém, o conteúdo acaba destacando o perfil do consumidor, que quer aproveitar os descontos para comprar principalmente alimentos e presentes para as festas de final de ano. O comportamento dos consumidores é esmiuçado na reportagem principalmente por meio dos dados divulgados pela *fintech Trigg*, empresa que fez a pesquisa. “De acordo com o levantamento, 65,4% dos entrevistados esperam conseguir entre 20% e 50% de desconto sobre o preço dos produtos” (Madureira, 2021, p. A17).

A segunda reportagem dessa categoria é sobre o comportamento dos jovens brasileiros em relação ao tema investimentos. O texto intitulado *44% dos jovens se baseiam nas redes sociais para investir*, produzido pelo repórter Lucas Bombana (2021a) e publicado em 29 de novembro, esmiúça a pesquisa do Datafolha que demonstra que 64% dos jovens acreditam que é possível ganhar muito dinheiro em pouco tempo com bases em dicas da internet. No caso, a opinião de especialistas consultados pelo jornalista, como Liao Yu Chieh, professor do Insper e diretor de educação financeira do C6 Bank, que encomendou a pesquisa, converge com a perspectiva de Cerbasi (2019) de que é um mito acreditar em dinheiro fácil no ramo dos investimentos financeiros. No entanto, o que diferencia as duas reportagens sobre comportamento dos textos sobre renda fixa e variável é a linguagem mais acessível ao grande público, e a interpretação dos dados, mais compreensível para iniciantes em investimento.

No mesmo sentido aparece a única produção voltada para finanças pessoais no mês de novembro de 2021. Trata-se da coluna de Marcia Derssen, *Papo sério antes do casamento*, em que a autora dá dicas sobre o planejamento financeiro para as pessoas que desejam se casar. “As finanças serão uma consequência do planejamento da vida que querem viver, do padrão e do estilo de vida” (Dessen, 2021d, p. A17). Assim como nos outros textos já mencionados de Dessen, ela opta pelo didatismo e uma linguagem coloquial, como se estivesse dando as dicas oralmente para o leitor.

Por fim, para facilitar a compreensão sobre os resultados obtidos na pesquisa, apresenta-se o gráfico 1:

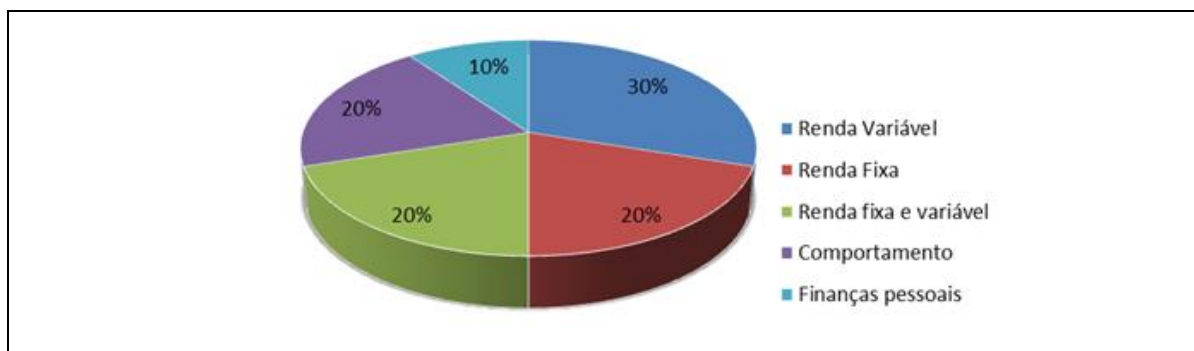


Gráfico 1: Assuntos abordados nas reportagens e colunas de opinião da editoria na edição impressa do primeiro caderno da *Folha de S.Paulo*

Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível perceber, respondendo à pergunta de pesquisa feita anteriormente, o tema que prevaleceu na editoria *FolhaInvest* da edição impressa da *Folha de S.Paulo* durante o mês de novembro foi a renda variável. Porém, há uma diversificação nos temas e também um equilíbrio no espaço dado para cada assunto. Essa pluralidade da editoria vai ao encontro da defesa dos investidores no setor financeiro, que apostam no investimento em várias frentes para obter melhores resultados. “São muitos os que, apesar da quantidade de dinheiro que possuem, não progredem financeiramente. Limitar suas opções é o mesmo que agarrar-se a ideias antiquadas” (Kiyosaki; Lechter, 2000, p. 107). Em contrapartida, acrescentam os autores, a maioria das pessoas só conhece uma solução: trabalhar arduamente, poupar e tirar empréstimos. Pode-se afirmar que, tomar tais atitudes, seria o mesmo que a editoria de investimentos de um jornal optar por apenas uma fórmula ou monopolizar os assuntos abordados em suas páginas.

Apesar da boa diversificação de assuntos sobre investimentos nas páginas da *FolhaInvest*, que nesse recorte apresenta uma tendência positiva de pluralidade e equilíbrio, constatou-se diferenças na forma de abordar os assuntos. Enquanto as produções sobre renda fixa e variável são pouco didáticas e são escritas para um leitor mais qualificado e já inserido no mundo dos investimentos e das finanças, reportagens sobre comportamento e as colunas de opinião são mais explicativas e didáticas. Acredita-se, assim, que a reportagem poderia, além de apresentar tendências, também fazer uma análise mais crítica de falsas oportunidades, prestando um jornalismo econômico mais

próximo da prestação de serviço ao leitor, afinal, consultores, analistas e propagandas de instituições financeiras podem induzir o público a fazer péssimos negócios.

Considerações finais

Voltando ao exemplo dos consultores, orientadores, gurus, investidores e outros profissionais que utilizam as plataformas digitais para propagar os seus conteúdos, ressalta-se que o jornalista tem uma grande vantagem sobre eles, mas que precisa aprender a explorar mais. Enquanto esses produtores de conteúdos ficam presos às suas especialidades, o profissional de imprensa tem liberdade para ouvir os mais variados e qualificados especialistas para abordar os diferentes assuntos. Não é à toa que, em seus livros, Gustavo Cerbasi — que também conta com perfis nas redes sociais e canal no YouTube — orienta o seu público a acompanhar a imprensa especializada em investimentos, como é o caso da *FolhaInvest*.

Outro ponto a favor do jornalismo econômico é que ele ainda conta com uma imagem, construída ao longo dos séculos de imprensa brasileira, de credibilidade e de independência. Ou seja, enquanto o youtuber que também é dono de uma financeira quer, direta ou indiretamente, divulgar seu conteúdo para conquistar mais clientes, o jornalista pode — e deve — repassar uma informação útil e qualificada a seu público, afinal, é a informação correta do jornalista que vai atrair mais pessoas para os seus veículos. “Não aceitar encomendas de relatórios reservados, ou outros textos que não sejam escritos segundo a ótica do interesse público; não aceitar pagamentos por palestras a empresários que não possam ser públicas; não aceitar favores ou presentes de valor” (Kucinski, 1996, p. 181), orienta o autor aos jornalistas do setor econômico para manter a sua credibilidade e independência. Apenas assim, o jornalismo econômico cumprirá com a sua função pública, que além de orientar a população sobre como investir melhor, também pode auxiliar na alfabetização financeira dos brasileiros.

Sobre os resultados obtidos, salienta-se que a editoria *FolhaInvest*, na edição impressa do primeiro caderno do jornal *Folha de S.Paulo*, cumpre com seu papel de diversificar os assuntos levados ao leitor. Por outro lado, peca em alguns casos ao privar o leitor iniciante do entendimento de pautas mais complexas, como as reportagens analisadas sobre rendas fixa e variável. Nesse sentido, a coluna de opinião de Marcia Dessen e as reportagens sobre comportamento ajudam a balancear a atratividade da

página para o leitor não familiarizado com o mundo das finanças. O desafio, apontado por este estudo, é trazer essa perspectiva mais didática e clara — se não para todas — ao menos para algumas das reportagens sobre investimentos em renda fixa e variável. Por fim, encerra-se este estudo salientando que ele faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a temática, esperando que possa servir aos interesses do leitor e incentivar outros pesquisadores a aprofundarem os conceitos, os objetivos, os deveres e os benefícios do jornalismo econômico na sociedade.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASILE, S. **Elementos do jornalismo econômico**: a sociedade bem informada é uma sociedade melhor. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BOMBANA, L. 44% dos jovens se baseiam nas redes sociais para investir. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2021a. Primeiro caderno. p. A16.
- BOMBANA, L. Conheça 5 fundos para investir fora do Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2021b. Primeiro caderno. p. A17.
- BOMBANA, L. Projetos pró-equidade racial atraem recursos de investidor. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2021c. Primeiro caderno. p. A23.
- BOMBANA, L. Reabertura e Selic alta guiam apostas em fundo imobiliário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 nov. 2021d. Primeiro caderno. p. A17.
- CALDAS, S. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CASTELINI, C. Incerteza interrompe IPOs até as eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2021. Primeiro caderno. p. A17.
- CERBASI, G. **Dinheiro**: os segredos de quem tem. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- CERBASI, G. **Investimentos inteligentes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- CONTI, M. S. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DESSEN, M. CDB a 300% do CDI. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2021a. Primeiro caderno. p. A16.
- DESSEN, M. Cuidados ao investir no exterior. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2021b. Primeiro caderno. p. A17.

DESSEN, M. Oscilação nos preços da renda fixa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2021c. Primeiro caderno. p. A22.

DESSEN, M. Papo sério antes do casamento. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 nov. 2021d. Primeiro caderno. p. A17.

FLORESTA, C.; BRASLAUSKAS, L. **Técnicas de reportagem e entrevista em jornalismo**: Roteiro para uma boa apuração. São Paulo: Saraiva: 2009.

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

KIYOSAKI, R.; LECHTER, S. **Pai rico, pai pobre**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KUCINSKI, B. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

MADUREIRA, D. Consumidor quer usar Black Friday para se livrar dos efeitos da inflação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2021. Primeiro caderno. p. A16.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BBC Brasil. **Pesquisa mede “analfabetismo financeiro” no mundo; veja as questões do teste**. São Paulo: BBC Brasil, 2015. Disponível em: <https://bbc.in/3sqjiZk>. Acesso em: 5 dez. 2021.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

PINHEIRO, J. **Mercados de capitais**. São Paulo: Atlas, 2019.

Submissão: 14 de dez. 2021

Aceite: 7 de nov. 2023.

Valores duradouros brasileiros: a predominância do privado sobre o público

Thais de Mendonça Jorge¹
Francisco Verri²

Resumo

Ao estudar os valores nas notícias, Gans (2004) definiu os que os jornalistas carregam durante a prática profissional. Incorporados ao julgamento da importância dos acontecimentos, eles conduzem a produção noticiosa e constituem um mapa cultural da sociedade. Este artigo mostra, a partir da análise da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*, que os valores podem ser duradouros ou tópicos na determinação do que vai ser noticiado. No Brasil, os resultados da pesquisa apontam que os jornais priorizam notícias que exprimem a supremacia do ponto de vista privado sobre o público, deixando de lado as consequências sociais desse enfoque. Propõe-se a submissão do público ao privado no Brasil como valor duradouro.

Palavras-chave: Notícia. Patrimonialismo. Valores Duradouros.

86

Brazilian Enduring Values: the predominance of the private over the public

Abstract

By studying news values, Gans defined values that journalists carry during professional practice. Incorporated in judging the importance of events, they conduct news production and constitute a cultural map of society. This article shows from the analysis of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* that values can be enduring or topical in determining what will be reported. In Brazil, the search results demonstrate that newspapers prioritize news that expresses supremacy from a private standpoint over the public, leaving aside the social consequences of this approach. The submission of the public to the private in Brazil is proposed as an enduring value.

Keywords: News. Patrimonialism. Enduring Value.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: thais.mendonca@fac.unb.br.

² Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no curso de Comunicação e Mídias da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: chicoverri@gmail.com.

Introdução

Nos anos 1830, nos Estados Unidos, a *penny press*, com jornais comercializados a um centavo, reconfigurou a prática profissional ao remodelar a forma de financiamento dos veículos impressos: passaram a ter o apoio de empresas e comércio local em vez da dependência de partidos políticos. A par da expansão das tiragens, esse movimento ajudou a popularizar os jornais e a promover novas técnicas jornalísticas que ampliaram a possibilidade de coberturas factuais (Schudson, 2010). O jornalismo objetivo, condicionado a compromissos com a imparcialidade, neutralidade e a verdade, disciplinou a práxis profissional e se normatizou como modelo: nasce a pirâmide invertida.

A objetividade, conceituada por Schudson (2014), manifesta-se como um código moral que guia as atividades jornalísticas. Ritual estratégico (Tuchman, 1993), invocado no dia a dia da profissão, ela se valida como mecanismo de proteção contra críticas e acusações de parcialidade, funcionando como um delineador do fazer jornalístico (Gans, 2004). O pressuposto da objetividade referenda a exclusão de ideologia dos acontecimentos noticiáveis, ainda que o conjunto dos critérios de noticiabilidade represente por si próprio uma valoração, a qual termina compondo um mapa cultural da contemporaneidade, sob os olhos da mídia. Na moldura da Teoria do Espelho (Traquina, 2004), a objetividade moldaria a profissão, justificando o suposto caráter desinteressado do jornalista como mero espelho da realidade, mediador dos fatos, isento de opinião e qualificado para reportar qualquer fato o mais próximo possível do real.

Como instituição com capacidade de transformar a realidade (Tuchman, 1978), o jornalismo carrega em seu núcleo a virtude de ser um instrumento de (re) significação dos acontecimentos (Cook, 2011). Mas a ideia de anulação da subjetividade do jornalista esconde interesses, consensos, regras e juízos da sociedade. O noticiário, segundo Biroli e Miguel (2012, p. 29), obedece a valores, e as informações somente “fazem sentido se e apenas se têm como pano de fundo discursos mais permanentes”. Segundo esses autores (Biroli; Miguel, 2012, p. 23), “o valor da ‘objetividade’ confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais”. A própria ética do jornalismo e as rotinas produtivas, “que estabelecem as diferenças entre o bom e o mau jornalismo”, organizam-se a partir da noção de objetividade como mantra indelével.

Este artigo propõe, a partir da análise de matérias jornalísticas que foram representadas nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, interpretar e compreender um valor que parece prevalecer no Brasil e está muito presente no

noticiário: a prevalência do ponto de vista particular ou privado sobre um olhar público, no julgamento dos fatos destinados a compor o todo informativo. É importante ressaltar que não se investiga o texto presente na capa. O foco é no texto do interior do jornal que foi considerado importante pelo veículo para ir à capa da edição do impresso. Em meio à competição sobre o que deve ganhar destaque entre os principais acontecimentos do dia (Jorge, 2016), a promoção do domínio público deveria ser item obrigatório nos dois periódicos generalistas, de circulação nacional, cujos princípios pretendem estar de acordo com o interesse público. Aqui também procuramos tensionar o debate em torno do jornalismo tradicional (o do *mainstream*), apontando suas contradições e incoerências, ao mesmo tempo em que buscamos compreender outros elementos envolvidos na prática profissional, encarando as facetas do jornalismo e da decolonialidade. A decolonialidade é um conceito que aborda as consequências e estruturas de poder a partir do processo de colonização, absorvendo, no caso brasileiro, características como o patrimonialismo (Faoro, 1977).

O ano de 2017 foi um ano atípico na história do Brasil. Michel Temer (2016-2019) assumiu o governo em agosto de 2016, depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No âmbito político, a Operação Lava-Jato — que começou como iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro — realizava uma série de ações, incluindo busca e apreensão de bens de políticos e empresários. A reforma trabalhista havia sido aprovada, flexibilizando as relações entre patrões e empregados sem mediação dos sindicatos. E o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha sido condenado à prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva pelo juiz Sérgio Moro. Foi, portanto, um período interessante para investigar a complexa relação entre o interesse público e o interesse privado, especialmente na visão dos meios de comunicação.

Valores duradouros de Gans

Ao estudar a notícia em quatro veículos — *CBS Evening News*, *NBC Nightly News*, *Newsweek* e *Time* —, na década de 1970, Gans (2004, p. 39) identificou nas notícias dois componentes básicos: os julgamentos da realidade e os valores. Contrário à ideia de que os relatos noticiosos seriam isentos de subjetividade, o autor afirmava que “jornalistas tentam ser objetivos, mas nem eles nem ninguém conseguem viver sem

valores”. O autor observou que os valores jornalísticos nunca eram explícitos e podiam ser encontrados nas entrelinhas. “Cada matéria pode ter muitos valores”, frisava Gans (2004, p. 41), preferindo reduzir o conceito de valor nas notícias a uma “declaração de preferência sobre nação e sociedade”, relacionado às “principais questões nacionais ou sociais”.

Gans distinguiu dois tipos de valor: 1) *valores tópicos* e 2) *valores duradouros*. Os primeiros seriam fatos envolvendo determinados atores e atividades do momento — portanto temporais e localizados —, enquanto os duradouros se definiriam como aqueles que podem ser encontrados em vários tipos de notícia, durante longo tempo. Etnocentrismo, democracia altruísta, capitalismo responsável, proximidade, individualismo, moderação — são valores de longa duração que o autor apontou na sociedade norte-americana. Ainda que elaborados na década de 1970, esses valores transcendem o contexto temporal (Cook, 2011), acompanhando o desenvolvimento social e resignificando-se a partir de situações socioeconômicas e históricas.

É compreensível que a publicação de reportagens obedeça a alguns critérios quanto à seleção de informações e isto impacte as decisões do jornalista e do editor que processa os dados (Scheufele, 1999), mas os princípios básicos do jornalismo são de uma forma ou de outra unificados globalmente, embora possam, muitas vezes, ser contestados por aspectos políticos, sociais, econômicos (Deuze, 2002; Hanitzsch *et al.*, 2019; Wolf, 2003; Zelizer, 2005). Galtung e Ruge (1965), em seu trabalho seminal sobre como as notícias são escolhidas, alinham uma série de qualificativos que conferem a um fato características que podem levá-lo a entrar no noticiário. São os valores-notícia (*news values*).

No jornalismo, incorporados ao processo de seleção do que é notícia, eles se imiscuem no ideal de um jornalismo objetivo, que mostre distanciamento e imparcialidade em relação ao fato. No entanto, o que Gans (2004, p. 182) comenta é outra coisa. “Uma vez que os jornalistas não podem operar sem valores, como qualquer outra pessoa, os [valores] escondidos em seu trabalho permitem que eles deixem seus valores pessoais conscientes ‘em casa’”. O autor reitera que os valores duradouros garantem a autoridade do jornalista, sem extrapolar outros sistemas que organizam a sociedade. Valores semelhantes, compartilhados pela indústria de mídia, resultam em enquadramentos semelhantes do mesmo fato e/ou no silenciamento entre os veículos de comunicação sobre temas, eventos ou pessoas.

Ratificados na prática jornalística, os valores duradouros propostos por Gans (2004) podem ser compreendidos como valorações inerentes ao comportamento e à organização da sociedade. Esses valores, conforme Cook (2011, p. 207), revelam “não simplesmente o entendimento que os jornalistas têm de como o mundo funciona, mas também sugerem uma concepção de como o mundo deve funcionar”. Se, nos Estados Unidos, Gans (2004) encontrou valorações típicas dos norte-americanos, no Brasil, a dinâmica social se concentrou em características importadas pela colonização portuguesa (Faoro, 1977). O presente artigo sugere a submissão do público ao privado como valor duradouro que se normatiza na produção noticiosa, reproduzindo preceitos consensuados na sociedade, numa linha tênue entre as fronteiras do que pode ser questionado e o que deve ser ignorado.

Colonialidade, patrimonialismo e estamento

A estranheza entre os limites do público e do privado se mostra já no embrião da sociedade brasileira. Com formação cultural importada sob os interesses da coroa portuguesa, o desenvolvimento nacional se consolidou numa complexa relação entre esses dois domínios (Holanda, 2006), que aqui se misturam e se confundem. Como observa Vianna (1982), a organização do Estado brasileiro não se deu por iniciativa da população: foi estabelecida institucionalmente por Portugal. Isso resultou em uma engrenagem de controle das comunidades e até das instituições públicas por meio de privilégios, exploração das relações familiares e ênfase na cordialidade (Holanda, 2006). O conceito, para o autor, está atrelado à aversão às formalidades sociais, o que ocasionaria uma dificuldade de tratar a cidadania e a política longe das questões pessoais.

Desde as capitânicas hereditárias, o sistema patrimonial implantado no Brasil se caracterizou pela confusão entre o patrimônio pessoal de governantes e os recursos e bens do Estado. O patrimonialismo brasileiro — entendido como forma de organização política em que a autoridade é exercida a partir do poder pessoal — edificou-se a partir da máquina administrativa implantada na Colônia, reforçada e padronizada pela presença aqui dos monarcas lusitanos no século XIX, terminando por enraizar-se nas estruturas sociais brasileiras ao longo dos diferentes regimes até a atualidade. Como autoridade máxima, o governante empregava riquezas nacionais em uso próprio (Faoro, 1977),

confundindo o bem particular com o bem público e promovendo um Estado personalista, onde a coletividade e a esfera pública se submeteriam ao individual e à esfera privada.

Assim, na sociedade patriarcal (Freyre, 2005), o patrimonialismo projetou na autoridade política as peculiaridades da área doméstica, descaracterizando o que seria de natureza pública. Ao mesmo tempo, estendeu à população anseios de um âmbito familiar, hierarquizado a partir da figura masculina do patriarca, envolvendo a subordinação às autoridades e a solidariedade entre parentes e amigos próximos, apartada do ideal de uma esfera pública inclusiva e universal. Faoro (*apud* Rezende, 2006, p. 95) previu os desdobramentos do patrimonialismo ao afirmar que a “realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista”.

O patrimonialismo hoje se constitui numa ordem burocrática que se orienta pelos interesses de uma classe estamental sob a lógica do capitalismo moderno. Ao mesmo tempo em que se afirma por uma modernidade capitalista, o sistema patrimonial atual reproduz o sistema guiado por uma elite política que se acostumou a ver as instituições públicas como extensão da vida familiar e comanda as organizações como negócios privados (Faoro, 1977, p. 733). Nesse sentido, a sociedade se vê dentro de um “aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos”, autorizando a institucionalização do patrimonialismo a partir de uma ideia de tradicionalismo — “assim é porque sempre foi” (Faoro, 1977, p. 733).

Compreendido como sistema que se orienta pela obtenção de privilégios, demarcado pela sobreposição do soberano ao cidadão; pela dissolução dos limites entre o quadro de servidores e o âmbito familiar do governante; pelo capitalismo e enfraquecimento das liberdades econômicas e públicas, o patrimonialismo brasileiro desconfigura o sentido de Estado burocrático weberiano³. Ao contrário, promove o aparelhamento por um viés eleitoreiro e de confiança pessoal, deixando em segundo plano especializações e qualidades técnicas. De acordo com Silveira (2005), a transferência da esfera particularista para a pública, em países desenvolvidos, se deu durante a passagem do sistema feudal para o capitalismo, formando um Estado com maior autonomia e independência, o que não se viu no Brasil.

³ O termo, cunhado por Marx Weber, refere-se à forma de organização do Estado baseado em critérios racional-burocráticos que funcionam como forma de domínio legítimo e de organização administrativa.

Característica de sociedades em que o mercado não domina a economia, o estamento é uma forma de ordem social que regula a estratificação e as relações de poder, impondo “vontades sobre as condutas alheias”. Os estamentos, diferentes das classes sociais que se organizam conforme interesses e condições econômicas, são comunidades fechadas e com poder centralizado, que exigem dos membros posição elevada (Faoro, 1977, p. 715). Consolidam-se, ainda que com grande influência econômica, como uma comunidade que reclama privilégios para manter a capacidade de controle do Estado e o poder sobre o que acontece na sociedade. Destacam-se por uma presença efetiva nas instituições públicas como forma de garantir a utilização da máquina estatal em benefício próprio. O patrimonialismo brasileiro se organiza por estamentos burocráticos e políticos que incidem sobre todas as esferas da vida social.

Contínuo e arraigado à formação da sociedade brasileira (Rezende, 2006), o patrimonialismo serve como base na sobreposição do privado sobre o público. Por isso, também ele pode ser visto como valor duradouro, no conceito de Gans (2004), um valor que permanece no tempo e se materializa na descaracterização do que é público. De um lado, submete-se a uma lógica privada e particularista e se enquadra sob os pilares de um sistema patrimonial que responde à individualidade, ao estamento (Faoro, 1977); de outro, vincula-se à economia capitalista e mostra despreocupação em atender aos anseios coletivos. Nas palavras de Faoro (*apud* Rezende, 2006, p. 95), a composição se funda na condicionalidade do patrimonialismo estatal ao “setor especulativo da economia”, predominantemente “voltado ao lucro como jogo e aventura”, e se alia pelo interesse “no desenvolvimento econômico sob o comando político”, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar.

No Brasil, a emergência de uma esfera pública não se dá a partir da autoconsciência e de reflexões dos burgueses: nasce de um processo político com forte influência do patrimonialismo, organizando as instituições públicas sob a lógica da elite política, que vê no jornalismo um espaço importante para seus interesses (Ribeiro, 2004).

Metodologia

Estampando as principais notícias do dia, sob a ótica e os princípios de cada veículo de comunicação, as capas de jornal retratam valorações e convenções jornalísticas. Como espaço de prestígio, a publicação na primeira página permite

identificar posturas ideológicas e valores duradouros (Gans, 2004; Jorge, 2016), servindo como indicador para a análise, conforme propomos neste artigo. A pesquisa se debruça sobre as matérias que foram destacadas nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* durante o mês de agosto de 2017. A presença na primeira página funciona como critério de seleção para os textos que fomos buscar nas páginas internas, e que foram analisados. Assim, não são objeto desta pesquisa as chamadas, textos, fotos, manchetes e outros elementos da primeira página dos jornais, mas estes servem para constataremos a relevância de determinado assunto, levado à capa. A fim de investigar nosso problema de pesquisa, o *corpus* inicial compunha-se de aproximadamente 900 chamadas e era formado por todos os títulos de capa dos dois veículos durante dias ininterruptos (24 dias na *Folha* e 26 n' *O Globo*)⁴.

O problema de pesquisa era verificar se o conteúdo que mereceu destaque na primeira página registrava o valor duradouro que buscávamos: a submissão do público sob o privado. Do *corpus*, descartamos as matérias que não diziam respeito a esse tema. Chegamos assim a um total de 39 reportagens em cada veículo, totalizando 78 a serem lidas e examinadas (ver Quadro 1, disponível no final do texto). O critério de seleção foi constituído com base nas discussões de Freyre (2005), em especial o conceito de patrimonialismo. Isto é, incluíram-se as matérias que demonstravam: 1) confusão entre as esferas privada e pública; e 2) estruturas de poder em que os laços pessoais e íntimos se sobressaíssem a interesses e lógica pública.

O processo de coletar, organizar e selecionar foi orientado pelos preceitos técnico-metodológicos da Análise de Conteúdo (Jorge, 2015; Bardin, 2011), conjunto de técnicas que permite encontrar marcas dentro do núcleo de sentido de um conjunto de textos, à procura de particularidades do fenômeno estudado, compreendendo as características que podem ou não corroborar a sobreposição do público ao privado. Nessa seleção, ficamos atentos aos títulos que abordavam as relações de poder — como, por exemplo, a discussão sobre orçamento público, o processo de privatizações ou as relações entre os órgãos públicos e as empresas privadas.

Quanto às capas, reconhece-se sua importância enquanto o lugar mais nobre, como processo da rotina produtiva. Para Ferreira Junior (2017), a primeira página privilegia o código visual, e é formada por imagens, cores e organização em lugares

⁴ A investigação fez parte de pré-teste de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), em 2021.

estratégicos para chamar a atenção do leitor. Tal condição sugere, a nosso ver, que os textos estudados dialogam com a produção do noticiário como um todo, de maneira que a amostra selecionada carregue significados de valor estruturados, tanto na administração do local mais relevante na capa, como no interior da publicação. A seleção final que compõe este artigo — no *Quadro 1* (em anexo) os títulos selecionados estão marcados com asteriscos — deu-se sob o critério de representatividade dos elementos relevantes por nós apontados: decolonialidade, patrimonialismo e estamento.

Resultados e discussão

Partindo do ponto de vista de que a prevalência do privado sobre o público é um valor duradouro brasileiro — derivado, como vimos, de nossas raízes patriarcais —, observamos, em nossa amostra, que esse valor condiciona o que é notícia, possivelmente orientando quais acontecimentos serão destacados e que enquadramentos se alinham a essa valoração. Na cobertura de diferentes editorias — Economia, Mercado, Política e Brasil —, o valor duradouro mostra-se relevante, apresentando-se em quase a totalidade das capas analisadas — mesmo quando não é a manchete principal.

Na *Folha de S. Paulo* e n' *O Globo*, a incidência parece reafirmar a importância desse valor no espectro do que é noticiável, o que nos leva à inferência de que seja item quase obrigatório nos dois informativos — média de 1,2 notícia/dia. Ainda que em estados diferentes e inseridos em contextos políticos e econômicos distintos, os veículos conduzem os trabalhos em simetria, a partir da nacionalização das coberturas e de valores-notícia consolidados, como poder, dinheiro e disputa, por exemplo (Verri, 2017). Os exemplos a seguir são os que consideramos mais interessantes na aproximação com nossa hipótese.

Impulsionado pela característica de sobrevalorização do privado, o mercado parece se tornar o balizador da economia nas páginas de jornais tradicionais como *O Globo* e *Folha*. Em entrevista com Armínio Fraga, presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso (Balthazar; Pinto, 8 ago. 2017), a governabilidade e o processo político brasileiro se confundem. Nas palavras de Fraga, “o governo vem conseguindo manter viva alguma margem para a aprovação de reformas [trabalhista, previdência]”, enquanto se projetam para a economia brasileira pretensões e objetivos que o mercado busca embutir nas ações governamentais. A matéria da *Folha de S. Paulo*

reafirma a composição de um estamento que se alinha aos interesses do setor especulativo e cobra medidas políticas emergenciais, ajustes fiscais e a redefinição do “tamanho e qualidade do Estado”. O jornal se dedica a alimentar a expectativa de um presidenciável “ao centro, [da] antipolítica, vindo de fora”, que se aproximaria de uma figura como o presidente francês, Emmanuel Macron. Lembramos que Macron, filiado ao *La République En Marche* (LREM), partido fundado por ele próprio, é banqueiro e se elegeu ao governo da França com bandeiras pró-mercado. Assim podemos antever o processo de construção de um candidato à Presidência do Brasil como Jair Bolsonaro, que se apresentaria anos mais tarde como “o antipolítico”, ou “aliado às massas”.

Na *Folha de S. Paulo*, o texto “Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo” (Wiziack, 9 ago. 2017) reforça eventuais benefícios que investimentos em infraestrutura, com o estabelecimento de parcerias com o setor privado, teriam em relação ao futuro brasileiro. Construída apenas com uma fonte — o secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimentos Adalberto Vasconcelos —, a matéria do jornal paulista dedica metade de uma página à defesa das Parcerias Público-Privadas (PPP), apresentando cronograma das privatizações previstas pelo Governo Federal. Sem qualquer questionamento ou posicionamento contrário, utiliza-se um ator importante para noticiar uma espécie de balanço das atividades da pasta; informa-se o andamento do programa, classificado como “desestatização do Estado”, em movimento para “retirar os obstáculos aos investimentos estrangeiros” a partir de simulações iniciais da Empresa de Planejamento e Logística que indicam a necessidade de se “privatizar rodovias para atrair investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões até 2025”, entre outros projetos de concessão de “ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias”.

A partir de estudo da Instituição Fiscal Independente do Senado e com declarações do ministro da Fazenda à época, Henrique Meirelles, a matéria “Temer cogita cortar gasto para conter rombo”, da *Folha de S. Paulo* (Wiziack *et al.*, 11 ago. 2017), se concentra no enquadramento oficial, mais uma vez sem apresentar o contraditório. A fim de conceder um “sinal para o mercado financeiro”, o texto defende a política do *cortar na carne*, priorizando a boa imagem perante o setor especulativo, em vez da manutenção de investimentos internos e em serviços públicos.

Ao advogar a redução de investimentos a partir do corte de “ao menos R\$ 10 bilhões em despesas com servidores e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para fechar suas contas” (Wiziack *et al.*, 11 ago. 2017), o governo e a mídia

projetam o ônus a toda a população, reduzindo o impacto para a elite econômica. Em contrapartida, esses dois atores parecem pactuar no perdão de dívidas de grandes empresas pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), sem questionar privilégios e facilidades a esse setor. A rigidez nos cortes e nos investimentos em infraestrutura não se repete quando se refere ao bolso das grandes empresas nacionais, como no fragmento: “O Governo previa arrecadar R\$ 13 bilhões com o programa, mas tenta negociar um novo texto que gere pelo menos R\$ 10 bilhões”.

Em nossa hipótese, mantendo-se no noticiário como um valor duradouro, a sobreposição do privado se naturalizaria perante um jogo maniqueísta entre individual e coletivo (Barros, 2002), investimentos e gastos, direitos e reformas, competência e incompetência governamental, déficit e superávit. Em consonância com a agenda governamental, os veículos desenvolvem suas narrativas a partir de fontes oficiais e figuras do mercado financeiro, alinhando-se à ideia de uma esfera privada que balize a gestão pública, a economia e a política nacional.

Em entrevista com Nilson Teixeira, economista-chefe do banco de investimentos Crédit Suisse, publicada sob o título “Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado” (Redação, 20 ago. 2017), a *Folha* coloca a economia brasileira a meio caminho entre ações governamentais e mercado financeiro. Responsabilizado pela “pior recessão da história”, conforme o primeiro parágrafo do texto de abertura, o desequilíbrio fiscal recai sobre a incapacidade do governo em gerir os recursos públicos, ao não conseguir reduzir benefícios de categorias organizadas, como servidores públicos, nem adequar o sistema tributário. Mais uma vez o coletivo leva a pior. O economista do Crédit Suisse — num exemplo de centralismo eurocêntrico — mostra como solução “ajustes dolorosos” que agradariam ao mercado, melhorando a imagem de um Brasil que “está longe de ser o país com maior perspectiva de ganhos” (Redação, 20 ago. 2017) aos olhos de investidores estrangeiros. Valoriza-se a esfera privada ao estabelecê-la como parâmetro para o setor público, para a política econômica e até para decisões governamentais.

Em “O custo de benefícios indevidos”, *O Globo* (Valente, 20 ago. 2017), responsabiliza a coletividade, para justificar fraudes e erros do sistema previdenciário. O texto traz casos de usuários que receberiam indevidamente benefícios sociais do governo. A partir de estudos do Tribunal de Contas da União e do Governo Federal, levanta-se uma forma de reduzir responsabilidades financeiras. A reportagem justifica mudanças na

atitude do governo, nesse caso, como forma de barrar os custos — e não uma maneira de impulsionar investimentos — a partir da oposição entre o individual e o coletivo, entre o extraordinário e o ordinário: “Essas fraudes e erros ocorrem no momento em que a sociedade se confronta com o dilema de reformar a Previdência ou começar a cortar em áreas essenciais. Tudo porque falta dinheiro”. Casos como a menina de oito anos que recebia o auxílio-maternidade no Maranhão, da quadrilha que falsificava identidades falsas para receber o benefício no Rio de Janeiro ou de um esquema de presidiários que assumiam a paternidade de crianças no Acre, se juntam a outros exemplos que impactariam no déficit previdenciário de R\$ 185,8 bilhões, como aponta o periódico.

Do mesmo modo, em “Energia é a mais cobiçada”, de *O Globo* (Doca, 26 ago. 2017), com informações divulgadas nas redes sociais da Presidência da República, desenvolve o discurso de excelência da iniciativa particular ao reproduzir a declaração do presidente Michel Temer de que o “programa de privatizações do governo irá deixar o Brasil mais ‘moderno’”. Para além de uma medida de saneamento das contas públicas, concessões e privatizações são avaliadas como produtos que podem gerar competitividade ao Brasil. Segundo dados do Programa de privatizações do Governo Federal, presentes em infográfico, o total de bônus que a União receberia com o processo de desestatização, entre os anos de 2017 e 2018, seria de R\$ 60 bilhões. Quase como prestação de contas do programa e com informações do presidente da República, alinha-se a percepção de que a “privatização irá melhorar os serviços” (Doca, 26 ago. 2017) a partir do mesmo discurso de eficiência e competência da iniciativa privada.

Nos exemplos citados, representativos de nossa amostra, a preponderância do privado sobre o público surge nas matérias jornalísticas como valor duradouro, que obtém a aceitação dos jornalistas e se insere em sua cultura, transparecendo no produto jornalístico — a notícia. Esse fato, por sua vez, denotaria a opção dos proprietários de mídia pelo lado da iniciativa privada, ao qual eles pertencem por origem.

Considerações finais

Dentro de uma concepção de como o mundo deve funcionar (Cook, 2011), os valores duradouros (Gans, 2004), em uma perspectiva brasileira, remontam à formação da sociedade nacional. Encontrado nas notícias de capa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, o valor duradouro estudado aparece como item quase que obrigatório na pauta.

Identificamos o valor privado-público na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, no período de um mês (agosto de 2017), ratificando sua notoriedade ao manter presença nas chamadas de capa. Em maioria nos cadernos que cobrem economia, o valor privado-público entrelaça as agendas política e nacional em uma incidência que reafirma e legitima sua importância dentro dos consensos (Biroli, 2013) que moldam o noticiável. Naturalizado e incorporado como verdade objetiva, a sobrevalorização do privado enquadra-se como ponto de vista prevalente, desqualificando a propagada pluralidade de vozes e perspectivas que os veículos de comunicação advogam; ao contrário, com essa atitude autorizam a construção de notícias baseadas apenas em fontes oficiais, especialistas do mercado financeiro e atores de alto escalão de governos.

Sugerindo um trabalho em sintonia, baseado em valores profissionais idênticos, os dois jornais desenvolvem pautas que prestigiam a competência de setores privados, ao mesmo tempo em que inferiorizam o serviço e as instituições públicas a partir do binarismo eficiência/ineficiência, individualidade/coletividade, modernizante/antiquado, tão redutores como desvinculados da realidade. As matérias encontradas nesta pesquisa destacam o processo de privatizações e concessões e depreciam o uso de recursos públicos em investimentos de infraestrutura ou no financiamento de direitos e garantias sociais. Os veículos funcionam como legitimadores da agenda do Governo Federal, que se alinha às metas do mercado financeiro numa visão de fora para dentro: redução do tamanho do Estado, privatizações e funcionamento segundo leis de mercado, discurso de demolição das instituições, colocando-se em seu lugar a iniciativa privada.

Na adesão ao livre-comércio — sem contrapartida social —, a indústria de mídia no Brasil, em nossa pesquisa sobre os valores duradouros, opta por escolher como culpados os beneficiários da Previdência, servidores e instituições públicas centenárias, como as universidades, na defesa da agenda econômica dos países ricos, muitos deles atrelados às grandes empresas multinacionais. As consequências de todo esse movimento podem ser vistas agora: aumento das desigualdades, acirramento dos nacionalismos, ameaça às culturas regionais. O próprio afastamento da presidente Dilma, como manobra de setores descontentes da política e da economia, pode ser interpretado como sintoma dos estamentos em vigor — sociedades fechadas, nas quais um poder central reivindica posição superior — e, numa articulação bem azeitada, consegue até derrubar a chefe do Executivo.

Esta reflexão leva a um debate sobre a ordenação colonialista do passado brasileiro, em busca de emancipar as práticas e procedimentos trazidos pela matriz europeia ou norte-americana no jornalismo, os quais, por sua vez, conduzem a uma visão estereotipada dos problemas, naturalmente excludente quanto aos próprios acontecimentos seu valor como notícia.

O contexto da pandemia de Covid-19 durante quatro anos lançou o Brasil numa situação histórica que veio a tensionar a importância da “coisa pública”, quando o Programa Nacional de Imunizações, a atuação do Sistema Único de Saúde e a competência do Ministério da Saúde foram colocados à prova e, em meio a controvérsias com o governo vigente, terminaram valorizados pela imprensa *mainstream*, o que poderia contradizer nossa hipótese. No entanto, tal perspectiva aconteceu num contexto específico de pandemia, que exigiu a participação direta do Estado para amenizar os efeitos à saúde pública, economia, entre outros setores da sociedade. Logo, configura-se como situação atípica que precisaria ser explorada em futuras investigações.

Esperamos que este artigo contribua para uma visão *decolonizante*, mais identificada com o pensamento latino-americano de discussão dos padrões derivados da episteme centrada nos países desenvolvidos, o que pode levar a futuras pesquisas relacionadas a modelos diferenciados para a prática profissional do jornalismo e dos jornalistas.

99

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Maiores Jornais do Brasil**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T. A mídia entre o público e o privado: uma leitura a partir do pensamento de Gilberto Freyre. Brasília: **UniCEUB**, 2002.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opin. Pública** [online]. 2012, vol.18, n.1, p. 22-43.

BIROLI, F. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 126-143, jan. 2013.

COOK, T. E. O Jornalismo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 203-247, jul. 2011.

DEUZE, M. National News Cultures: A Comparison of Dutch, German, British, Australian and US Journalists, **Journalism Quarterly**, v. 78, n. 1, 2002.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. São Paulo: Global Editora. 2005.

GALTUNG, J.; RUGE, M. Structuring and Selecting News, in COHEN, S.; YOUNG, J. (eds.) **The Manufacture of News**: Deviance, Social Problems and Mass Media Communication and Society Series, 4th. Edition. London: Constable, 1965, p. 52-64.

GANS, H. J. **Deciding What's News**. A study of CBS Evening News, Newsweek, and Time. Evanston, Illinois: Northern University Press, 2004.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P.; STANDAERT, O.; HANUSCH, F.; HOVDEN, J. F.; HERMANS, L.; RAMAPRASAD, Y. (2019) 7. **Role Orientations**: Journalists' Views on Their Place in Society. 2023.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

JORGE, T. M. (org.). **Notícia em fragmentos**. Análise de conteúdo no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

JORGE, T. M. Valores-notícia nas capas dos periódicos. Ideologia e Poder. In: **SBPJOR (Anais)**, v. 1, 2016, Palhoça.

REZENDE, M. J. As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos de 1989 e 1990. **Política & Sociedade**, v. 5, n.9, p. 91-121, 2006.

RIBEIRO, L. M. Imprensa e espaço público - a institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1964. **E-papers**: Rio de Janeiro, 2004.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, 1999, v. 49, n. 1, p. 103–122. Disponível em: Doi:10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x. Acesso em: 5 mai. 2023.

SCHUDSON, M. A norma da objetividade no jornalismo americano. In: SACRAMENTO, I. CANTARELA, L. (org.). **História da Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVEIRA, D. B. **Patrimonialismo e a Formação do Estado Brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna, 2005. Disponível em: www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Daniel. Acesso em: 15 jan. 2017.

TUCHMAN, G. 'A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas'. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Veja, 1993.

TUCHMAN, G. **Making News**. A Study in the Construction of Reality. New York: The Free Press, 1978.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VERRI, F. Valores-notícia e cobertura política: uma comparação entre Zero Hora (RS) e A Crítica (AM). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), 40, 2017, Curitiba. Anais. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-14.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZELIZER, B. Definitions of Journalism, in: OVERHOLSER, G. & JAMIESON, K. H. (eds.). **Institutions of American Democracy: The Press**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 66-80.

Textos jornalísticos usados na análise

BALTHAZAR, R.; PINTO, A. E. S. Uma guinada populista levará tudo para o brejo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 17. 08 ago.2017.

DOCA, G. Energia é a mais cobiçada. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 17. 26 ago. 2017.

REDAÇÃO. Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 14. 20 ago. 2017

VALENTE, G. O custo de benefícios indevidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 35. 20 ago. 2017.

WIZIACK, J. Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 13. 09 ago.2017.

WIZIACK, J. Temer cogita cortar gasto para conter rombo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 19. 11 ago. 2017.

Quadro 1: Relação das matérias com presença do valor duradouro: submissão do público ao privado

DATA	FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO
1/8/2017	Trump demite seu diretor de comunicação depois de dez dias.	Déficit fiscal em risco
2/8	Fazenda tenta conter pressão para rever aperto fiscal e liberar gastos	Meta fiscal de 2018 pode mudar
3/8	Desilusão com país alimenta disparada	_____
4/8	Dória prevê parques e Pacaembu no mercado em até quatro meses	Sem margem para 2018
	_____	De volta às contas
5/8	Frustração de receita pode levar governo a antecipar nova meta	_____
	Com aval incerto, Dória promete pq. Augusta até 2018	_____
6/8	_____	_____
7/8	_____	De volta ao trabalho
	_____	Investimento à espera de novas regras
8/8	*Uma guinada populista levará tudo para o brejo.	Punição por desastre ameaçada
	Ação criminal no caso Samarco é suspensa	Peso no Orçamento
	_____	Reforma trabalhista permite trocar, por acordo, dia de feriado
9/8	*Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo	Governo recua no IR.
10/8	_____	Prefeitura põe banca
11/ 8	*Temer cogita cortar gasto para conter rombo	Sem fechar a conta
	Lucro da Petrobras cai 14,6% no 2º trimestre, para R\$ 316 milhões	Lucro da Petrobrás cai 14,6% no 2º semestre
12/8	Salário de servidor será congelado, e governo prevê poupar R\$ 9,8 bi	Maia: fundão é "mau sinal".
	_____	Cedae: Justiça Federal suspende pregão para estudo de modelo

		.Novo incentivo ao petróleo
		Centrão quer alívio no Refis e dificulta meta
13/8		
14/8	Nova taxa do BNDES pode reduzir dívida em R\$ 100 bi	Guerra pelo lixo.
		Reforço nas concessões
15/8	Pressão política adia definição de nova meta	Missão quase impossível
	. Lucro da JBS cai 80% no primeiro balanço após delação de Joesley	Governo vai leiloar Congonhas e desiste de licitar Santos Dumont
16/8	Aumento do rombo no Orçamento deixa contas no vermelho até 2020	Ainda mais no vermelho
	Varejo surpreende, e analistas preveem PIB melhor no 2º tri	
17/8	Trump dissolve órgão empresarial após novas renúncias de executivos	Ajuste nas mãos do Congresso
	Aliados começam dificultar ajuste no Orçamento e pressionam Temer	
	Caixa eleva a 20% entrada para compra de imóvel novo	
	SP quer privatizar novas estradas no litoral	
18/8		
19/8	Governo renova incentivos para estimular indústria do petróleo	Parlamentares tentam incluir contratações no Orçamento
20/8	*Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado	*O custo de benefícios indevidos
21/8	Aceleração da dívida faz Brasil destoar de outros emergentes	Correndo atrás do prejuízo
22/8	Mensagem reformista deve ganhar a próxima eleição	Eletrobras à venda
	Ministério de Minas e Energia vai propor privatização da Eletrobras	
23/8	Governo quer limite para sócios na Eletrobras	Temer admite rever alíquota de incentivo a exportadores
		Salto com privatização

24/8	Governo aprova a venda de Congonhas e da Casa Moeda	Leilão até a Amazônia
25/8	Bolsonaro vai aos EUA promover a candidatura	Meirelles participa de mais um evento com igrejas evangélicas
	Conta de luz pode subir até 16,7% com mudanças, estima agência	_____
26/8	EUA barrarão novos negócios com dívida e petroleira da Venezuela	*Energia é a mais cobiçada
	Temos uma herança de gastos e endividamento	_____
27/8	_____	Governo pode antecipar concessão de aeroportos
28/8	_____	Sinal verde para motoristas de ônibus infratores
	_____	Melhora da economia vai demorar a surtir efeito na arrecadação
29/8	Donos da JBS buscam trégua com BNDES	_____
	Governo acena ao Congresso com descontos mais generosos no Refis	_____
30/8	Governo estica até 29 de setembro prazo para adesão ao novo Refis	Parecer contra até do governo
	Comissão aprova novas metas fiscais para 2017 e 2018	Para alimentar usinas térmicas, Petrobras reduz óleo para navios.
31/8	Consultoria compara Alckmin a Hillary	De olhos bem fechados
	Congresso aprova revisão da meta fiscal	_____
	Câmara autoriza concessão do Pacaembu	_____

Fonte: Autores.

As matérias analisadas neste artigo estão marcadas com asterisco *.

Submissão: 9 de mai. 2023

Aceite: 1 de nov. 2023.

A não observância da dimensão cidadã das crianças na cobertura de ataques a escolas

Isabel Colucci Coelho¹
Lynara Ojeda²

Resumo

Este trabalho discute os desrespeitos aos direitos das crianças, encontrados na cobertura do ataque a uma instituição infantil de ensino, ocorrido na cidade catarinense de Blumenau, em abril de 2023. Tem como hipótese que uma das razões pelas quais as crianças sofrem violações de direitos a partir do trabalho da imprensa está na concepção de infância que se constrói com base no pensamento moderno, que fragiliza sua dimensão de sujeito de direito e ser político, ao apartar as crianças de diversas dimensões da coletividade. Por isso, busca em outras matrizes de pensamento concepções de infância que podem contribuir com reflexões do campo de jornalismo sobre a criança na imprensa.

Palavras-chave: Infâncias. Modernidade. Cobertura jornalística.

105

The obliteration of children citizenship dimension in the coverage of school shootings

Abstract

This paper examines the disregard for children's rights evident in the media coverage of a school shooting that occurred in the city of Blumenau, Santa Catarina, in April 2023. It hypothesizes that one of the reasons why children suffer violations of rights through the work of the press is in the conception of childhood that is built from the modern thought, which weakens its citizenship dimension. Consequently, we sought in other matrices of thought for different childhood conceptions that can contribute to reflections in the field of journalism about how children are addressed in the press.

Keywords: Childhood. Modernity. Media coverage.

¹ Professora no Departamento de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC (PPGE/UFSC). Membro do grupo de pesquisa Comunic, vinculado ao PPGE/UFSC e do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC (PPGJor/UFSC).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). Membro do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor/UFSC). Bolsista CAPES - "Código de Financiamento 001".

Introdução

“Quando uma sociedade deixa matar as crianças é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade”
(Hebert José de Sousa, o Betinho)

O presente artigo parte da reflexão que se impõe ao trabalho jornalístico a partir do aumento da frequência de atentados premeditados a escolas no país³. Dentre as questões que podem ser colocadas ao campo do jornalismo, a partir da exacerbação da violência cometida contra crianças, propomos uma reflexão sobre a concepção de infância que alicerça a cobertura deste tipo de acontecimento, uma vez que entendemos que o jornalismo é uma forma de conhecimento (Genro Filho, 1987) que participa, de modo não monopolista, da construção social da realidade (Meditich, 2010).

Este debate requer lembrar que a ideia de infância não é universal. Ou seja, o que entendemos por infância é produto de uma elaboração coletiva, fortemente marcada pelos modos de vida das diferentes sociedades.

A sociedade edificada a partir do projeto da Modernidade produziu a exclusão das crianças das esferas sociais de influência e as privou da participação na vida comunitária e política (Sarmiento; Fernandes; Tomás, 2007; Noguera; Barreto, 2018). Sob essa mesma égide, outros grupos sociais sofreram processos de subalternização. A partir da contribuição dos autores decoloniais, defendemos que uma das expressões da racionalidade moderna é, precisamente, a criação de uma matriz de subjetividades que deslegitimam e enquadram como sub humano aquilo que foge dos seus esquadros. Ou seja, um processo de negação histórica da existência do pensamento de não europeus, como os negros e indígenas da América Latina (Oliveira; Candau, 2010).

Com seu projeto de tomada de territórios, a Europa se converteu no centro capitalista mundial. Maria Lugones (2020, p. 59) estabelece que esse processo organizou uma divisão do mundo em “superior e inferior; racional e irracional; primitiva e civilizada; tradicional e moderna”. Para Maldonado-Torres (2007), trata-se de uma expressão

³ Site G1, 27/03/2023. Estudo inédito mostra que Brasil teve pelo menos 23 ataques violentos a escolas desde 2002. <https://acesse.one/gldf0>.

subjetiva do projeto colonial, que perpetua a dominação mesmo quando findo o processo formal de imposição, econômica, militar, jurídica, administrativa e política do colonialismo:

Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

O jornalismo, ao incorporar a racionalidade moderna (Ijuim, 2012), participa da manutenção de seus cânones. Moraes (2022) argumenta que os fundamentos do jornalismo praticado no país são mais que parceiros, atuam como “amoladores de faca” do estabelecimento de um projeto civilizatório que se configura a partir da exclusão.

Nosso nó não repousa exatamente em preconceitos e estereótipos, mas em uma perspectiva anterior, fundadora, que nos ensinou, por exemplo, que a voz de uma indígena traz uma experiência particular, enquanto a do homem branco é científica, racional e universal (Moraes, 2022, p. 52).

Diante do exposto, nos debruçamos sobre a cobertura do ataque à Creche Bom Pastor, em Blumenau (SC), que vitimou quatro crianças com idades entre quatro e sete anos, em 5 de abril de 2023, para refletir a inquietação que nos orienta nesta pesquisa: de que forma a concepção hegemônica de infância está presente na cobertura de violações aos direitos fundamentais das crianças? E que contribuições podemos trazer para o trabalho jornalístico, a partir de concepções de infância forjadas em outras matrizes de pensamento?

A concepção de infância que surge com a modernidade

A partir da modernidade as crianças foram confinadas em espaços sociais controlados pelos adultos, de forma direta — na esfera familiar — e institucional — na escola. Importante pesquisadora da cobertura jornalística da infância, a professora Cristina Ponte sustenta em sua tese de doutoramento (2005) que as crianças foram construídas como o *outro*, na concepção moderna.

O outro é objecto de ansiedade e de preocupação tanto quando ameaça quebrar fronteiras binárias estabelecidas como quando se apresenta de modo ambíguo, nas figuras do híbrido e do liminar. O anômalo e difícil de classificar, suscita ansiedade e repulsa. Enquanto o híbrido reúne distintas categorias de pensamento e

combina as suas características produzindo um novo tipo, estranho (Ponte, 2005, p. 16).

Sem pretender diminuir a relevância das conquistas a respeito da edificação do arcabouço normativo que se formou sobre os direitos da infância a partir das instituições e da noção de cidadania construída com a modernidade, propomos aqui algumas reflexões, a respeito de suas implicações para a compreensão da criança como cidadã plena e não como uma etapa da vida marcada por não “alcançar” os valores adultocêntricos.

Philippe Airès (1981) afirma que os registros históricos indicam que a descoberta da infância se deu por volta do século XIII. Para o autor, “é mais provável que não houvesse lugar para a infância no mundo” (Airès, 1981, p. 17). É possível observar tal apagamento nas artes, que reproduziam as crianças como adultos em miniatura, com corpos e faces pouco infantil, isso porque tal fase não era considerada. Pouco depois que se passava o período de amamentação, as crianças já passavam a fazer companhia aos adultos para que aprendessem a servir e trabalhar, eram criadas por outras famílias para que nesse novo ambiente aprendessem um ofício. Não havia distinções entre adultos e crianças, a elas também eram atribuídas as tarefas do dia a dia, como trabalhar e ajudar os mais velhos nos diversos serviços. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (Ariès, 1981, p.14).

Foi a partir do século XVII que as atenções das famílias se voltaram para o cuidado mais específico com suas/seus filhas/os. Nesse período, é iniciada a separação entre adultos e crianças por meio da escolarização; até então, por não existir distinção entre idades, todos eram ensinados sobre as mesmas temáticas.

Assim, podemos dizer que a ideia moderna de infância é fortemente marcada por sua institucionalização, com a criação da escola pública e a alteração das práticas de cuidado e proteção investidas pelas famílias e o Estado. É também caracterizada pelo desenvolvimento de uma série de saberes sobre a infância, como a pediatria, a psicologia de desenvolvimento e a pedagogia, que estabeleceram padrões de normalidade sobre as crianças, argumento Sarmiento (2004).

Fundamentado por Ariès (1973, 1981), o autor defende que o alicerce dessas construções vem de duas ideias antagônicas sobre a infância: a criança *bibelot* e a criança irracional:

Referimo-nos às concepções antagônicas rousseauianas e montaigneanas sobre a criança, ao construtivismo e ao comportamentalismo, às pedagogias centradas no prazer de aprender e às pedagogias centradas no dever do esforço, às pulsões libertadores e aos estímulos controladores, em suma, às ideias da criança-anjo, natural, inocente e bela e à criança-demônio, rebelde, caprichosa e disparatada (Sarmiento, 2004, s/n).

O autor também estabelece que a modernidade configurou o que chama de administração simbólica da infância: normas, atitudes procedimentais e prescrições, formalizadas ou não, que condicionam e constroem a vida das crianças na sociedade, como, por exemplo convenções a respeito da frequência ou não frequência de certos lugares por crianças, padrões alimentares; horários para convivência social, assim como a delimitação de instâncias restritas aos adultos (o consulto, a cultura erudita e ação cívico-política).

Sarmiento também chama a atenção para o fato de que a criação de novos instrumentos reguladores, como a Convenção dos Direitos da Criança, as agências internacionais (Unicef, a OIT, a OMS, entre outras) e a constituição do Estado das sociedades modernas deu origem a uma concepção de infância global, no plano normativo, que, defende, acentua as desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence.

Destacamos, aqui, nossa compreensão de que podemos identificar um vínculo entre a construção de uma ideia global de infância e a concepção de “homem universal”, que passa a servir de referência de quem é o indivíduo que deve ter sua dignidade inviolada quando se constituiu a normativa e um sistema internacional para defesa dos direitos de todas as pessoas. Silvio Almeida (2019) alerta para o que seria essa noção de “homem” que foi construída pela modernidade e incorporada na lógica ocidental.

O contexto de expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no “homem universal” (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, 2019, p. 25).

Nesse sentido, atentamos para o fato de que até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos — documento orientador para as nações acerca do que deve ser entendido e executado a fim de garantir a inviolabilidade de indivíduos e que serve de base para as demais normativas, como a Constituição Federal de 1988 — foi construída em um

contexto europeu, pós-guerra, e, conseqüentemente, incorpora essa noção de “homem universal” para enxergar as pessoas. Naquele momento histórico, inclusive, dois terços da humanidade ainda estavam subjugados ao regime colonial (Alves, 2005). A partir de tal entendimento, a pesquisadora Thula Rafaela de Oliveira Pires (2020) reforça que:

O padrão de normalização da condição humana eleito pela modernidade relaciona-se ao modelo de sujeito de origem europeia, masculino, branco, cristão, heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência. A narrativa histórica dos colonizadores determinou a matriz de humanidade que serviu de parâmetro para a definição das proteções necessárias ao desenvolvimento de sua forma de vida e considerada como a representação da demanda legítima por respeito. Para além de reforçar a necessidade de proteção de determinados sujeitos e sua forma de vida, tal concepção, porque incapaz de absorver outros perfis, gera hierarquização entre seres humanos, saberes e cosmovisões que terão de ser sufocados e invisibilizados para que não ponham em risco o desenvolvimento do projeto de dominação colonial que os sustenta (Pires, 2020, p. 301).

Nesse sentido, olhar para o Brasil, um país que por séculos foi palco de violento processo de escravização do trabalho e da subjetividade dos povos originários, exige recuperar exaustivamente as marcas deixadas pela colonização (e ainda muito vivas) que carregamos como sociedade.

Como abordado, essa matriz colonial moderna atua numa lógica eurocêntrica, universalizante e hegemônica de “homem”, idealizado como o indivíduo do sexo masculino, branco, heterossexual, europeu, adulto e “civilizado”. Consiste, sobretudo, em um processo de classificação dos povos que se faz fundamental para manutenção dos privilégios estabelecidos na modernidade.

Pires (2020) orienta que o sucesso desse modelo perverso de hierarquização e categorização das pessoas se dá também pela naturalização dessa hierarquia estabelecida e do não reconhecimento dos privilégios que ela mantém. Para a autora, a pretensa ideia de neutralidade e a crença na universalidade dos direitos humanos provoca o esvaziamento do enfrentamento das desigualdades. A partir da naturalização das características biológicas daqueles que exercem funções valorizadas socialmente em oposição às que desempenham o lugar marginal, do primitivo e servil são definidas as representações dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira (Pires, 2020, p. 313). Esse processo impede que se pense e crie formas de proteção aos direitos humanos dessas populações

subalternizadas, simplesmente porque as violências cometidas contra elas são minimizadas ou, até mesmo, invisibilizadas.

Outras possibilidades de infância

Se pela ótica moderna, a infância é entendida foi construída como um momento da vida em que o indivíduo ainda está em processo de vir a ser, concepções forjadas em outras matrizes de pensamento nos fornecem meios para a invenção de novos modos de vida, a partir das crianças. É o que defendem os professores Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018), que desenvolvem o conceito de *infancialização*: uma concepção afroperspectivista (Nascimento, 1980), que entende a infância como um conceito filosófico que deve ser mantido ativo nos adultos.

A afroperspectividade, ensinam, “significa criar conceitos africanos e indígenas para esquecer o enfrentamento de problemas que corriqueiramente são pensados por meio de ideias ocidentais” (Nogueira; Barreto, 2018, p. 628). Assim, os autores buscam nas concepções Ubuntu (em sua acepção Xhosa) e Teko Porã para a infância.

O sentido de infância em xhosa, explicam, remete ao “afeto enamorado pela humanidade” (Nogueira; Barreto, 2018, p. 631). Assim,

A infância é a condição de possibilidade de experimentação da humanidade individual através da vivência com outros seres humanos, afirmação da nossa condição de seres interdependentes. Portanto, a partir de uma análise semântica da palavra *ubuntwana*, a infância guarda a proximidade com o próprio sentido de *ubuntu*. Em contextos africanos tradicionais bantu, especificamente as tradições xhosa e zulu, ensinam algo que foi inspirador e decisivo para compor o verbo *infancializar* e reconhecer a *infancialização* como meta político-educativa estruturante de qualquer projeto que envolva aprender. No contexto *ubuntu*, *ubuntwana* quer dizer infância enquanto agente de provocação, capaz de afetar afetivamente, acolher e provocar o encantamento diante da vida (Nogueira; Barreto, 2018, p. 631).

Nesta concepção, a infância é entendida como mais um dos cinco sentidos (paladar, olfato, visão, audição e tato), que estaria mais aguçado nas crianças, mas presente também para os adultos. Este sentido propicia o entendimento da realidade “como um território de contínua produção, instável e passível de reformulação e ressignificações” (Nogueira; Barreto, 2018, p. 632). Assim, a criança e a infância são compreendidas como inventoras de novos mundos (*idem*).

Já a concepção Teko Porã (do tronco linguístico Guarani), também abarcada pelos autores para a proposta do conceito de infancialização, vê na criança um ser de fato, completo, cujo espírito deve ser convencido a permanecer na Terra. A expressão se contrapõe à noção moderna de que a humanidade está apartada e acima da natureza, passível de controlá-la. Ao invés disso, defende que a humanidade é parte da terra e deve conviver com outros seres como mais um ente da natureza.

Essa perspectiva inspira Noguera e Barreto (2018) sobre a infância a partir do seguinte entendimento:

Teko porã não é uma panaceia salvadora. Mas, um projeto político, um conjunto de vivências em que as correlações de força entre cosmos, meio ambiente e outros animais, incluindo os humanos, são levadas em consideração para ações de um povo e de indivíduos. Nossa interpretação afroperspectivista considera que se deve ter um espírito infantil para assumir que independente do meio ambiente, o bem viver é improvável. Por isso, teko porã “impõe” um Nhanderekó (modo de ser, jeito íntimo de ser e agir, isto é, uma vivência). Numa abordagem afroperspectivista, consideramos essa vivência como uma maneira infantil de estar no mundo (Noguera; Barreto, 2018, p. 633-634).

112

Assim, os autores defendem que veem no bem viver uma maneira de ser criança, ao se estabelecer que a espécie humana ao invés de cuidar, deve ser cuidada pela natureza. Com isso, escrevem, o ambiente e outras espécies tornam-se atores ético-políticos.

A partir das perspectivas Ubuntu e Teko Porã, Noguera e Barreto (2018) propõem, então, uma ética da infancialização, que alce as crianças à condição de sujeitos e convide os adultos para uma compreensão infancializada do mundo.

Considerando todos esses aspectos, o foco deste trabalho é observar qual é o lugar atribuído às crianças e adolescentes dentro da cobertura jornalística brasileira, já que não atendem ao modelo de “sujeito universal” disseminado pelo pensamento moderno europeu.

Notas sobre a racionalidade moderna no jornalismo

O pesquisador Jorge Pedro Sousa (2008) defende que o jornalismo atingiu sua “maioridade” no século XIX, um momento marcado pela expansão das ideias liberais e do espírito burguês, em que ocorreu a consolidação do capitalismo, da atividade industrial e o incremento do processo colonial. Ijuim (2012) destaca que nesse contexto de crescimento

econômico, progresso científico e elevação da população alfabetizada, o jornalismo despontou como atividade comercial, que adotou não apenas o modo de produção capitalista, mas, principalmente, o pensamento predominante do mundo moderno.

Sobre esse modelo de pensamento, nos interessa ressaltar, para a discussão aqui proposta, o aspecto negador da racionalidade e humanidade contidas em outras matrizes de pensamento e modos de vida. No Brasil, o jornalismo do contexto da abolição da escravidão reverberou o racismo científico, que à época, tentava explicar desigualdades alegadamente naturais, que justificassem a superioridade branca, lembra Moraes (2022), amparada pelas pesquisas de Schwarcz (1993, 2017).

Assim, os jornais, seguindo preceitos de linhas como o darwinismo e o positivismo, traziam diariamente notícias sobre pessoas negras com tendências à loucura, ao suicídio e à violência e ainda uma “dependência natural” do ex-escravo em relação ao branco (Moraes, 2022, p. 57).

Podemos entender que a imprensa contribuiu para uma engrenagem perversa de naturalização das hierarquias e, conseqüente, produção de desigualdades. Atuando, assim, de modo a reforçar o projeto — de matriz moderna — hegemônico e violento de negação do Outro. A pesquisadora Márcia Veiga (2015, p. 22) é certa em sua elaboração ao destacar que “através das notícias, a realidade nos é apresentada a partir de visões de mundo predominantes que trazem implícitos nossos sistemas e hierarquias de valores hegemônicos”.

Corroboram este entendimento os estudos de Anaíra Sarmiento (2021), sobre a marginalização dos povos chamados ciganos nas representações produzidas pelos jornais brasileiros; de Thaís Araújo de Freitas (2021), que, ao analisar a cobertura sobre pessoas com deficiência concluiu que o trabalho da imprensa silencia esse grupo por meio de processos de exclusão e de tutela; Jorge Ijuim, Alice Koshiyama e Suzana Bortoli (2019), reveladora do estabelecimento de um vínculo, pela cobertura midiática, entre pessoas em situação de rua e um estilo de vida de perversões; e de Rogério Ferro (2012), que demonstra como o jornalismo contribui de forma ativa para o reforço de estereótipos negativos a respeito da população negra no Brasil.

Tais reflexões revelam um descompasso entre o que se espera da cobertura jornalística no Brasil e o que encontramos na prática. Criselli Montipó (2020) nos lembra que o jornalismo tem fortes relações com os direitos humanos. Segundo a pesquisadora, é a narrativa jornalística que

[...] conta o cotidiano das cidades, do campo, dos sertões, territórios da cidadania. São nesses espaços em que estão em jogo os fatos, a rotina das pessoas, seus fazeres, seus viveres. No trabalho dos profissionais da informação os deveres e os direitos são panos de fundo perenes, contados cotidianamente (Montipó, 2020, p. 20).

A atividade jornalística possui relevância na circulação responsável de informações acerca dos direitos humanos de crianças e adolescentes, oferecendo à população os elementos necessários para que ela incorpore em seu cotidiano a temática. Para Canela (2008), pautar as questões sociais do Brasil de modo contextualizado e adequado, visando o desenvolvimento do país, exige compreender as especificidades de sua população, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade. Segundo o autor, é necessário sempre “olhar atenta e consistentemente para as características das crianças e adolescentes brasileiros, suas especificidades, seus direitos e as demandas por políticas públicas particulares a essa faixa etária” (Canela, 2008, p. 60). Assim, a tomada de consciência acerca da complexidade dos fenômenos pode resultar em uma vigilância por parte de jornalistas, evitando reducionismo mutilantes e, por vezes, também violadores de direitos humanos.

Christofoletti (2008, p. 88) complementa que o papel do profissional é identificar e lançar luz sobre os fenômenos: “o jornalista coloca em evidência, dá visibilidade ao fato, mas antes disso, ele precisa enxergá-lo, reconhecê-lo no oceano de informações descartáveis e relevantes”.

Provocadas por essa reflexão, a respeito da reprodução do pensamento social moderno pelo jornalismo contemporâneo, nos indagamos sobre como a concepção de infância forjada na modernidade se expressa na cobertura jornalística de momentos em que as crianças têm seus direitos fundamentais violados. Se não é compreendida como sujeito de direito e partícipe da sociedade, terá essas dimensões respeitadas na cobertura jornalística?

Materiais e métodos

Para empreender a investigação proposta, realizamos uma análise de conteúdo (Krippendorff, 2004; Babbie, 1989 *apud* Herscovitz, 2010). A partir de nossa pergunta de pesquisa, compusemos nosso *corpus* no portal G1⁴, com notícias que mencionavam o nome das crianças vitimadas no ataque à Creche Cantinho Bom Pastor, publicadas nos dias 5 e 6 de abril de 2023. Escolhemos o dia e o dia seguinte ao crime como recorte temporal por:

- (i) entender que, naquele momento, a identidade e imagens das crianças só deveriam ser divulgados com autorização dos responsáveis e que estes deveriam ser preservados de tomarem esse tipo de decisão naquele momento, dado o quão recentes eram os fatos. Assim, selecionamos notícias que, entendemos, já configuram uma exploração do direito à intimidade das crianças vítimas de violência, princípio consagrado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990);
- (ii) com tal seleção, teríamos dois tipos diferentes de notícias: as *hard news*, não programadas e focadas no acontecimento; e pautas planejadas a partir do desenrolar da cobertura.

Trata-se, sabemos, de um *corpus* exploratório, em que buscamos delimitar um perímetro de pesquisa para a hipótese aventada em nosso trabalho: de que o pensamento social moderno, que tem origem nas ideias da criança bibelot e na criança irracional (Ariès, 1973; 1981), e com isso fragiliza sua dimensão de cidadã plena, se reproduz na cobertura jornalística de momentos em que as crianças tiveram seus direitos fundamentais violados. Para tanto, recorreremos ao uso de elementos da Análise de Conteúdo, uma vez que ela pode ser utilizada para detectar tendências de coberturas, bem como “descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias” (Herscovitz, 2010, p. 123). A observação de tal conteúdo nos possibilita pensar e categorizar a cobertura jornalística realizada a partir de duas lógicas: infancialização e infantilização (Noguera; Barreto, 2018).

Nossa primeira coleta resultou em 20 notícias. Destas, 11 não foram analisadas, pois, apesar de mencionarem o nome de uma ou mais vítimas, não tinham as crianças

⁴ Selecionado por ser o portal de notícias mais acessado do país, segundo os últimos dados disponíveis do ranking Alexa (setembro de 2022) e por não restringir o acesso a notícias a assinantes.

como foco. Versavam, por exemplo, sobre a suspensão das aulas, pronunciamentos e providências de membros dos governos municipal, estadual ou federal, entre outros. Assim, analisamos as nove matérias apresentadas a seguir:

Quadro 1: Notícias coletadas no Portal G1

Data	Título
05/04/2023	Pai de [criança], morto em ataque, relembra último momento com o filho: 'chegou na escola imitando coelhinho'.
05/04/2023	Filha de paraense, menina morte em ataque à creche em SC tinha se mudado há pouco tempo do PA, diz prefeitura
05/04/2023	Pai de criança que presenciou ataque em creche de Blumenau chora: 'como eu vou tirar isso da cabeça dela?'
05/04/2023	Ataque a creche em Blumenau: veja quem são as vítimas
05/04/2023	Vídeo mostra homenagem com velas a crianças mortas em ataque a creche em Blumenau
05/04/2023	Crianças mortas em ataque a creche em Blumenau eram filhos únicos, diz prefeito
06/04/2023	Filho de duas mães, menino de 4 anos morto no ataque a creche em Blumenau havia sido adotado há um ano
06/04/2023	'Iluminou os anos mais felizes das nossas vidas', diz madrinha de menina morta em ataque a creche em Blumenau
06/04/2023	Creche onde houve ataque em Blumenau amanhece com ursos de pelúcia com nome das vítimas e balões escritos 'paz'

Fonte: Dados da pesquisa

Na sequência, seguimos o diagrama proposto por Babbie (1989, p. 114 *apud* Herscovitz, 2007): *Conceituação; Definição nominal; Definição operacional; e Mensuração*. Buscamos, assim, identificar nas notícias selecionadas os conceitos que mobilizamos com nosso referencial teórico (conceituação), e que nos permitem perceber os vestígios do pensamento moderno na cobertura de momentos de graves violações aos direitos das crianças (denominação). Desse modo, a partir das construções teóricas sobre as diferentes concepções de infância, pudemos encontrar no material analisado exemplos de práticas jornalísticas amparadas no entendimento moderno de infância, apresentados em uma análise interpretativa do conteúdo publicado.

Discussão

Um primeiro aspecto que observamos foi como as matérias veiculadas sobre o massacre ocorrido em Blumenau divulgaram os dados pessoais de todas as crianças vítimas. Nomes, idades e imagens estamparam os relatos jornalísticos que selecionamos,

o que nos alerta para o descuido acerca do uso indevido de imagens e exposição de pessoas que tiveram seus direitos humanos violados, o que pode ser considerada uma revitimização e exploração da imagem dessas crianças. Nesse sentido, cabe ressaltar o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90) em seu art. 15: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (Brasil, 1990). Tais direitos são detalhados nos art. 17, que ressalta a preservação da imagem, e art. 18, que afirma ser dever de todos evitar que as crianças e os adolescentes sejam expostos a situações vexatórias ou constrangedoras.

Em matéria publicada no dia 5 de abril, ainda no período da manhã (mesmo dia em que o crime aconteceu) identificamos uma matéria que apresenta um miniperfil de todas as vítimas. Com o título *Ataque à creche em Blumenau: veja quem são as vítimas*, o relato jornalístico já informa na linha-fina as idades das crianças. Ao longo da construção argumentativa é informado o número de vítimas — sendo quatro crianças feridas e quatro crianças mortas —, bem como é relatado em quais locais dos corpos elas foram atingidas: “Segundo a polícia, o assassino, de 25 anos, chegou de motocicleta na unidade, pulou o muro da creche e *iniciou o ataque* contra as crianças *com uma machadinha*. *As vítimas foram atingidas na região da cabeça*” (G1, 2023, grifos nossos). A matéria é finalizada listando nome e idade das crianças e tal conteúdo é seguido de suas fotografias.

Ao extrapolar os limites de uso de imagem, acreditamos que esses materiais jornalísticos acabam por mobilizar elementos de comoção e exposição que pouco informam ou problematizam a violência sofrida pelas crianças. Uma vez que, ao analisarmos os textos, verificamos uma discussão superficial e que não busca dar conta da complexidade que envolve esse tipo de ataque. Um exemplo é a matéria *Vídeo mostra homenagem com velas a crianças mortas em ataque a creche em Blumenau* que apresenta imagens e vídeos comoventes sobre as vítimas, além de reproduzir algumas representações sobre o agressor, como o fato de ser um homem de 25 anos, mas não apresenta dados e informações sobre esse tipo de atentado, crime que vem aumentando no Brasil nos últimos. Para nós, há neste tipo de cobertura uma clara obliteração da condição de sujeito de direito das crianças, sobre o qual discutimos anteriormente, uma vez que seu melhor interesse não é o elemento orientador do trabalho da imprensa ao relatar estas mortes.

Ijuim (2012) reflete sobre a tomada de consciência do ser jornalista na produção das narrativas em que o ser humano é, como o autor define, “ponto de partida e chegada”. O jornalista deve procurar não só proporcionar explicações ao público, mas oferecer informações para a compreensão das ações humanas.

Em sua relação com o mundo, o jornalista esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo, de empatia, de solidariedade às dores universais. Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório (Ijuim, 2012, p. 15).

O jornalismo que pretende desempenhar seu papel social deve lembrar-se dos preceitos éticos e do compromisso de levar ao público informações de qualidade e que auxiliem na mudança social sem provocar novas violações de direitos humanos.

Encontramos três exemplos em que pais ou pessoas próximas às vítimas concederam entrevistas no dia, ou no dia seguinte ao ataque. Em relação à abordagem dessas pessoas por jornalistas, em um momento evidentemente aflitivo, recuperamos os questionamentos que o jornalista Luiz Costa Pereira Jr. (2018) formula em relação à cobertura de tragédias, a partir de Restrepo (2002) e Coté e Simpsons (2000): que nível de proteção merecem as pessoas envolvidas na notícia? O que se pode fazer para minimizar a invasão de intimidade e o dano? É necessário entrevistar imediatamente aqueles que sofreram trauma? Que valor terá uma informação arrancada de pessoas aflitas, desorientadas e em estado de choque?

Identificamos em nossa análise um caso em que, mesmo com a recusa dos familiares em conceder entrevistas naquele momento, o veículo manteve-se em apuração para buscar informações sobre a história de vida da criança. A notícia em questão (*Filha de paraense, menina morta em ataque à creche de SC tinha se mudado há pouco tempo do PA, diz prefeitura*) recorre à prefeitura da cidade onde a vítima havia morado recentemente para obter informações que demonstram o aspecto inusitado, de infortúnio da família, que sofreu a tragédia pouco tempo de depois de estabelecer residência em Blumenau.

A matéria *Crianças mortas em ataque a creche em Blumenau eram filhos únicos, diz prefeito*, realizada a partir de entrevista coletiva com o prefeito da cidade em que ocorreu

o ataque, dá destaque a aspectos da esfera privada dessas famílias (quantidade de filhos), aspecto que enfatiza o aspecto dramático e pessoal dessas mortes, mesmo quando a fonte principal é um representante do poder público e uma das figuras a quem cabem respostas à dimensão coletiva desse tipo de acontecimento. Para além disso, entendemos, cria-se uma medida artificial de comoção, que é a valorização das crianças filhas únicas. Não podemos deixar de refletir que se tivessem irmãos, suas mortes, certamente, não seriam menos trágicas, nem para a sociedade, nem para suas famílias. Porém, ao explorar esse aspecto do fato, a imprensa adiciona camadas de comoção à cobertura. A mesma matéria traz na linha-fina informações sobre os instrumentos utilizados pelo assassino, o que novamente explora os requintes de crueldade empregados contra as crianças, sem que haja foco no pronunciamento de uma autoridade do município naquele momento.

Em outros exemplos (*Iluminou os anos mais felizes das nossas vidas', diz madrinha de menina morta em ataque a creche em Blumenau; Filho de duas mães, menino de 4 anos morto no ataque a creche em Blumenau havia sido adotado há um ano*), verificamos que as notícias destacaram a importância daquelas crianças para suas famílias, intento que dá elementos descritivos para a dor que estão vivenciando. Essas notícias se constroem a partir de depoimentos reveladores da singularidade daquelas relações e das vítimas, elementos que têm potencial para despertar a comoção do público, mas, para além de expor a intimidade das crianças e suas famílias, acentuam o aspecto individual da tragédia, que é referente a um problema público.

Entendemos que crimes cometidos com crianças ainda pequenas alcançam uma dimensão de extrema comoção em função da fragilidade e vulnerabilidade desses indivíduos, muitas vezes tendo atribuídas para si "auras angelicais". Porém, salientamos que essas mortes resultam da negação do direito fundamental à vida e do fato de que crianças não ocupam o mesmo lugar que adultos na hierarquia social, justamente por não corresponderem aos padrões de "homem universal" construído como referência de valor e dignidade na modernidade.

Dessa forma, quando as notícias especificam o valor daquela criança para os adultos com os quais convivia, reforçam, mesmo inadvertidamente, que o que confere importância à vida das crianças é sua capacidade de ser amada e acolhida por um grupo social que já tem a relevância de sua existência legitimada. Sua dimensão de indivíduo passa a ter uma métrica, que é o valor daquela criança para sua família. Nogueira e Barreto (2018) nos explicam que a noção moderna de infantilização atribui às crianças

características voltadas para suas incapacidades, daí a necessidade de precisar de um adulto para tutelar e validar seus anseios. “No contexto moderno ocidental, a criança, assim como a infância, foi designada como sinônimo de irracional, imatura, incompetente, imoral, improdutiva etc. [...] aquela pessoa que ainda não fala (Noguera; Barreto, 2018, p. 634).

Com isso, entendemos, há, nesse tipo de construção feita pela imprensa, uma obliteração da dimensão coletiva dessas crianças como sujeitos que fazem parte da sociedade e cujas mortes dizem respeito a todos. Esse tipo de cobertura, a nosso ver, acentua a ideia moderna de que as crianças devem estar apartadas da vida pública, restando a elas espaços sociais controlados pelos adultos. Diferentemente da ideia de ética da infancialização que as entendem como sujeitos “percebidos por sentidos potentes que enxergam, ouvem, tasteiam, saboreiam e percebem odores que não estão disponíveis ordinariamente” (Noguera; Barreto, 2018, p. 640-641).

Na notícia *Pai de [criança], morto em ataque, relembra último momento com o filho: ‘Chegou na creche imitando coelhinho’* encontramos diferentes aspectos discutidos até o momento. O mais gritante, a nosso ver, é a abordagem do pai de uma vítima momentos depois de saber que seu filho acabara de ter a vida ceifada. É nítido o estado de comoção do homem que transparece não ter ainda compreendido a dimensão de seu envolvimento na tragédia, tanto que, em alguns momentos, fala de familiares das vítimas como se ele mesmo não fizesse parte deste grupo.

Adicionalmente, é importante discutir o destaque dado no título à atitude tipicamente infantil do menino ao chegar à escola, em imitar um coelho próximo às comemorações da Páscoa. Entendemos que há nesta ênfase a valorização de um olhar essencializado sobre a infância, ao colocar-se foco em aspectos que invocam a noções como ingenuidade e, novamente, atribuir a dimensão trágica daquela morte ao fato de que aquela criança correspondia à ideia de infância que desperta compaixão e legitimação por parte dos adultos. Ou seja, a comoção causada pela reportagem está relacionada à circunscrição da ideia de infância no terreno da candura: quando nos sinalizam que apesar de configurarem “o outro” (Ponte, 2005), são inofensivas.

Ponderamos que tais momentos em que as famílias vão aos jornais dar declarações podem ser entendidos como estratégias de cobrança de ações das autoridades, de prestar uma homenagem pública aos seus entes queridos, bem como um meio de dar visibilidade à dor que estão enfrentando e até de se sentirem acolhidas diante da tragédia enfrentada. Ainda assim, entendemos que ao conter forte potencial apelativo, o depoimento colhido em

momento de extrema vulnerabilidade da fonte não traz qualquer informação que seja necessária à compreensão do acontecimento pelo público. Chamamos a atenção, nesse sentido, para uma cobertura que por vezes mobiliza somente a comoção e acaba por esvaziar o papel do jornalismo em informar e provocar reflexões necessárias e complexas acerca de temas delicados e urgentes. Compreendemos que o mais respeitoso com as famílias e o público seria que as fontes que foram emocionalmente envolvidas com a tragédia fossem abordadas pela imprensa depois de, pelo menos, terem passado pelos ritos funerários.

Considerações possíveis

Este trabalho parte da noção de que crianças são sujeitos plenos em fase de desenvolvimento físico, psíquico e emocional. Compreendemos que tal grupo social deve ter sua dignidade inviolada e que seu acesso à cidadania seja garantido por todos os setores da sociedade. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho jornalístico tem a potencialidade de desempenhar importante papel na qualificação do debate acerca dos direitos humanos infanto-juvenis. Porém, a partir de acontecimentos como o massacre ocorrido na creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau, Santa Catarina, onde quatro crianças foram mortas e outras quatro ficaram feridas, identificamos que a cobertura da imprensa na prática não corresponde ao esperado e que está estabelecido no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde 2007, que estabelece em seu artigo 6º, inciso XI, ser dever do jornalista: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes” (Fenaj, 2007).

Sugerimos que uma das razões para tal descompasso entre os preceitos deontológicos e a prática profissional encontra-se na reprodução de uma lógica de atuação ancorada nos valores da modernidade. Tal modo de enxergar o mundo estabelece mecanismos que criam hierarquias e as naturalizam, dividindo os grupos sociais entre os indivíduos que são merecedores da preservação de sua dignidade, portanto, cidadãos, e os que são os *outros*. O que define quem é ou não sujeito de direitos (na prática e não teoria ou normativas) é o pertencimento à concepção de “homem universal”, que é branco, homem, europeu e adulto. O que foge desse padrão não está dentro da margem de visibilidade e proteção efetivamente. É o que acontece com a população infanto-juvenil, que

mesmo tendo mecanismos legais e discursivos que a coloque como prioridade na defesa de seus direitos, na prática tem sua cidadania negada sistematicamente dentro de nossa sociedade.

Identificamos empiricamente tais violações ao nos debruçarmos na cobertura realizada sobre o massacre em Blumenau, por meio do enaltecimento da candura das crianças; do estabelecimento de sua importância a partir do afeto que lhe era atribuído em sua esfera privada; da exploração de suas imagens e histórias de vida, que localizam a tragédia no âmbito das relações pessoais, e não em sua dimensão coletiva.

É sabido que a visão colonial moderna impõe hierarquias até dentro de um mesmo grupo geracional, como os casos em que crianças negras ou indígenas sofrem diariamente diferentes violações de direitos humanos e nem sempre ganham a mesma repercussão como os casos em que estão envolvidas crianças brancas. Em todo caso, reconhecemos, a partir do objeto empírico observado, que o modo como a infância é compreendida e retratada na imprensa é baseado na ideia de que essa é uma fase marcada pelas incapacidades e necessidade de mediação, autorização — e, muitas vezes, satisfação dos desejos — de adultos para que essas pessoas possam ser respeitadas plenamente. Isso nega a possibilidade de que crianças alcancem uma dimensão cidadã plena de existência, como é defendido nas filosofias africana Ubuntu e guarani Teko Porã. Elas nos ensinam que é possível construirmos relações com a infância respeitando, valorizando e reconhecendo as diferenças sem criarmos hierarquias.

Entendemos, também, que tragédias envolvendo outros grupos sociais e geracionais também possam ser alvo de uma cobertura que explore a comoção e a intimidade das vítimas. Não buscamos, neste trabalho, propor que as crianças sejam mais ou menos acometidas por esse fenômeno. Concordamos com Lorde (2019), que afirma que não existe hierarquia de opressões. Nossa intenção com este trabalho é refletir sobre os fatores que causam violações aos direitos das crianças na cobertura de eventos que as atingem. Entendemos que as ideias que orientam o desenvolvimento da concepção moderna de infância têm, entre seus diferentes desdobramentos, o efeito de reduzir sua dimensão de sujeito partícipe e integrado à sociedade. Por isso, apontamos alternativas à concepção moderna de infância, nos amparando no conceito de infancialização (Nogueira; Barreto, 2018) com vistas a expandir a compreensão do campo jornalístico sobre o significado de ser criança.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, J. A. L. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Estatuto (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em <https://bit.ly/3NDcxYG>. Acesso: 15 mai. 2023.

CANELA, G. Monitoramento de mídia, jornalismo e desenvolvimento. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (orgs.). **Observatórios de mídia: Olhares da Cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. Ver, olhar, observar. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (orgs.). **Observatórios de mídia: Olhares da Cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

COTÉ, W.; SIMPSON, R. **Covering violence: a guide to ethical reporting about victims and trauma**. Nova York: Columbia University Press, 2000.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Aprovado em Vitória, em 4 de agosto de 2007. Disponível em: <https://bit.ly/47Ycfnz>. Acesso: 15 mai. 2023.

FERRO, R. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. In: BORGES, Roberto Carlos; BORGES, Rosane (org.) **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. pp. 65-83.

FREITAS, T. A. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1**. (dissertação) Mestrado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021

GENRO FILHO, A. **O Segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CGsKXp>. Acesso em: 17 maio. 2023.

IJUIM, J. K.; KOSHIYAMA, A.M. ; BORTOLI, S. R. Jornalismo e direitos humanos: população em situação de rua no Rio de Janeiro. **Animus**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 18, p. 192-212, 2019.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 235-236, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.) **El girodecolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 127-167.

MEDITSCH, E. Jornalismo e construção social do acontecimento. **Jornalismo e acontecimento**. Florianópolis: Insular, p. 19-42, 2010.

MONTIPÓ, C. M. **Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres**. 2020. 347f. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NASCIMENTO, A. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOGUERA, R.; BARRETO, M. Infância, Ubuntu e Teko Porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **Childhood & philosophy**, v. 14, n. 31, p. 625-644, 2018.

OLIVEIRA, L.F. de; CANDAU, V. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, pp. 15-40, 2010.

PEREIRA JR., L.C. **Guia para a edição jornalística**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PIRES, T. Por uma concepção africana de direitos humanos. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PONTE, C. **Crianças em notícia**. Lisboa, ICS, 2005.

RESTREPO, J. D. **La ética periodística**. Vol. I: Cuadernos del taller de periodismo. Bogotá, FNPI, 2000.

SARMENTO, A. **Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)**. (dissertação). Mestrado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina Almeida. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 25, n. 1, p. 183-206, 2007.

SARMENTO, M. J. *et al.* As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, J.P. **Uma história breve do Jornalismo no Ocidente.** 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3RxTKPN>. Acesso em 18 mai. 2023.

VEIGA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VIEIRA, H. L. C. **Os entraves de aplicação das normas universais de Direitos Humanos frente às particularidades culturais.** 2011. 233f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direitos da Universidade de Brasília, Brasília, 2011

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 14 de jul. 2023.

Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do *Nós, Mulheres da Periferia*¹

Claudia Lago²
Gean Gonçalves³
Evelyn Kazan⁴

Resumo

Este artigo busca pensar o Jornalismo em sua relação com os Estudos de Gênero e, especialmente, a perspectiva decolonial. A partir da discussão sobre a matriz epistêmica do Jornalismo, calcada em uma racionalidade positivista, aborda movimentos que questionam esta perspectiva, notadamente, de alguns anos para cá, aqueles que se organizam a partir dos Estudos de Gênero. Em seguida, aprofunda esta perspectiva, correlacionando-a aos estudos decoloniais, enfatizando autoras feministas deste campo. Com este arcabouço teórico analisa criticamente textos emblemáticos do site jornalístico *Nós, Mulheres da Periferia*, pensado enquanto uma produção de resistência de agentes subalternos neste contexto.

Palavras-chave: Epistemologia do Jornalismo. Estudos de Gênero. Pensamento Decolonial.

126

Journalism from the decolonial logic: the case of *Nós, Mulheres da Periferia*

Abstract

This article seeks to think about Journalism in its relationship with Gender Studies and, especially, the decolonial perspective. The discussion on the epistemic matrix of Journalism, based on positivist rationality, addresses movements that question this perspective, notably, from a few years ago, those that are organized from Gender Studies. Then, it deepens this perspective, correlating it to decolonial studies, and emphasizing feminist authors in this field. With this theoretical framework, it critically analyzes emblematic texts of the journalistic website *Nós, Mulheres da Periferia*, conceived as a production of resistance by subaltern agents in this context.

Keywords: Epistemology of Journalism. Gender Studies. Decolonial Thinking.

¹ Uma versão anterior desse texto foi apresentada no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), sediado na Universidade Federal de Goiás, em novembro de 2019.

² Professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. É coordenadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP) E-mail: claudia.lago07@usp.br.

³ Professor de Jornalismo no Centro Universitário FIAM FAAM. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. É membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social e do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP). E-mail: gean.goncalves@fmu.br.

⁴ Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e pesquisadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP) E-mail: evelynmkazan@gmail.com.

Introdução

Nos Estudos do Jornalismo, verifica-se um movimento recente que põe em relevo as marcas de gênero na sua matriz epistêmica, até então não tão evidenciadas. O modo como os jornalistas elaboram notícias, reportagens e leituras dos acontecimentos passou a lidar com diálogos e tensões provenientes de estudos sobre a cultura tecidos por feministas, pessoas negras e LGBTQIA+.

Esse aporte, nomeado como Estudos de Gênero, por meio dos diálogos e tensões propostas por autores/as que por décadas têm desenvolvido potentes diagnósticos sobre a construção social de tudo que é naturalizado como proveniente do humano, aponta de diversas formas as distinções e desigualdades produzidas nestes processos, incluindo aí aqueles referentes aos campos de produção simbólica, lugar do Jornalismo. Um movimento, como enfatizamos, recente, que se soma a esforços de teóricos/as ligados ao campo, que apontam em seus trabalhos para a força da herança positivista nos dogmas, nos pressupostos e nos valores que balizam a prática profissional.

Este novo olhar constrói-se na articulação de questões específicas: como produzir um jornalismo capaz de dar conta da diversidade social, respeitando a alteridade, produzindo representações que não reforcem alijamentos, estereótipos e reducionismos de gênero, raça e classe, para pensar apenas em três dimensões (cruzáveis, interseccionáveis) dos marcadores sociais da diferença?

Coerente com o tamanho e dificuldade desta empreitada, inúmeras respostas e trajetórias (sempre parciais) são indicados. A proposta deste artigo é, partindo da relação com os Estudos de Gênero e, especificamente, com o ramo deste campo que dialoga com os estudos decoloniais, aqueles de rupturas, que expõem a configuração eurocêntrica do mundo, avançar na resposta a esta indagação. Para tanto, tomamos como objeto empírico o site *Nós, Mulheres da Periferia*⁵, produção jornalística elaborada nas periferias da cidade de São Paulo por profissionais que se identificam enquanto mulheres periféricas, com o objetivo de furar a barreira da invisibilidade midiática sobre este heterogêneo grupo.

Iniciamos resgatando a construção da matriz epistêmica do Jornalismo, a partir de autores/as que a ela se dedicam há algum tempo e dos aportes recentes de autores/as que trazem dos Estudos de Gênero elementos para questionar e propor reconstruções

⁵ N. do E. O endereço do site é: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>.

desta matriz. Em seguida, introduzimos a discussão sobre novas epistemologias possíveis, afunilando para os estudos feministas acerca do pensamento decolonial. Com esta discussão, passamos a pensar o objeto empírico, buscando perceber sua construção em diálogo com esta nova episteme proposta — mesmo que não a ela referida de forma explícita.

Jornalismo: matriz epistêmica e questionamentos atuais

A aposta na objetividade, a noção de real, a afirmação dos dados e a precisão dos fatos na construção do relato são há tempos apontados por Medina (2008) como inerentes à matriz epistemológica do Jornalismo e oriundos de princípios positivistas. Estes princípios dão garantias aos operadores da informação jornalística visto que, ao se aproximar do fenômeno imediato, o Jornalismo expressaria uma forma de saber sobre a atualidade, a verdade simples e precisa.

Na esteira destas indagações já há algum tempo outros autores, como Resende (2005, 2009), apontaram para a construção da narrativa no jornalismo a partir da ótica da possibilidade de organização de resistências (Resende, 2005), e da relação com a diversidade (Resende, 2009). Lago (2010) pergunta sobre como o jornalismo poderia narrar o Outro fora de uma perspectiva reducionista, para citar apenas alguns.

De acordo com Adghirni (2006), a pesquisa em comunicação no Brasil, e dentro dessa área, os estudos específicos em jornalismo, recebem profunda influência do pensamento francês. É muito comum encontrar referências francesas em textos científicos e teses e dissertações das universidades brasileiras que tratam sobre os fenômenos jornalísticos, nomes como os de Michel Foucault, Edgar Morin, Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Dominique Wolton, só para ficar entre alguns. É desse lócus de pensamento que parte o modo dominante do campo para compreensão da produção simbólica: a análise das mensagens jornalísticas, dos processos discursivos e narrativos. Se estas matrizes já permitiam colocar em cena problematizações importantes, atualmente estudiosos/as e pesquisadores/as do campo, no afã de renovar as práticas jornalísticas, se dedicam cada vez mais à complexidade dos acontecimentos, dos protagonistas sociais, das circunstâncias sociais, culturais e históricas e, nessa perspectiva, a produção recente sobre jornalismo e gênero contribui para estremecer a matriz epistêmica do jornalismo, mais radicalmente, ao nosso ver.

Se as relações entre gênero e jornalismo eram relativamente negligenciadas nas reflexões de décadas anteriores, e forte motivo para crítica (Martinez; Lago; Lago, 2018), principalmente, com o gênero tomado como categoria de análise, a pujança desses olhares, e seu caráter subversivo, podem ser contemplados por meio de iniciativas como o dossiê temático Jornalismo e Estudos de Gênero, na *Brazilian Journalism Research* (BJR, 2018, v. 14, n. 1), revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; pela coletânea *Desigualdades, relações de gênero e estudos em jornalismo* (Life Editora, 2018), feita pelo Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pelos infindáveis encontros científicos, chamadas em periódicos, livros e coletâneas especializados e demais iniciativas que tematizam os estudos de gênero no jornalismo e/ou na comunicação.

Neste cenário, as pesquisas em jornalismo convivem cada vez mais com autoras/es que pensam a diferença a partir de aportes que enfatizam a desconstrução, especialmente calcados no pós-estruturalismo, em relação aos Estudos de Gênero. O pressuposto que embasa estas teorizações é o de que populações são marginalizadas, privadas do reconhecimento e da possibilidade de se representar nos domínios políticos e intelectuais, nos campos de produção simbólica. O jornalismo, portanto, tem seus pilares (objetividade, neutralidade, impessoalidade) questionados a partir da constatação de que não dá conta da complexidade social, ao contrário, está a serviço do reforço de premissas excludentes. As teorizações são realizadas por diversos/as agentes, muitos/as deles/as marcados por esta exclusão⁶. Na mesma medida, novos aportes, noções e perguntas, desenvolvem a busca por outros rumos para a prática jornalística. É nesse sentido que a crítica da cultura realizada na relação com os estudos de gênero introduz fundamentais pontuações para as teorias do jornalismo⁷, em vários níveis.

Autoras/es, por exemplo, apontam para o jornalismo como uma construção generificada, a exemplo de Veiga da Silva e Marocco (2018), que afirmam o caráter masculino e masculinizado do jornalismo:

⁶ Não é objetivo deste trabalho fornecer um quadro amplo desta onda que, no entanto, ainda não é hegemônica. Nonato e Lago (2017) oferecem um quadro parcial da pesquisa em jornalismo a partir deste olhar que pode ser consultado.

⁷ Adotamos como parâmetro para este apanhado artigos publicados no dossiê Gênero e Jornalismo da BJR em 2018 (v. 14, n. 1).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos (Veiga da Silva; Marocco, 2018, p. 33).

Ao mesmo tempo, autoras/es como Barbosa e Varão (2018, p.14) reforçam o jornalismo como esfera do reconhecimento das populações e do acesso à cidadania, pontuando a necessidade de sua readequação para cumprir esta missão em relação às mulheres: “o jornalismo integra o tripé redistribuição-representação-reconhecimento que precisa ser transformado para garantir acesso paritário das mulheres à cidadania”, enquanto Gonçalves e Medina (2018), pensam em estratégias para que jornalistas consigam narrar o Outro, no caso pessoas LGBTQIA+⁸, propondo uma necessária aproximação de jornalistas com os/as protagonistas das políticas da diferença:

[...] jornalistas carregam interpretações de mundo que podem ser machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem, mas jornalistas elaboram narrativas transformadoras com ênfase em experiências singulares ao mesmo tempo em que entrelaçam um diálogo com contextos coletivos (Gonçalves; Medina, 2018, p. 58).

130

Em outra chave, autores/as como Castilho e Romancini (2018) apontam para a produção de resistências de sujeitos subalternos na mídia, como as estudantes secundaristas durante as ocupações das escolas públicas em São Paulo. Para os autores:

Elas, bem ou mal, figuraram tanto no jornal de referência, como na mídia alternativa como jovens protagonistas, majoritariamente mestiças ou negras e sempre em posições de confronto, o que pode ter sido interpretado pelas participantes como manutenção da imagem de “desordeiras”, mas, o que ficou no imaginário de muitos, como nós, é que elas representaram verdadeiras meninas de luta (Castilho; Romancini, 2018, p. 301).

Todavia, as contribuições epistêmicas dos estudos de gênero às teorias do jornalismo parecem ser atravessadas por uma abordagem contemporânea predominante: a crítica à política identitária a partir do trânsito de uma teoria de gênero, em especial a teoria *queer*, proveniente de contextos do norte para o sul global (particularmente,

⁸ Na sociedade brasileira, a sigla LGBTQIA+ têm sido amplamente adotada para a construção de políticas públicas e direitos no espaço público e midiático para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transexuais, queer, intersexo e assexuais, inclusive com a implementação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

América Latina e África). A predominância de teorizações provenientes de agentes situados no Norte Global, em que pese seu caráter subversivo em relação ao capitalismo moderno e ao mundo binariamente generificado, coloca em cena a hegemonia geopistemológica deste espaço em relação ao Sul Global, mesmo que venha do Norte a crítica à predominância de uma perspectiva “branca” e de classe nas trincheiras do feminismo e dos estudos de gênero em geral⁹, por meio da perspectiva interseccional.

Puar (2013) assume que a linguagem da interseccionalidade, na condição de marco teórico também do Norte Global, indica um reconhecimento bastante tardio da necessidade de teorizar raça e também funciona como uma forma de a área dos estudos da mulher alcançar o nível desenvolvido nos Estados Unidos. O que, por essa razão, implica em não embolar a categoria “nação” nas categorias interseccionais, pois esta relação acaba por ignorar as intervenções pós-colonialistas e da periferia global que, desde 1990, desestabilizam os estudos de gênero e demais campos das teorias humanas e sociais, ao apontarem para a construção incessante, mesmo dentro das epistemologias desconstrucionistas, de diferenças hierárquicas de saberes entre centro e periferias.

Em outra proposição analítica, a articulação raça e decolonialidade no jornalismo, as autoras Veiga da Silva e Moraes (2021), em debate sobre as condições de noticiabilidade de um território como Ruanda¹⁰, o que vai além da dimensão econômica do país no capitalismo global. Elas apontam que a consciência eurocentrada enraizada no jornalismo, além de condição que circunscreve as bases paradigmáticas e epistemológicas do campo, foi e é a responsável por enquadrar pessoas negras em estereótipos específicos como “violentos, dependentes, bestiais, servis, incivilizados” (Veiga da Silva; Moraes, 2021, p. 101). Em suma, acabam por restringir as condições de noticiar e reportar os sujeitos e os territórios, o que se mantém quando o jornalismo (seus

⁹ A interseccionalidade é uma noção devota da intervenção feminista negra desafiando as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que existiam no âmago das correntes feministas, predominantemente, brancas. Embora, não se escape nessa recuperação de uma tradução de uma crítica situada, da crítica das feministas negras nos Estados Unidos (Kimberle Crenshaw, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks) às feministas brancas de seu país, portanto, que se valem da categoria “mulheres de cor”, que ao ser abordada gera ruídos de tradução e de experiência histórica no Brasil. Além de desembocar no “entendimento implícito de que a interseccionalidade é uma ferramenta para diagnosticar diferença racial. Apesar de décadas de teorização feminista sobre a questão da diferença, esta continua sendo uma “diferença ‘em relação a’”, ou seja, a diferença em relação à “mulher branca”” (PUAR, 2013, p. 350).

¹⁰ Ruanda é um país da África Oriental. A divisão pré-colonial em duas etnias a minoria Tutsi e a maioria Hutu era de rivalidade, mas isso foi intensificado pelos colonizadores belgas e alemães como estratégia para facilitar a dominação do território, o que levou em 1994 a um período de intenso terror: 100 dias de um dos maiores genocídios da história contemporânea, mas que mesmo assim foi um evento com pouco espaço na cobertura da mídia e imprensa ocidentais.

operadores e problematizadores) resiste em pensar a si mesmo como “difusor e reproduzidor de uma lógica racista” (Veiga da Silva; Moraes, 2021, p. 101). Não é sem propósito que o jornalismo adota discursos sobre humanidade e o humano, principalmente em situações de violência, tragédia e luto, como quase sempre sinônimos de branco, homem e detentor de recursos financeiros, como apontam Ijuim e Moraes (2023). O que não permite o indicar afeto a pessoas negras, pobres e moradoras das periferias, já que esses são expropriados da solidariedade humana.

Estas perspectivas colocam outras questões para os estudos sobre o jornalismo: o que se pode fazer para sua matriz epistêmica interagir com as mais recentes contribuições de teóricas e ativistas decoloniais, que se propõem a tecer possibilidades de saber não hierárquicas provenientes do Sul Global? É possível o jornalismo se descentrar do conhecimento colonial, tão forte no saber acadêmico quanto nas práticas de mercado? Existem outros fazeres, práticas, resistências, que dialogam com estas questões? É nesse sentido que olhamos para nosso objeto empírico, iniciando por aprofundar um pouco a discussão acerca destas novas epistemologias colocadas em cena contemporaneamente.

132

Mais de outras epistemologias

Contrapondo-se a um pensamento eurocêntrico, que localiza a possibilidade da racionalidade a partir da Europa (e, posteriormente, Estados Unidos, mas já sob esta base cristalizada), teóricos/as de vários lugares geográficos e proposições distintas, filiam-se ou são filiados/as a um novo eixo de produção de racionalidade, o eixo do Sul Global.

Estes/as teóricos/as pesquisadores/as, como identifica Ballestrin (2013), estão ligados/as ao que se denominou em termos de produção teórica de pós-colonialismo, contribuições especialmente produzidas em universidades americanas e inglesas, a partir dos anos de 1980, que se contrapunham à perspectiva hegemônica da modernidade racional. Movimento teórico possível e relacionado ao processo de descolonização dos países periféricos a partir especialmente da metade do século XX — especialmente estados asiáticos e africanos, posto que a América Latina passou pelo processo de descolonização (jurídico/político) no século XIX.

A adoção da perspectiva pós-colonial do ponto de vista teórico implica a ampliação do enquadramento das opressões a que são submetidos os povos, colocando em cena

não apenas a opressão econômica (com a expropriação das riquezas), mas também aquelas relacionadas a uma estrutura que combina opressões raciais e de gênero¹¹ e ancora-se na percepção de uma “relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador” (Ballestrin, 2013. p. 91). O movimento foi reforçado com a criação na década de 1970 do grupo sul asiático de Estudos Subalternos, com autores/as como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak, sob a liderança de Ranajit Guha, que sedimentou as bases para questionar a produção do conhecimento nas ciências sociais atreladas a um universo eurocêntrico. O ensaio de Spivak (2010), *Pode o Subalterno Falar?* (lançado em 1985), é exemplar neste sentido, ao questionar a prática discursiva do intelectual pós-colonial, como Deleuze e Foucault, apesar da filiação da autora ao universo desconstrucionista.

Na década de 1990, mais precisamente em 1992, intelectuais latino-americanos radicados especialmente nos Estados Unidos fundam o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inserindo a América Latina em um debate que até o momento centrava-se na experiência colonial asiática, ligada à relação com o império britânico, objeto de críticas já iniciais do Grupo.

Soma-se a esta crítica, a de que era necessária uma ruptura com autores eurocêntricos e a necessidade de pensar a América Latina em sua especificidade da experiência colonial — a primeira a sofrer esta violência, que se refez na relação com o imperialismo americano (Ballestrin, 2013). À desagregação do grupo sobreveio aquele que será conhecido como a produção original latino-americana dentro da esfera pós-colonial (termo criticado por estes teóricos), o Grupo Modernidade/Colonialidade, reunindo diversos/as autores/as, de onde se destacam Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Nelson Mandonado-Torres e Ramón Grosfoguel¹².

As construções teóricas do Grupo são profícuas e provocativas, como o de Colonialidade do Poder, formulado por Anibal Quijano e apreendido por vários outros/as pesquisadores/as. O conceito fala sobre, conforme Grosfoguel, uma matriz de poder que “afeta todas as dimensões da existência social” (Grosfoguel, 2010, p. 464). O autor amplia:

¹¹ Ballestrin (2013) lembra que, apesar de associado e produto de estudos pós-estruturais, pós-modernos e desconstrutivistas, o pós-colonialismo é devoto de autores precursores, como Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, seguidos por Edward Said.

¹² Não é objeto deste texto uma análise específica do Grupo da M/C, mas sim elencar alguns dos conceitos que nos parecem operativos para pensar o objeto empírico selecionado. Para mais referências do histórico e perspectivas do Grupo ver Ballestrin, 2013.

Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas, de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989, Fregoso, 2003), de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (heterarquias), de formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, económica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder (Grosfoguel, 2010, p. 464).

Em seguida, Grosfoguel aponta elemento central da perspectiva da colonialidade do poder, qual seja, a de que “a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”, organizando a população mundial segundo “uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores” (Grosfoguel, 2010, p. 465), ordem que estrutura não apenas a divisão de trabalho, mas também um sistema global patriarcalista, que o autor passa a denominar “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu, pois:

O Patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemónicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores (Grosfoguel, 2010 p. 466).

Dentre as diversas implicações da conceituação está a de que “colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda” (Grosfoguel, 2010, p. 466) e “permite nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação (2010, p. 467), em que as “zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” (2010, p.468).

A colonialidade do mundo persiste, pois é o que constitui a modernidade, estabelecendo hierarquias não apenas no eixo raça/etnia, se bem que este eixo foi estabelecido como essencialidade dentro do sistema, ou trabalho (articulado a raça), mas também de gênero, sexuais, epistemológicas, religiosas, a partir do estabelecimento da “diferença colonial”, segundo Mignolo (2013, s/p):

Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro¹³ (Mignolo, 2013).

¹³ Entrevista de Mignolo ao portal IHU online. Disponível em <https://bit.ly/477TrkG>. Acesso em 27 jul. 2019.

Os conceitos são ímpares para pensar a persistência, em pleno século XXI, de estruturas hierárquicas de poder em países periféricos, como o Brasil, que subalternizam populações pelo critério racial.

A perspectiva descolonial¹⁴ entrecruza-se com o pensamento feminista. Segundo Ballestrin, apesar de trajetórias distintas e transdisciplinares, “a crítica feminista e a pós-colonial compartilham de características e preocupações constitutivas dos movimentos históricos que as estruturam” (Ballestrin, 2017, p.1037). Autoras como Lugones (2014), dialogando diretamente com a perspectiva decolonial, apontam para a centralidade do gênero na matriz de poder da colonialidade, especialmente por introduzir dicotomias e hierarquias que acredita não existissem antes nas colônias invadidas. Lugones enfatiza que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (Lugones, 2014, p. 935). E argumenta ainda que “conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica, “categorial”¹⁵ (Lugones, 2014, p. 936).

A perspectiva feminista em diálogo com a discussão da epistemologia decolonial aponta especialmente para possibilidades e permanência das resistências de mulheres de cor¹⁶ dentro do sistema.

Dentro do sistema regido pela colonialidade, aparecem fissuras, produzidas por corpos subalternos em sua multiplicidade e heterogeneidade, a partir de seus lugares situados (Haraway, 1995), com ou sem a compreensão destes lugares, com ou sem uma vinculação a uma perspectiva radical como a teorizada pelos/as pensadores da decolonialidade. Mas uma frequência, uma “mentalidade descolonial, que se não conduz para uma transformação das relações sociais mais amplas, minimamente contribui para a transformação da percepção do mundo” (Bernardino-Costa, 2007, p. 314) das/os

¹⁴ O termo preferido por autores do Grupo Modernidade/Colonialidade é decolonial, em vez de descolonial, para indicar a necessidade de uma des-colonização epistêmica e não apenas das estruturas de poder políticas e econômicas, que já aconteceram nas antigas colônias e não significaram o término das relações de opressão instaladas pelo colonialismo. Usaremos os termos como sinônimo.

¹⁵ Há um debate importante sobre a ausência ou não de estruturas hierárquicas de gênero antes da chegada do colonizador, com extremos defendendo esta ausência, caso de Lugones, e o outro a existência destas estruturas previamente. Apesar de importante não é possível no escopo deste trabalho situar este debate, mas nos parece interessante seguir a proposta de Segato (2012), que pensa em termos da existência prévia de um “patriarcalismo de baixa intensidade”, em que a dualidade não era pensada em termos de binariedade (e, portanto, exclusão de um dos polos), mas de uma complementariedade de mundos resguardados em suas distinções.

¹⁶ Aqui nos remetemos à perspectiva de Anzaldúa (2000) ao pensar as mulheres dos espaços subalternos, sejam elas índias, chicanas, negras, asiáticas.

envolvidos/as. Pensando com o autor que nem todo conhecimento produzido de baixo é epistemologicamente subalterno:

O ponto não é que a narrativa das trabalhadoras domésticas [seus sujeitos de pesquisa, apontamento nosso] seja melhor porque é uma narrativa subalterna, senão que tem a potencialidade de ser radicalmente crítica e de ser mais propensa a transformações (Bernardino-Costa, 2007, p. 314).

Acreditamos poder nos apropriar da perspectiva aberta por Bernardino-Costa para pensar o movimento produzido no/pelo *Nós, Mulheres da Periferia*, utilizando especialmente o conceito de escrita de mulheres (Anzaldúa, 2000; 2005).

O caso do Nós, Mulheres da Periferia

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” é formado por mulheres comunicadoras que nasceram, cresceram e ainda moram nas periferias, Norte, Sul e Leste de São Paulo. Estas mulheres, em 2012, publicam no Blog Mural (hoje Agência Mural de Jornalismo das Periferias), o texto *Nós, Mulheres da Periferia*, em que apontam para a invisibilidade, para a complexidade do que é ser mulher na periferia, que envolve a não garantia dos direitos, além dos atravessamentos de gênero, raça e classe, principalmente. O artigo repercutiu e foi publicado em 7 de março na seção Tendências e Debates¹⁷ da *Folha de S. Paulo*.

Em 2014, nove mulheres assumem o coletivo e lançam, em 8 de março, sua página do Facebook e, em 28 de maio do mesmo ano, o site jornalístico¹⁸. Atualmente, o coletivo é formado por seis comunicadoras que, por meio de seu site e de suas redes sociais, propõem-se discutir diferentes conteúdos e experiências a partir do olhar das vivências de mulheres das periferias. A linguagem é acessível e o fio condutor é pensar as mulheres periféricas a partir da intersecção gênero, raça, classe e território. Tanto no site quanto nas redes sociais, veiculam artigos embasados em depoimentos de moradoras da periferia e em suas vivências, como também artigos que relatam e divulgam eventos na periferia, a partir de olhares contextualizados. Além disso abrem espaços de escuta e visibilidade, permitindo que outras mulheres publiquem suas histórias.

¹⁷ Artigo intitulado “Nós, Mulheres da Periferia”. Disponível em: <https://bit.ly/47aSZSL>. Acesso em 27 jul. 2019.

¹⁸ <https://nosmulheresdapерiferia.com.br/>

Somos mulheres que criaram um site para escrever textos e registrar histórias que não encontravam em lugar nenhum. Em um país em que as mulheres estão à margem da liderança dos meios de comunicação, o Nós mulheres da periferia é uma empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas¹⁹.

A experiência do *Nós, mulheres da periferia* está a chamar atenção de estudiosos/as do campo, já é compreendida como fruto da transformação do jornalismo no século XXI, como iniciativa jornalística alternativa às experiências dos conglomerados de mídia, que está entre a busca ideológica pelo jornalismo na própria periferia e a construção de uma oportunidade de trabalho para jovens profissionais de baixa renda (Nonato, 2018). É interpretada ainda como ação de mulheres jornalistas que expressam uma voz ausente das páginas dos tradicionais jornais e revistas, narrativas constituídas pelo gênero, pela cor de pele e pela geografia em que as autoras são parte das histórias contadas (Martini, 2017).

Ao olhar para o *Nós, Mulheres da Periferia*, nos interessa perceber como a escrita pode ser uma estratégia de resistência dessas mulheres frente ao sistema de informações jornalísticas que posicionam e enquadram as mulheres das periferias sob certas lógicas de subalternidade, *uma estratégia plena de consciência mestiça*, uma consciência polivalente das diferenças que posicionam essas jornalistas às margens do cânone, portanto, que também as possibilita unir (e perturbar) ao jornalismo outras experiências e práticas narrativas.

Exercitamos, neste estudo, uma leitura crítica²⁰ a partir de três textos referenciais do site: *Manifesto, Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil* e *Respeite meu parto: A assistência humanizada precisa chegar na periferia*²¹. A escolha desses textos também se dá pela recorrência dessas publicações por parte das autoras e pela estilística empregada, visto que são representativos do modo como o

¹⁹ <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>.

²⁰ Opta-se, neste trabalho, por uma análise do texto jornalístico. Contudo, as/os autores/as entendem que, muitas vezes, a obsessão por definir ou caracterizar uma metodologia atende muito mais a uma lógica positivista da Ciência, caudatária do apagamento de outras formas de se conhecer a realidade, do que o desvelar de um fenômeno. Não seria, portanto, interessante trair a sutileza da operação compreensiva do objeto de estudo — a escrita de jornalistas periféricas sobre o cotidiano de pessoas da periferia como uma atitude feminista decolonial — com um método convencional, incapaz de captar as nuances desse tema de pesquisa. Dessa forma, entendemos a metodologia empregada aqui como leitura crítica, como faz Antonio Candido e Cremilda Medina, e menos uma categorização, como a análise de conteúdo, por exemplo.

²¹ Disponível, respectivamente, em: (1) <https://bit.ly/486T6Qs>; (2) <https://bit.ly/3RS2OjS> e (3) <https://bit.ly/41Nt7vb>. Acesso em 27 jul. 2019.

coletivo escreve. Não há classificação possível para os relatos publicados, são interpretativos, ora opinativos, ora informativos da realidade que as circunda.

No começo dos anos 1980, Gloria Anzaldúa (2000) defende a posição de que as mulheres de cor²² deveriam buscar uma escrita própria, modos para se expressar e não ser mais meros objetos de estudo, de curiosidade. Se os olhos do centro e do poder não as querem conhecer, as mulheres da periferia se valem do cotidiano para se apresentar em plena pluralidade de identidades e perspectivas de vida.

No texto *Manifesto*, extraordinário exemplo da forma como a complexidade social é construída pelo coletivo ao explicar quem são estas mulheres, percebe-se a marcação da linguagem pelo gênero, pela classe, pela raça/etnia, quando as autoras indicam o universo que compõem o ser mulher na periferia: “pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena”. Há sinais do cotidiano, das batalhas do lar, da rua e do trabalho, como no trecho: “Somos a irmã que cuida dos irmãos mais novos até a mãe voltar do serviço. E que lava a louça do almoço enquanto o irmão vai jogar bola”. As autoras do coletivo se desdobram em múltiplas mulheres que exercem profissões variadas, possuem idades diversificadas e cujos gostos e interesses não são moldados exclusivamente pelo território da periferia.

Fala-se das mães, das avós, das filhas, das esposas, das mulheres solteiras, das responsabilidades, das transgressões, das dificuldades de se acessar os serviços públicos do Estado. Também se abrem brechas para abordar as violências de gênero, das ofensas aos assédios: “Somos aquela que, quando o cara pede, faz tudo o que ele quer — “Piriguete, piranha, vaca, vadia, vagabunda, puta”. Registra-se ainda as lutas e os conflitos com as opressões: “Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmita. Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido”.

Em *Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil*³, texto publicado em 13 de maio de 2018 na aba Notícias do site, assinado por Semayat S. Oliveira, a discussão é a negritude das mulheres periféricas. O texto baseia-se em dados estatísticos para apontar os indicadores que juntos montam o quadro da exclusão e da opressão das mulheres negras e, ao mesmo tempo, apresenta enunciados que apontam

²² Ao evocar as mulheres de cor, Anzaldúa se refere à experiência das mestiças. Pela cor, a autora não fala apenas em termos de mulheres negras como comumente se expressa em textos feministas nos Estados Unidos e no Brasil, mas em todas as mulheres subalternizadas por não serem brancas.

²³ Este texto é seguidamente republicado no site, pois foi escrito em 2014. E ganha nomes diversos. Na página em que está além do título já indicado, aparece: “Nós, Mulheres da Periferia, somos majoritariamente pretas” e “A mulher negra na periferia da classe, igualdade e do direito”.

para a intimidade e o lugar daquela que escreve, representando as mulheres negras periféricas, mixando uma escrita apoiada em dados com a da subjetividade da autora.

Dados sobre o número de mulheres negras questionam: “desse *mundaréu de números* fica a imaginação e a vontade de contabilizar *as morenas claras, morenas escuras e moreninhas* [grifos nossos], que ainda firmam o pé no processo de identidade racial”. A pobreza e a exclusão que atingem as mulheres negras são pontuadas por todo o texto, sempre com base nos índices estatísticos, para concluir “em termos de igualdade de gênero *estamos duas casas atrás no jogo da vida* [grifo nosso]”.

Os dados são apresentados para compor um retrato de exclusão tríplice, que entrelaça gênero, raça e classe, mas também para apresentar um cotidiano de resistências, seja apresentando o feminismo negro, seja citando mulheres que lutam, lembrando violências que se tornaram midiáticas, vividas por mulheres (e homens) na periferia.

Apesar de remeter-se a indicadores, que contribuem no jornalismo para garantir uma ancoragem do “real” narrado, o texto é permeado por um lugar de enunciação da mulher negra, que fala de si e de outras, com uma linguagem que se afasta dos cânones jornalísticos, como indicam nossos grifos. Repete-se neste texto a perspectiva estabelecida anteriormente no *Manifesto*:

Somos as netas da lavadeira, a filha da doméstica e a menina que aprende muito cedo a se virar sozinha, não contar com o pai ou seguir sem companheiros. Somos as mulheres que descendem de uma luta ancestral por liberdade, travada na África, senzalas, casarões, matas e quilombos. Somos quem aumenta a presença preta nas universidades e cerra os pulsos por espaço para o estudo e reflexão social e racial nesses ambientes.

No texto *Respeite meu parto: a assistência humanizada precisa chegar na periferia*, Mayara Penina também recorre aos dados estatísticos para identificar o aumento crescente das cesarianas e o debate público entre as mulheres sobre melhores práticas de assistência ao parto. A notícia se vale de tradicionais recursos jornalísticos como diagnósticos estatísticos e considerações de fontes especializadas, mas desloca a discussão rotineira da humanização do parto (que envolve prioritariamente mulheres brancas e de camadas abastadas) para a situação das mulheres periféricas. A fala do especialista é usada para comprovar o *gap* entre a violência obstétrica narrada nos jornais e a vivida por mulheres periféricas: “quanto mais jovem, mais escura e mais pobre, maior

a violência no parto”. A violência é contada a partir das falas dessas mulheres, que escutam rotineiramente: “Na hora de fazer, você não reclamou, agora aguenta” que, segundo o texto, “evidencia que o problema também é uma questão de gênero. Como se a gestante tivesse que se conformar com a sua dor. O racismo também vem à tona: são muitos os relatos de mães negras que recebem atendimento grosseiro e negligente devido a sua cor.

A jornalista dialoga com as leitoras e estimula a percepção de um lugar de violência específica, “Pergunte para suas vizinhas, suas amigas, quantas delas tiverem experiências libertadoras ao parir? Quantas delas têm boas lembranças? Quantos delas falam bem dos hospitais, dos profissionais?”, ao mesmo tempo em que provoca: “somos educadas para sermos mães, cuidarmos dos filhos e da família e nosso direito ao corpo não nos é assegurado”. É interessante ainda notar como temáticas lidas por um feminismo hegemônico como opressão da mulher são reaproximados dessas mulheres por uma outra frequência de luta: a maternidade, o cuidado e a família.

Os textos apresentados encaixam-se no que Anzaldúa (2000) descreve como espírito de revolta. O ato de escrever das mestiças (das periféricas) é uma estratégia de sobrevivência. É a criação de um eu, de autoconhecimento, sobre quem as mulheres foram levadas a reconhecer como “outro”. Nesse sentido, Anzaldúa enuncia:

Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras (2000, p. 232).

Na escrita, seja ela individual ou jornalística, as mulheres da periferia tramam contra o registro feito sobre elas, dissipam a sensação de falta de poder, mas também revelam medos e a opressão tripla ou quádrupla as quais são submetidas. Fazem desse ato um modo de sentir o caminho, a trajetória das antepassadas, evocam realidades pessoais e sociais. Anzaldúa (2000) concebe essa fala como o discurso de quem não é ouvido, como geralmente ocorre com os loucos e com quem foi proibido/censurado. Desse modo, escrever expressa o anseio de falar, de elaborar o caos da vida, de exercer uma autoria, de quem sabe vocalizar sua existência, não ser mais um ruído urbano.

Considerações finais

Como avaliação derradeira, compreendemos que os textos publicados pelo *Nós, mulheres da periferia* podem ser pensados a partir de uma perspectiva decolonial, mesmo que a ela não se vinculem. Ao reivindicarem seguidamente o lugar no discurso para a subalternidade das mulheres periféricas, e ao construírem este lugar a partir de suas experiências, vidas e anseios, em uma teia de complexidade que se contrapõe ao reducionismo que as enquadra nos demais sistemas simbólicos, subvertendo as lógicas de produção jornalísticas nos textos autorais e subjetivados, o *Nós, Mulheres da Periferia* se conecta a um polo de resistência, tornando-se mais um dos milhares de nós desta cadeia secular, urdida ininterruptamente, mesmo que invisibilizada, por todos/as que, desde sempre, exercem suas vidas contra o lugar de subalternidade imposto.

Como vimos, o feminismo decolonial é uma proposta que visa articular uma agenda social e feminista focada nas vozes e nas experiências das mulheres situadas ao Sul das sociedades do planeta, naquelas que sofreram intrusões coloniais. Ao propor um encontro entre o pensamento de Gloria Anzaldúa e a prática jornalística do *Nós, mulheres da periferia*, podemos perceber como dentro dos meios jornalísticos, sujeitos que não eram autorizados e autorizadas a comunicar com a sociedade, a serem ouvidos e ouvidas, passam a disputar os ambientes midiáticos de modo a tornar mais audíveis vozes que passam por subalternização colonial, racial e econômica diariamente. As jornalistas que escrevem sobre o cotidiano das periferias, que contribuem para se conhecer os desafios e soluções que as mulheres das periferias encontram para si e para seu entorno, tornam-se assim “companheiras de escritura”, como chamava Gloria Anzaldúa aquelas que ousavam escrever de modo a transformar suas identidades tão marcadas pelos preconceitos culturais introjetados, rompendo parte da lógica da colonialidade do poder.

Referências

ADGHIRNI, Z. L. O lugar do jornalismo na comunicação. *Libero*, ano IX, n. 17, jun. 2006.

AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (org). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 320, set.-dez. 2005.

BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, mai. – ago. 2013, pp. 89-117.

BALLESTRIN, L. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017

BARBOSA, K. G.; VARÃO, R. Erro, dúvida e jornalismo generificado: um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem "A rape on campus". **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.

BJR. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo/SBPJor. **Brazilian Journalism Research**. Jornalismo e Estudos de Gênero, v. 14, n. 1, abr. 2018.

CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. Minas de luta na mídia: enquadramentos e percepções das ocupações escolares em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

GONÇALVES, G.; MEDINA, C. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010. pp 455-491.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

LAGO, C. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 6, n. 1, jun. 2010.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set.-dez. 2014

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016.

MARTINI, M. R. Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas. **Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, ECA-USP, nov. 2017.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MORAES, F.; IJUIM, J. K. Repensar a "humanidade": limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023.

NONATO, C.; LAGO, C. A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, PosJor-UFSC, v. 14, n. 2, 2017.

NONATO, C. O perfil do jornalista das periferias de São Paulo: resultados iniciais. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Joinville-SC, Univille, set. 2018.

PUAR, J. "Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa": interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, 2013.

RESENDE, F. Journalism Discourse and the narrative of resistance. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 1, n.1, jun. 2005.

RESENDE, F. Representação das Diferenças no Discurso Jornalístico. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 5, n. 1, jun. 2009.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Ano 8, 1 sem., 2000.

VEIGA DA SILVA, M.; MAROCCO, B. O feminino no "livro de repórter": uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

VEIGA DA SILVA, M.; MORAES, F. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: MENDES, F. M. M.; QUEIRÓS, F. A. T.; SILVA, W. C. **Pesquisa em comunicação**: jornalismo, raça e gênero. Rio Branco: Nepan, 2021. pp 94-109.

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 25 de set. 2023.

ENTREVISTA

A construção de uma epistemologia afrocentrada e as contribuições aos estudos em jornalismo: o percurso de Dione Oliveira Moura, jornalista negra relatora de projeto pioneiro de ações afirmativas da UnB

Paula Melani Rocha¹

Karina Janz Woitowicz²

Resumo

Uma carreira de pesquisadora, professora e atuante junto às demandas sociais, étnico-raciais e científicas ao longo de mais de três décadas. Dione Oliveira Moura, docente na Universidade de Brasília desde 1995, tem atuação reconhecida no ensino, na pesquisa e na extensão em Jornalismo, além de colaborar com entidades científicas do país. Em seu pioneirismo, destaca-se a participação como relatora da comissão que instituiu o sistema de cotas da UnB em 2003. A pesquisadora constrói sua trajetória na proposição de centralizar no campo científico os estudos periféricos à lógica *mainstream*, colocando a perspectiva de interseccionalidades nas interlocuções dos estudos em Jornalismo. Em entrevista, Dione Moura expõe as inquietações que orientaram a sua trajetória e defende o desafio da pesquisa comprometida com o enfrentamento de múltiplas opressões.

Palavras-chave: Jornalismo. Interseccionalidades. Trajetória profissional.

The construction of an afrocentered epistemology and contributions to journalism studies: the journey of Dione Oliveira Moura, black journalist reporting on a pioneering affirmative action project at UnB

Abstract

A career as a researcher, teacher and active in social, ethnic-racial and scientific demands over more than three decades. Dione Oliveira Moura, a professor at the University of Brasília since 1995, has a recognized role in teaching, research and extension work in Journalism, in addition to collaborating with scientific entities in the country. In her pioneering spirit, her participation as rapporteur for the commission that established the UnB quota system in 2003 stands out. The researcher builds her trajectory on the proposition of centralizing studies

¹ Pós-doutora pela Universidade Fernando Pessoa (PT). Professora no Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo da UEPG e do curso de graduação da mesma instituição. Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Professora Produtividade CNPq2. E-mail: pmrocha@uepg.br.

² Pós-doutora pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal/Equador). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail: karinajw@uepg.br.

peripheral to the mainstream logic in the scientific field, placing the perspective of intersectionalities in dialogues. of studies in Journalism. In an interview, Dione Moura explains the concerns that guided her trajectory and defends the challenge of research committed to confronting multiple oppressions.

Keywords: Journalism. Intersectionalities. Professional trajectory.

Apresentação

O percurso profissional de Dione Moura Oliveira revela o constante repensar sobre os desafios do campo jornalístico e a necessidade de articular marcadores de raça/etnia, gênero, classe, entre outros, na análise dos fenômenos sociais. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), é mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990), onde desenvolveu a primeira pesquisa sobre filmes de cineastas negros brasileiros, e doutora em Ciências da Informação pela mesma instituição.

Sua trajetória na docência inicia em 1995 na Universidade de Brasília, onde se dedica ao ensino na graduação e na pós-graduação, a projetos de pesquisa e extensão, bem como atividades administrativas e de gestão. Um destaque de seu percurso na instituição situa-se há 20 anos, em 2003, quando atuou como relatora da proposta de implementação do sistema de cotas para estudantes negros e indígenas, que se formou pioneira entre as universidades brasileiras (Moura, 2023). Pode-se dizer que a luta em defesa de políticas afirmativas é uma importante marca de sua trajetória, que se reflete em perspectivas de pesquisa e ações no meio acadêmico.

A pesquisadora ancora seus estudos em três eixos articulados: identidade e memória, identidade étnico-racial e memória, identidade ética racial e perfil profissional e ancestralidade. Como mulher negra, jornalista e pesquisadora, observa as barreiras sócio-históricas estruturantes na vida das mulheres negras e indígenas da sociedade e dos grupos que integram as mulheres jornalistas. Desenvolve a construção teórico-metodológica do conceito “triplo telhado de vidro”, uma referência para as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG.



Professora Titular Dione Moura durante mesa de homenagem à primeira Diretoria da SBPJor no evento de 2023, em Brasília

Crédito: Ana Paula Goulart

A professora também registra importantes contribuições junto a entidades científicas no país. Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), foi sócia fundadora e atuou na direção em duas gestões, entre elas como presidenta (2011-2013). Também participou como diretora da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom) e é atualmente diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej).

Nesta entrevista, Dione Oliveira Moura oferece um diálogo sobre as potencialidades de uma perspectiva afrocentrada para o jornalismo, ao mesmo tempo em que relata iniciativas e trabalhos que inspiram novas reflexões.

Agradecemos a generosidade da professora em compartilhar a forma exemplar como constrói seu trabalho alinhando pesquisa, extensão, ensino, profissionais jornalistas e diálogos com as entidades representativas da categoria.

Nessas três décadas de atuação como pesquisadora e professora em Jornalismo, você participou da formação de entidades, de redes de pesquisa e grupos de trabalho no incentivo ao desenvolvimento dos estudos sobre o Jornalismo e suas práticas. Como avalia os avanços e desafios das pesquisas para o campo?

Vamos ter alguns avanços em relação à pesquisa de jornalismo nessas três décadas. O primeiro avanço é que a pesquisa de jornalismo passou a utilizar de forma mais contínua os dados do Perfil do jornalista Brasileiro. O próprio mapa foi um grande avanço. Quero saudar a organização liderada pelo professor Jacques Mick e a SBPJor, na época, por ser uma incentivadora da pesquisa ao lado da Fenaj. Isso foi quando eu estava na presidência da SBPJor. Então, atribuo o mérito pioneiro da pesquisa também à própria SBPJor, na nossa direção, e à liderança do professor Jacques Mick idealizando a pesquisa.

Esse mapeamento foi um grande avanço. Como modelo de uma pesquisa mais robusta, mais ampla, isso incentivou que a identidade profissional do jornalista brasileiro viesse a ser mais conhecida, melhor identificada.

Agora, nesse mesmo tópico, nós temos desafios. Por exemplo, se você entra hoje em uma base de registro de jornalistas profissionais na França, você, como pesquisadora ou pesquisador consegue acessar os dados e pedir cruzamento de dados. Você consegue isso rapidamente com garantia de resultados porque você tem um registro profissional atualizado e completo.

No Brasil não temos uma base permanente, por exemplo, no Ministério do Trabalho, ou nas DRTs, ou Agências Regionais do Trabalho, que a gente possa ingressar. Isso é um limite grande para as pesquisas, para nós pesquisadores levantarmos dados e fazermos cruzamento de dados em uma base segura onde é feito o registro profissional. Isso não nos permite ainda perceber o impacto mais evidenciado sobre a questão do diploma e o registro profissional e do sistema de cotas e o registro profissional.

Outro desafio é que nós não temos editais de fomento especificamente voltados para as questões de pesquisa no jornalismo. E elas são múltiplas, são grandiosas, são relevantes, então temos que caminhar um pouco mais ainda para que o campo de estudo e pesquisa do jornalismo seja visto como uma área de interesse direta das agências de fomento.

Voltando a pensar nos avanços, a própria institucionalização da pesquisa no jornalismo com a liderança da SBPJor, na formação e fomento de redes e as parcerias entre a SBPJor, a Fenaj e a Abej, anteriormente designada FNPJ, dirigem e direcionam a

institucionalização do campo de estudo de Jornalismo no Brasil, nas últimas décadas. Isso também foi um grande avanço porque permite que essas entidades dialoguem em torno de pautas e propostas comuns, que elas interajam em termos de identificação de demandas e temas para a pesquisa.

Por exemplo, as demandas e propostas da Fenaj em relação à profissão, ao perfil profissional, ao combate das violências sofridas por jornalistas e os espectros de violência. Essa proximidade das entidades permite que os temas levantados no campo profissional identificados pela Fenaj também subsidiem pesquisas da SBPJor e reflexões e pesquisas para voltá-las mais para o ensino de jornalismo, no caso da Abej. Então, acredito que essa aproximação das três entidades foi um grande avanço das últimas décadas.

Na sua opinião, ainda há temas de pesquisa, objetos e/ou fenômenos sociais que enfrentam barreiras na academia e na nossa área? Quais e por quê?

Sim, em todo o campo de pesquisa há temas às vezes não examinados, que não são tomados como pauta principal nas pesquisas. Às vezes, recebem a atenção de grupos, de redes de pesquisa, mas não têm visibilidade enquanto status de pesquisa e, às vezes, há temas de pesquisa que sofrem resistência em serem adotados.

E vou citar um tema, o principal que eu trabalho, que é o tema das jornalistas negras. O perfil profissional das jornalistas negras eu sinto que é um tema que mereceria mais tempo e atenção. Não é somente o argumento que temos que falar sobre jornalistas negras, não é só isso. Temos que compreender que há particularidades históricas que devemos levar em conta ao estudarmos alguns segmentos profissionais, por exemplo, discriminados. Porque é o caso das jornalistas negras, que passam por discriminações, assédios, barreiras horizontais, barreiras verticais no processo de formação profissional, no processo do exercício profissional e no processo social, que antecede inclusive a vida universitária.

Desde sua história familiar, desde o ventre da sua mãe, essa jornalista já encontrava uma barreira. Ela não era uma criança bem quista, bem vinda, bem desejada pela sociedade brasileira. “Olha, mais uma criança negra”.

Então temos que entender que os campos de pesquisa precisam deixar de negligenciar temas por falta de instrumentos de análise. Nós temos que buscar a parceria com os campos de conhecimento irmãos do jornalismo, próximos do jornalismo, alinhavados, interdisciplinares com o jornalismo. Vamos falar da história, da sociologia, da antropologia, de campos que nos ajudem a perceber os fenômenos.

Por exemplo, sempre que necessitem de uma análise complementar, de uma ponderação, de uma contextualização sócio-histórica, de uma contextualização sociológica, nós temos que buscar, porque não podemos, por exemplo, equalizar os resultados sobre perfil profissional dos jornalistas no Brasil tratando todos como os jornalistas. Porque existem as jornalistas e, dentre as jornalistas, existem as jornalistas negras, existem as jornalistas indígenas. Eu vou falar desses dois segmentos que são muito negligenciados nos estudos, que essas jornalistas negras e indígenas têm vivências sócio-históricas que são muito próprias e precisam ser percebidas com uma lente mais ponderada, para que nós consigamos compreender melhor que dentre estes grupos há especificidades — e conhecer essas especificidades é conhecer melhor o nosso tema de pesquisa. Resistimos muito em fazer esses movimentos, mas os fenômenos sociais se conformam, eles se reorganizam e dizem: “estamos aqui, queremos ser vistas e ouvidas”. E esse fenômeno social se apresenta como um problema de pesquisa. Ele se apresenta como algo que provoca a necessidade de uma reflexão, provoca a construção de uma epistemologia capaz de compreender o fenômeno social específico, por exemplo, o perfil das jornalistas negras e indígenas no Brasil.

É importante colocar também que, por causa dessas resistências, muitas pesquisadoras e pesquisadores buscam inovar nas suas temáticas, quebrar essas estagnações epistemológicas, e dizer: “olha, há algo que tem que ser observado”. Ou algo novo que tem que ser observado, ou algum fenômeno que já é conhecido, mas precisa ser olhado desde um ponto de vista novo.

Novo não por novo ser um princípio positivo em si, mas novo no sentido de que se os instrumentos que eu estou utilizando para observar, se os conceitos que eu estou utilizando para observar, se a metodologia e tipo de recortes que eu tenho utilizado para observar um fenômeno não são suficientes para melhor descrição e compensação desse fenômeno, eu tenho que buscar novos olhares, novos aportes, novos instrumentos para melhor conhecer esse fenômeno.

Isso é algo que eu tenho visto e considero o que é importante fazer em relação aos estudos sobre mulheres jornalistas no Brasil. Temos que buscar mais instrumentos, metodologias, amparo teórico conceitual para melhor compreender as nuances e de que forma fenômenos ainda não visualizados pela pesquisa interferem na prática e no exercício profissional das mulheres jornalistas.

Por exemplo, o fenômeno da discriminação, o fenômeno do assédio, o fenômeno da violência contra mulheres jornalistas que é diferente e mais acentuado do que o fenômeno da discriminação, da violência contra homens jornalistas. E se pensarmos as mulheres jornalistas, há uma diferença desses fenômenos de discriminação e violência e assédio na prática profissional entre mulheres jornalistas negras e indígenas e mulheres jornalistas não negras e não indígenas.

O grupo de mulheres negras e indígenas sofre mais violência e mais assédio. E eu preciso de novos instrumentos, nesse sentido de serem diferenciados, especiais, inovadores, para compreender esses fenômenos.

E muitas vezes, essa inovação, esse novo olhar, vem por meio de projetos de pesquisa, de redes de pesquisa, de grupos de pesquisa, de pesquisadores e pesquisadoras que se reúnem para formar uma rede de pesquisa nacional ou internacional em torno de uma temática. Por exemplo, a temática de gênero e comunicação, a temática de identidades étnico-raciais no jornalismo, a temática de diversidade de gênero na Comunicação e no Jornalismo.

E aí [na UEPG] tem, por exemplo, o Colóquio Mulheres e Sociedade que a UEPG sempre tem promovido, e a gente acompanha como um espaço para propor um recorte específico, um recorte chamando a atenção para um fenômeno da Comunicação, que a gente percebe que o *mainstream* não reconhece como um tema relevante.

Eu, como comissão organizadora, proponho a permanência e regularidade de um Colóquio que está dizendo: “olha, eu quero ver a existência dessa mulher inserida dentro de um fenômeno, dentro de historicidade, dentro de fenômeno social, dentro de contexto sócio-histórico, com seus desafios, com as suas particularidades e com a sua inserção social”.

Então, esses movimentos coletivos — eventos seriados, grupos e redes de pesquisa — têm uma função também de trazer esse novo que é demandado. Esse novo olhar, esse novo enquanto encontro científico, esse novo enquanto abordagem teórico-conceitual, esse novo enquanto abordagem metodológica, esse novo enquanto instrumentos interpretativos para observar os fenômenos. Por exemplo, a inserção da mulher na sociedade, o fenômeno das jornalistas e suas performances e identidades étnico-raciais e de gênero. Esse novo enquanto a necessidade de dizer que eu não posso continuar percebendo os fenômenos sociais sem observar as identidades étnico-raciais e de gênero, então temos que saber que há resistências do *mainstream* epistemológico em abordar e dar a atenção devida a alguns

temas considerados periféricos, mas há nucleações na periferia que transformam e trazem novas centralidades. Por exemplo, a importância de estudarmos no jornalismo os perfis profissionais sem pensar que estamos falando só dos jornalistas, mas estamos falando dos jornalistas e das jornalistas. E, entre as jornalistas, temos que falar das suas várias segmentações de gênero e identidade étnico-racial. Temos que olhar essas jornalistas inseridas em um contexto sócio-histórico. E, portanto, não podemos acomodar em “os jornalistas”. Parece um detalhe, mas não é. E a resistência em diversificar o olhar parece um detalhe, mas também não é. Muitas vezes, a resistência está mergulhada em comportamentos misóginos, comportamentos sexistas, comportamentos até mesmo racistas que contaminam, por vezes, o olhar de um ou de uma pesquisadora. Contamina a tal ponto que não consegue ver qual é a relevância. “Por que eu tenho que fazer esse recorte? Se eu estou falando dos jornalistas, por que eu preciso ver também as jornalistas com tais e tais identidades étnico-raciais, por que eu tenho que ver também as jornalistas e os jornalistas que ingressaram por meio de ações afirmativas, por que eu tenho que ver esse recorte tão detalhado?” Muitas vezes, os e as pesquisadoras reiteram nos grupos de pesquisa, mas há aqueles grupos que nucleiam, e eu estou nesses grupos que nucleiam na periferia do *mainstream*, que nucleiam a importância dessas temáticas e acabam construindo novas centralidades.



Encerramento do Colóquio Internacional Comunicação e Gênero, FAC-UnB, novembro de 2023. Foto registra o trio de organizadoras do evento: Liliâne Machado, Dione Moura e Kátia Belisário

Crédito: Arquivo Colóquio Internacional Comunicação e Gênero 2023

Nesse sentido, também na última edição da SBPJor, em Brasília, pela primeira vez na história da entidade tivemos uma coordenada específica de estudos de Jornalismo, gênero, sexualidades e identidades étnico-raciais, na qual você também foi uma das proponentes. Na ocasião criou-se a Rede Antonietas de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Interseccionalidades. Na sua opinião, o que essa conquista representa?

A Rede Antonietas é um exemplo importante e recente dessa articulação por novas práticas epistêmicas que precisamos fazer e que fazemos, que são estratégias para criar e dar visibilidade a novas epistemes. Essa rede — que vocês duas, Paula e Karina — estão entre as articuladoras e fundadoras, é uma rede que a criação dela foi capitaneada pela professora Cláudia Lago, da USP, a querida amiga, pesquisadora de referência. E, finalmente, a rede Antonietas foi criada e fundada em 10 de novembro de 2023, na sede da Faculdade de Comunicação da UnB, da FAC UnB, durante o vigésimo primeiro encontro da SBPJor, que na verdade, foi o evento de celebração dos 20 anos da entidade.

Então é mais uma estratégia de criação de novas epistemes, é importante para vencer as barreiras da resistência do *mainstream* científico que não queira olhar para essa relação jornalismo, gênero e interseccionalidades. É nosso direito como pesquisadoras e como pesquisadores propormos espaços, metodologias e abordagens que deem conta dos fenômenos comunicacionais com toda a complexidade que lhes é inerente. Essa complexidade é sócio-histórica. Essa complexidade tem uma historicidade. Essa complexidade é também muitas vezes interseccional, interseccionalizada por vários indicativos, indicadores e variáveis.

E aí a Rede Antonietas é mais uma dessas proposições, dessas possibilidades de quebrarmos as resistências de temas que são negligenciados, de temas que não são incorporados, de temas que não estão no *mainstream*. Bem, a gente nucleia na periferia do *mainstream* e ali ele vira a nova centralidade. E a Rede Antonietas é um desses exemplos também, onde você propõe novas centralidades, ou seja, o grupo diz, a equipe diz, o coletivo diz, nós dizemos: “Não iremos pesquisar só o jornalismo por si. O jornalismo como fenômeno autônomo e a-histórico. Autônomo e não interseccional. Vamos estudar o jornalismo como um fenômeno genderizado. Um fenômeno social que é genderizado. Um fenômeno social que é perpassado por interseccionalidades”. Quando eu falo o jornalismo, quando propomos pensar o jornalismo, estamos falando do jornalismo enquanto práxis, enquanto campo de pesquisa, enquanto um fenômeno sócio-histórico que gera também uma prática profissional, que gera perfis profissionais e que gera produtos oriundos da

prática profissional. E a Rede Antonietas, como um dos exemplos desse modo de criar novas epistemes, propõe então que o jornalismo seja pensado articulando jornalismo, gênero e interseccionalidades.

Existem sim barreiras e resistências a alguns temas. Eu citei aqui alguns, especialmente no campo do perfil profissional do jornalismo, como jornalista negra, jornalista indígena, jornalista e identidades de gênero, as jornalistas e os jornalistas e as interseccionalidades que perpassam a profissão. Existem barreiras para incorporar esses temas e existem formas de dissolver essas barreiras que é nucleando centros de estudos, redes de pesquisas para que esses temas ganhem centralidades, fazendo sempre, obviamente, nos mesmos princípios de toda e qualquer pesquisa científica. Princípio da pesquisa executada de um modo correto, seguindo método científico, seguindo os preceitos do bom exercício de execução de uma pesquisa científica. E enfatizando a perspectiva de que a boa pesquisa científica não pode se furtar de perceber a inserção sócio-histórica e também quando for o caso, também a inserção interseccional dos fenômenos que estão sendo estudados. A barreira muitas vezes é: “Nossa, eu tenho que pensar todos os fenômenos do ponto de vista sócio-histórico?”; “Nossa, eu tenho que perceber que existe interseccionalidades?”. Sim, temos, sim. É nosso dever como cientistas.

153

Desde a pesquisa de mestrado, você introduziu os estudos de raça na Comunicação. No Jornalismo, posteriormente, você conceituou o teto interseccional de raça, gênero e classe na profissão. E trouxe a discussão de que, além de tetos, há portas de vidro interseccionais na pirâmide profissional. Poderia contar como foi o seu processo de imersão reflexivo e crítico nesses estudos ao longo de sua trajetória?

Sim, no mestrado eu já trouxe essa perspectiva da necessidade de fazermos um recorte de identidade racial no estudo de comunicação. Naquela ocasião, o meu mestrado foi sobre filmes de cineastas negros brasileiros, orientada pelo professor José Luiz Warren Jardim Braga e com a orientação da professora Maria de Lourdes Teodoro, aqui na UnB, nos anos 1990. Então, desde ali eu ingressei em alguns recortes, em uma perspectiva epistemológica que eu prossegui, avancei a aprofundei posteriormente. Incluí o estudo sobre identidade, porque a minha dissertação era sobre memória na construção da identidade de cineastas negros brasileiros. Então, tem a memória e a construção da identidade como um tema de interesse. A perspectiva é o estudo étnico-racial por meio dos cineastas negros e os estudos sobre memória enquanto componente para compreender as

identidades no campo da comunicação. Essa articulação — identidade étnico-racial e construção de identidade e a memória na construção da identidade — é a perspectiva que, naquela ocasião, trabalhei com cinema, cinema negro, mas esses elementos permanecem e vêm avançando depois. Essa articulação sempre ocorre em torno da identidade étnica racial. Aí vamos nos tornando jornalistas negros, jornalistas indígenas, comunicadores, comunicadoras quilombolas, procurando compreender essas identidades profissionais que passam pela subjetivação também.

A identidade profissional é uma parte de uma identidade maior desse sujeito, dessa personalidade, dessa pessoa que é o profissional. Uma das identidades que esse profissional tem é a identidade profissional, mas ela é composta pela sua identidade também de gênero, identidade étnico-racial e, no caso da identidade étnico-racial sempre passa pela compreensão da memória do povo negro, ou do povo indígena. A compreensão dessas ancestralidades, de como elas se colocam e de que forma elas até ancoram esse profissional e essa profissional jornalista para o exercício profissional e, ao mesmo tempo, socialmente, isso pode ser visto como uma barreira.

“Nossa, você se parece muito uma pessoa negra, isso pode não ser bom para um vídeo, pode não ser bom para mostrar a nossa empresa de comunicação”. E, aí, nesse sentido, torna-se uma barreira. Mas em outro sentido pode ser: “Precisamos trazer diversidade étnico-racial para nossa empresa de comunicação, então venha, venha compor o nosso quadro”. Isso já é um fenômeno mais recente. Um fenômeno mais anterior e ainda presente é: “Olha, você não dá muito para vídeo, você não dá muito para TV, não dá muito para ir em uma coletiva. Vamos colocar essa jornalista negra ou negro mais para os bastidores”. No tempo do jornal clássico, esses jornalistas negros iam para revisão, para a diagramação, para as oficinas e para o fundo da redação.

“Para TV de forma alguma, talvez não fique bem, talvez não seja a cara do nosso público, talvez não agrade”. Isso tudo é preconceito. Isso tudo é racismo, é tudo um posicionamento racista internalizado nas empresas de comunicação. Enfim, nesse percurso de pesquisa, eu vou percebendo, avançando na compreensão dessa tríade — identidade e memória, identidade étnico-racial e memória, identidade étnica racial e perfil profissional, ancestralidade.

O que essa jornalista negra possui de memória ancestral, de memórias que estão mergulhadas no consciente coletivo, de memórias que estão ligadas à questão sócio-histórica do povo negro, do povo indígena brasileiro, e que precisam da atenção da

pesquisa, das pesquisadoras, como eu, e dos grupos de pesquisa que assim coordenam e promovem? Então eu venho abrindo linhas de pesquisa dentro dos editais de seleção de pós-graduação para atrair pessoas, trazer pesquisadoras e pesquisadores para estudar o perfil profissional e a identidade étnico-racial de jornalistas negras e indígenas e de comunicadoras também em outros segmentos da comunicação, como cineastas, radialistas, jornalistas de rádio, para a gente compreender melhor esse fenômeno.

Eu venho fazendo esse percurso de pesquisa. Percurso no qual, ao estudar e afinar os estudos em torno das comunicadoras, mulheres, jornalistas, publicitárias e cineastas, tenho percebido a necessidade de fazer um recorte específico, construir até mesmo a epistemologia de observação dessas comunicadoras negras e indígenas, que as vejam como negras e indígenas.

Significa vê-las na sua sócio-historicidade. Vê-las inseridas em uma rede de interrelações sócio-históricas. E nessas interrelações sócio-históricas, nós chegamos na necessidade de trazer a interseccionalidade para compreender esses perfis profissionais. E também para compreender os conceitos clássicos de barreiras profissionais nos estudos de sociologia do jornalismo, para compreender os perfis profissionais das mulheres. E pensar que, entre as mulheres jornalistas, alguns segmentos precisam de maior atenção porque passam por um maior fenômeno de interseccionalidade.

E chega o momento que eu percebo, por meio dos meus projetos de pesquisa, especialmente o projeto de pesquisa perfil e carreira das jornalistas negras brasileiras, é que nós estamos importando conceito de *glass ceiling*, o conceito de *telhado de vidro* que é um conceito importante nos estudos sociológicos da profissão, e nós o trazemos para o Brasil. Mas eu venho fazendo essa proposição conceitual, essa construção conceitual. É um conceito, portanto, em construção nas minhas pesquisas, de que o telhado de vidro das jornalistas negras e indígenas é um telhado de vidro que tem mais camadas do que o telhado de vidro das mulheres jornalistas não negras ou não indígenas. E esse maior número de camadas são camadas interseccionais.

Portanto, eu trago a perspectiva da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, que se aplica na horizontalidade. É um conceito aplicado na horizontalidade. Essa interseccionalidade, ali na metáfora que a Crenshaw, põe a mulher em uma situação de vias, de estradas que se cruzam e que interseccionam. A experiência dessa mulher nesse cruzamento de estradas varia, conforme ela está em situação de gênero como mulher; se ela está em situação étnico-racial como uma mulher negra; e se ela tem uma origem de

classe econômica específica. Nesse último caso, aí teria uma intersecção de classe também. O conceito é horizontal, e na horizontalidade que ela propôs essa metáfora, eu digo existem as barreiras horizontais também na carreira das jornalistas negras e indígenas. E essas barreiras já estarão interseccionadas em decorrência sociológica, elas estarão interseccionadas pelo seu lugar sócio-histórico de identidade racial, de gênero e de classe.

Mas se a gente olhar o telhado de vidro, que são as barreiras verticais, esse telhado de vidro também não estaria interseccionado? Tem aqui uma jornalista branca, tem aqui uma jornalista negra, tem aqui ao lado uma jornalista indígena. E o que nós dizemos, classicamente, é que existe um *glass ceiling*, existe um telhado de vidro para as mulheres no campo profissional e para as mulheres em vários campos profissionais e, também, no campo do jornalismo e ponto final.

Você pode ilustrar com alguns estudos sobre essa abordagem que você tem nomeado como o “triplo telhado de vidro” e outras barreiras na carreira das jornalistas negras brasileiras?

Sim. Um deles é o artigo *Mulheres Jornalistas e o Teto de Vidro de Gênero, raça e Classe a tensionar a Carreira das Jornalistas Negras Brasileiras*. Este trabalho eu fiz com a Alana Costa, dentro do Programa de Iniciação Científica da UnB. Esse subprojeto de Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica] integra o meu projeto no CNPq. E lá nós descrevemos as etapas de pesquisa do projeto que eu coordeno sobre jornalistas negras brasileiras na Comissão de Igualdade Racial, as Cogiras. Entrevistamos jornalistas membras das Cogiras, estudamos os portais das cogiras, nas Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial. Fazemos um histórico de como a questão da igualdade racial tem surgido no movimento sindical dos jornalistas brasileiros.

E aí, por exemplo, venho trazer aqui o depoimento de uma jornalista entrevistada, Verônica Soares, que perguntamos como que a intersexualidade surge na prática profissional dela e ela coloca assim: “Meu maior desafio, como mulher negra, é a questão da credibilidade com a chefia, dos seus superiores, entende? Porque, normalmente, pelos locais que eu já trabalhei sempre teve que ter um homem para respaldar um trabalho que eu já sei fazer. Eu trabalhei na assessoria de imprensa em que eu era responsável por tudo e, de uma hora para outra, veio um outro jornalista homem que virou chefe sabendo fazer a mesma coisa que eu, sendo que fiquei dois anos sozinha fazendo tudo. De uma hora para outra, eu não sabia fazer mais nada... E é isso, sabe? Eu acho que o maior desafio é vencer

o machismo mesmo, porque infelizmente, todos os locais que já trabalhei, os nossos próprios chefes não dão tal credibilidade, simplesmente eu acho que é por eu ser negra e ser mulher.” É o depoimento de Verônica Soares, dentre outros depoimentos que nós temos coletado na pesquisa.

Nesse mesmo artigo que está no livro da Intercom, nós ouvimos a entrevistada Leonor Costa e perguntamos para ela sobre o coletivo de mulheres negras do Sindicato de Jornalistas Profissionais do DF. Ela responde: “Ainda estamos nos organizando enquanto coletivo de mulheres, precisamos torná-lo mais orgânico e colocá-lo na agenda dos movimentos importantes do DF. Mas a nossa atuação no 8 de março teve um papel importante, pois mobilizamos muitas jornalistas para a grande marcha unificada e também levamos a contribuição como categoria para as discussões que comungaram no ato. A nossa atividade específica que marcou o mês de luta das mulheres teve o recorte racial e foi realizada em parceria com a Cogira. No momento temos participado também de atividades na Frente de Mulheres de Esquerda e do Fórum de Mulheres do DF, onde também há várias organizações negras, mulheres negras pautadas pelo enfrentamento ao racismo. Precisamos treinar mais laços”.

Então, essa série de entrevistas, que apresentamos nesse capítulo do livro da Intercom, vem somando e mostrando como a jornalista negra brasileira muitas vezes atua consciente dessa interseccionalidade, envolvendo movimento sindical, envolvendo a perspectiva de gênero, envolvendo a perspectiva étnico-racial, envolvendo a perspectiva de redução das desigualdades, portanto, a perspectiva que pensa na classe, como fenômeno social, de classe econômica, como fenômeno social a ser transformado. Então, pelo menos no caso das jornalistas mulheres brasileiras, podemos concluir que, eu digo isso lá no capítulo: “ao aplicarmos a clássica metáfora do teto de vidro como barreira de mulheres nas empresas, temos indicativos em nossos estudos de que há um teto de vidro com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interdidas pelo teto de vidro (menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo, exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais) do que as jornalistas brancas. E de que isso dá-se dentre outros fatores pela ação deste que eu tenho designado nos meus estudos, “telhado de vidro com três dimensões, raça, gênero e classe”. Em nossa reflexão, com base no processo metodológico descrito acima, concluímos que as mulheres jornalistas brasileiras enfrentam, minimamente, dois tetos de vidro. Um teto de vidro de camada única ou dupla — gênero e classe, o qual deve ter as

mulheres jornalistas brancas no processo de ascensão de carreira, visibilidade, status profissional, e um outro teto de vidro — gênero, raça e classe, que delimita e tensiona a carreira de jornalistas negras brasileiras no processo de ascensão na carreira, visibilidade, status profissional”.

Então, aqui nesse estudo, nesse capítulo no livro da Intercom, do GP Estudos de Jornalismo, eu começo a indicar que há uma diferença entre o teto de vidro das mulheres jornalistas brancas ou não negras e jornalistas negras. As jornalistas negras, no mínimo, terão uma tripla camada de teto de vidro — gênero, raça e classe. E as mulheres jornalistas não negras ou brancas podem ter uma camada a menos — gênero ou classe. E começo a ver aqui essa presença da interseccionalidade. Esse capítulo está disponível na web, ele está no livro *Desigualdades e relações de gênero e estudos em Jornalismo*, publicado pela Intercom.

Bem, posteriormente, no livro *Gênero em Pauta*, que organizei com a professora Kátia [Maria Belisário] e a professora Liliane [Machado], ambas da FAC-UnB, eu avanço mais na construção desse conceito e coloco as jornalistas negras como já está no título do capítulo que é *Excluídas dentre as excluídas*. Porque sim, nós temos uma exclusão das jornalistas em termos de visibilidade, carreira, salário, das jornalistas em relação aos jornalistas homens, das jornalistas mulheres em relação aos jornalistas homens. Mas ali nesse estudo digo que dentre as jornalistas já excluídas, há um grupo mais excluído, que é das jornalistas negras, quando comparadas com as brancas. E se trouxermos aí as indígenas, também teremos ainda um outro grupo, que é um estudo que estou colocando agora para os futuros estudos, trazer um perfil também mais aproximado, pesquisas aplicadas, empíricas em relação às jornalistas indígenas. Mas nesse artigo especificamente estou falando de jornalistas negras, excluídas dentro e excluídas em relação às jornalistas brancas. E avanço então na construção desse conceito de que esse telhado de vidro é um telhado de vidro interseccionado. Ele é um telhado de vidro interseccional de gênero, raça e classe, e ele pode ser um telhado de vidro, inclusive, que tenha outras camadas que não apenas gênero raça e classe quando falam de jornalistas negras.

Que camadas serão essas? São as camadas que vão pegar um modelo, um exemplo de jornalistas que eu tenho entrevistado. Uma jornalista que seja de origem de família de classe econômica de menor renda, portanto, ela tem um marcador interseccional de classe.

Ela é mulher, marcador de gênero, e ela é negra, marcador identitário étnico-racial. Ok, se ela se manifesta assim, se nas suas pautas, ela fala: “Vamos trazer a questão da igualdade racial, vamos fazer uma abordagem em relação aos problemas econômicos, vamos pensar na questão da mulher”, ela se manifesta como um ser consciente da sua interseccionalidade, um sujeito social consciente da sua interseccionalidade, e este telhado tende a se reforçar.

Se ela ainda, a depender do veículo que ela está, naturalmente, falar: “vamos fazer uma abordagem jornalística mais crítica, em relação a temas que todos estão normalizando, vamos fazer uma leitura crítica de uma certa situação de governo, uma certa abordagem de temática ambiental, vamos ver os fatores envolvidos...”. Ela cutuca um pouco mais, ela provoca um pouco mais uma leitura crítica, pode surgir um novo telhado de vidro para essa jornalista que é o telhado de vidro ideológico. Um telhado de vidro que resiste a um posicionamento crítico. Se uma jornalista apenas reproduz, não contextualiza e não problematiza as suas pautas, aí pode surgir um novo telhado. Mas eu avanço no raciocínio e digo que não é apenas contra essa jornalista que a interseccionalidade surge. Ela pode surgir e a jornalista pode fazer e tem feito, por exemplo, as pesquisas que fizemos também junto a um grupo de Pibic dentro do meu projeto geral de pesquisa integrado do CNPq que é sobre o lugar da jornalista negra utilizando plataformas como o Instagram, para ser uma plataforma na qual ela pode inclusive manifestar-se na sua interseccionalidade. Agora tem uma mestranda, a Vanessa Rosana, trabalhando na perspectiva do lugar das jornalistas negras no Instagram, derivando desse grande projeto integrado sobre jornalistas negras. Recuperando o raciocínio: a intersexualidade surge neste telhado de vidro como barreiras, as clássicas de gênero, raça e classe. Mas pode surgir uma outra intersexualidade, que é a ideológica, contrária a um posicionamento crítico. Esses mesmos fatores — raça, gênero e classe e pensamento crítico — podem ser articulados por essa jornalista para criar o seu espaço de fala. E aí surgem os coletivos, os blogues, até mesmo editorias em jornais tradicionais, em veículos tradicionais, em portais tradicionais, que se abrem pela necessidade do público consumidor que quer uma informação crítica, quer uma abordagem interseccional. E aí essa jornalista consegue um espaço de voz, porque tem um grupo que quer consumir uma informação que tenha o caráter interseccional, positivamente falando. Os estudos que venho realizando demonstram que a interseccionalidade manifesta-se enquanto barreira, porque o outro lado, o editor, o chefe, o gerente da empresa de comunicação não aceitam esse posicionamento da jornalista e a oprime e a exclui de

alguma forma, ou de múltiplas formas, incluindo o assédio moral e sexual, que são formas de exclusão. “Não se aproxime, se você se aproximar muito, você será vítima de assédio, eu irei assediar você, jornalista negra”. Então é uma forma de exclusão também, além de serem crimes os assédios. Mas as jornalistas negras têm construído um espaço de articulação onde a própria interseccionalidade que serviu de fator de discriminação e telhado de vidro, ou seja, de barreira horizontal ou de barreira vertical, se reorganiza enquanto coletivo, enquanto posicionamento, enquanto voz e usa esses elementos da interseccionalidade para dizer: “Sim, eu sou mulher jornalista, tenho interseccionalidade de gênero, eu sou negra, ou sou indígena, tenho uma interseccionalidade de identidade étnico-racial e eu tenho sim uma origem de classe econômica de menor renda familiar e tenho, sim, um posicionamento crítico em relação às abordagens e temáticas sociais. Mas é deste lugar da interseccionalidade que eu me manifesto por meio da minha conta do Instagram, do meu blog, do meu coletivo, da minha empresa... Eu faço empreendimento no qual essas interseccionalidades se façam presentes e se façam inclusive como alavancas e não como telhados”. Assim, fazem da interseccionalidade um modo de crescer e tornar-se visível. Vão se juntar a grupos de jovens de mulheres negras, seja no ensino médio, seja no ensino superior, de coletivos, de grupos de periferia urbana, os periferizados — tornado periferia urbana. Grupos que essas jornalistas vão trazer a interseccionalidade e a consciência da interseccionalidade. Aí está a diferença porque quando a interseccionalidade manifesta-se como telhado de vidro, ela não é vista porque é um telhado transparente, só sabe quem bate a cabeça nele, sente a dor, mas os outros não veem. Agora quando essa jornalista se manifesta por consciência, como um mecanismo de consciência histórica, ela diz: “Sim, sou mulher; sim, sou mulher negra; sim, tenho uma história familiar individual ou de grupo, porque somos um grupo de mulheres negras, um coletivo sócio-histórico de passado escravizado, de passado de exclusão. Então eu tenho consciência disso e, por estar nesse lugar, eu percebo a necessidade de ter um posicionamento crítico, sócio-histórico e crítico e é deste lugar que eu vou transformar”. Como eu transformo? Fazendo um projeto de inclusão com outras jornalistas, pautando editorias com a necessidade de trazer as pautas sobre violência, por exemplo, contra jovens negros, olhando os dados da população negra de uma forma diferente e étnica com a atenção que merece. É um outro modo dessa interseccionalidade se manifestar. É enquanto consciência sócio-histórica e não apenas como constrangimento social, não apenas como uma barreira social, mas como uma forma

de ao me tornar consciente historicamente dessas barreiras e transformá-las em uma pauta para a mudança social. É o que eu tenho visto nestas jornalistas que estou entrevistando.

Um dos desafios da academia é alinhar pesquisa, extensão e ensino e você vem desenvolvendo o tripé com maestria, envolvendo ações interseccionais de raça, etnia e gênero, reconhecidos nacionalmente. Entre as ações destacamos sua atuação na comissão de cotas da UnB e na idealização do projeto *Cartas para o Amanhã*. Poderia contar sobre esses projetos e como os estudos interseccionais de Lélia Gonzalez contribuíram para essa construção?

Bem, o projeto *Cartas para Amanhã* surge da minha constatação estudando jornalistas negras e feministas negras brasileiras, especialmente com foco no caso do feminismo negro na obra de Lélia Gonzalez, na sua história de vida e no modo de trabalho. Porque Lélia é um mito fundador importante dentre as jornalistas negras brasileiras que têm atuação política, que têm atuação crítica. E aí chega o conceito de *vigilância comemorativa*, que é um conceito de [Pierre] Nora, e que é o conceito de tirar do esquecimento grupos ou indivíduos ou acontecimentos históricos por meio da prática de vigilância comemorativa. Por meio da comemoração, da celebração, então você cria um prêmio, você cria um blogue, você nomeia um edifício, você faz um ato comemorativo para dizer que isso (pode ser uma pessoa, pode ser acontecimento histórico, pode ser um grupo) não deve ser esquecido. Então é o conceito de vigilância comemorativa que eu trouxe de Nora e vi esse conceito aplicando-se no meu estudo em relação à memória de Lélia Gonzalez. Foi feito um grande empreendimento e meu estudo vem somar esse empreendimento que é: não devemos esquecer Lélia. Agora isso me desdobrou um outro raciocínio: por que esquecemos?

Por que nós temos sempre que lá adiante fazer uma prática de voltar para comemorar, mas a que horas que a gente esquece? A gente esquece no presente, a gente não esquece no futuro. É no presente que você deixe de prestar atenção em algo, para que lá adiante, passada meia década, nós dizemos: “nossa, deveríamos ter dado atenção a tal assunto, a tal personagem”.

Então, se a prática da vigilância comemorativa é necessária, por que nós esquecemos? O esquecimento acontece no presente, no futuro, quando vamos recuperar, é que nós vamos perceber que esquecemos enquanto sociedade. Eu falei: “Então vamos fazer, colocar na empiria da pesquisa, práticas de observação no presente, mapeamento e cartografias. Vamos dar visibilidade a essas jornalistas negras e a outras mulheres negras

de outras profissões agora para que, daqui a 50 anos, não precisem ser localizadas nessa poeira do esquecimento histórico. Elas já estarão visibilizadas”.

E daí surgiram duas iniciativas, como subprojetos, esse grande projeto integrado. Uma foi viabilizada por um edital da Editora UnB pelos 60 anos da UnB e da editora. Um edital público e aberto, com tudo que uma editora grande faz. E eu convidei a professora Débora Santos, uma colega e amiga, para inscrevermos a proposta que eu tinha formulado. E ela me ajudou a finalizar a proposta para colocarmos as histórias das mulheres cotistas negras da UnB. Algumas jornalistas, mas não só jornalistas. Temos no livro advogadas, biotecnólogas, cientistas sociais etc. Então nós propusemos ao edital uma obra no sentido de evitar o esquecimento, o silenciamento. E trouxemos depoimentos de mulheres negras cotistas na construção da Universidade de Brasília.

O livro chama-se *Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB*. Ele está disponível para download gratuito³ no site da editora UnB e ele vai nessa plataforma de dar visibilidade enquanto os fenômenos ocorrem. É um papel da pesquisa também dar visibilidade naquela perspectiva que falamos anteriormente de fazer nucleações na periferia das temáticas *mainstream*. E essas nucleações tornam-se novas centralidades. Então nós esperamos que esse livro inaugure uma nova centralidade que é: vamos registrar as histórias das mulheres cotistas negras não só na UnB, mas no Brasil. Vamos registrar as histórias das mulheres cotistas negras jornalistas também, que é a minha temática principal de estudo, mas não só. Tornará uma nova centralidade, registrar as histórias das mulheres cotistas negras do Brasil? Só o tempo dirá, porque depende da adesão de outras pesquisadoras e pesquisadores, porque uma andorinha sozinha não faz verão. Portanto, uma jornalista, uma pesquisadora sozinha negra que sou eu, não farei verão. Nós procuramos propor, inovar e mostrar que há possibilidade por esse caminho, que há possibilidade de surgir uma nova centralidade, por exemplo, observar as histórias das mulheres negras jornalistas no Brasil. Conseguiremos daqui a uma década ter muitos estudos sobre jornalistas negras no Brasil?

Somente os estudos que eu realizo, organizo e coordeno, que são muitos, mas não são suficientes. É necessário formarmos núcleos em várias universidades e territórios brasileiros em várias dimensões. Ensino, pesquisa, extensão, iniciação científica, graduação, pós-graduação, pós-doc. Agora eu estou com a perspectiva de dois pós-doc

³ Disponível em: <https://bit.ly/4axdaqw>.

previstos para 2024 sobre jornalistas negras. Mas convido, precisamos ter mais grupos, mais redes integradas, trabalhando essa temática.

Nessa perspectiva de trabalhar a pesquisa aplicada no presente para evitar o quanto for possível o esquecimento das mulheres negras brasileiras, jornalistas ou não jornalistas no futuro, eu criei e coordeno um outro projeto que é o projeto *Cartas para o Amanhã*⁴. Este projeto é essencialmente de ensino, pesquisa e extensão, no qual as estudantes e os estudantes de graduação têm um forte protagonismo por ser de extensão. Nós estamos escrevendo cartas para o amanhã, o que é isso? É um projeto que também nasceu no marco dos 60 anos da Universidade de Brasília. Tem o Instagram, tem vídeos também já prontos e publicados, tem cartas publicadas. E nesse projeto, nós convidamos pessoas da comunidade em geral — da comunidade universitária e da comunidade não universitária, para escrever cartas destinadas às mulheres negras, indígenas e quilombolas, em caso de negras brasileiras ou internacionais, porque a UnB recebe muitas estudantes de países africanos, principalmente de língua portuguesa ou novas estudantes negras brasileiras sejam de origem urbana ou origem quilombola, ou de origem indígena após o primeiro ano dos 60 anos da UnB. E as cartas dizem o que é a UnB, mas a narrativa é livre.

Muitas cartas começam assim: “Querida pretinha, você não me conhece, mas eu sou uma estudante da UnB, segundo o semestre, ou formanda, ou sou negro ou não sou negra. A UnB é um lugar de transformação, a UnB é um lugar de construção, nós temos aqui uma política de cotas. O Brasil passa por um momento X, Y ou Z... Nós temos aqui legislações protetivas...” e cita, inclusive, a Lei Maria da Penha em algumas cartas. “Nós temos um movimento negro estudantil, venha para a UnB. Eu espero que você chegue aqui, não sei em que momento você vai ler essa carta, pós 60 anos, mas eu desejo que você se realize na UnB, que você seja feliz, crie seus grupos de amigos, também seja uma voz crítica em relação a tudo que precisa ser transformado, etc.”.

E a maioria das cartas coloca a UnB como um lugar que te pertence. A UnB é um lugar que você tem direito de pertencer. A UnB é um lugar que você pode transformar e você pode fazer da UnB um lugar seu. Então as cartas falam muito de esperança, falam muito de resistência, e de pontos críticos também, mas essencialmente de esperança, de quanto que uma universidade é e pode ser um lugar de acolhimento e pertencimento. Ainda

⁴ Informações sobre o projeto *Cartas para o Amanhã* estão disponíveis na página do Instagram: https://www.instagram.com/_cartasparaoamanha/

estamos recebendo cartas, está aberto para cartas até final de 2023. Depois será transformado em um livro com todas as cartas e o nosso público são os próximos 60 anos de mulheres negras, indígenas e quilombolas, que venham para a Universidade de Brasília.

É uma outra forma de combater o esquecimento, porque uma mulher negra ou indígena ou quilombola que chegar e vier a ser aluna na UnB em 2073, por exemplo, daqui a 40 anos, a maioria dessas mulheres ainda nem nasceu, porque a maior parte que chega na UnB está entre 18 e 25 anos, portanto ainda não nasceu em 2023 e chegará aqui em 2073. Quem estão vivos são os pais e mães delas, que já nasceram. Mas nós já não nos esquecemos delas, já estamos falando com elas. É uma abordagem filosófica de dizer: “Você ainda não nasceu, mas eu já vejo você, nova e futura estudante negra, indígena e quilombola da UnB. Portanto eu não irei me esquecer de você. Eu, não eu, professora Dione Moura, mas eu qualquer uma das pessoas remetentes dessas cartas já não estamos nos esquecendo de uma jovem que ainda não nasceu”. É uma outra forma de nós evitarmos o esquecimento.

E a pesquisa, desde que entenda que tem um compromisso ético com os fenômenos sociais, ela pode promover reflexões mais aprofundadas, menos acomodadas. O que seria acomodação, as jornalistas negras e brasileiras não são conhecidas. Ponto final. A pesquisa pode se colocar em um posicionamento de práxis e dizer: “Então vamos falar quem são as jornalistas negras e brasileiras, vamos descrevê-las. Vamos contar suas histórias, vamos falar quem são as mulheres negras cotistas que estão construindo a UnB”, ao invés de apenas dizer que não temos visibilidade. Temos uma geração de pesquisadores profissionais negras no Brasil, formadas no sistema de cotas, e ninguém conta a história delas e também não irei fazê-lo. Não, ninguém conta a história delas e o nosso projeto de pesquisa pretende fazer e estamos fazendo. Uma pesquisa comprometida com a práxis ética.

Fica o convite a nossas leitoras e leitores para acessarem esses materiais e dialogarem, darem *feedback* e somarem nessa rede que estamos propondo como novas centralidades e temas de pesquisa que tem sido colocado na periferia epistemológica. Tudo tem seu momento, tudo tem seu objetivo histórico e tem seu objetivo sócio-histórico também e propomos inaugurar novas centralidades.

Referências

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. da. Mulheres jornalistas e o “teto de vidro gênero/raça/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 193-207.

MOURA, D. O.; SANTOS, D. S. **Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB**. Brasília: Editora UnB, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4axdagw>. Acesso: 20 dez. 2023.

MOURA, D. O. 20 anos de SBPJor e 20 anos de cotas UnB: uma trajetória afrocentrada em defesa do jornalismo de qualidade e da inclusão. In: BACCIN, A. [et. al.]. Entre crises e (re)construções: a pesquisa em jornalismo 20 anos depois. Brasília, DF: SBPJor, 2023. p. 29-37. Disponível em: <https://bit.ly/41yR8px>. Acesso: 20 dez. 2023.

Detetive, antropólogo, arqueólogo: múltiplas funções em *A arte da biografia*

Felipe Adam¹

NETO, Lira. **A arte da biografia**: Como escrever histórias de vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Em dezembro de 2022, a Companhia das Letras lançou no mercado editorial duas obras técnicas a respeito da construção da narrativa biográfica. Mineiro radicado no Rio de Janeiro, Ruy Castro (2022) reuniu em *A vida por escrito* as técnicas aplicadas nas biografias do jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues, do ex-jogador de futebol Manoel Francisco dos Santos — o Garrincha, e da artista Maria do Carmo Miranda da Cunha — a Carmen Miranda, e os posteriores ensinamentos realizados ao longo dos cursos que ofertou no Instituto Estação das Letras e no b_arco; já o cearense João de Lira Cavalcante Neto, o Lira Neto, concebeu a obra *A arte da biografia* tanto como um registro histórico quanto uma revelação dos bastidores de suas produções literárias. Mais do que um manual, optou-se em resenhar esta obra por dois motivos: primeiro, pelo fato de trazer um contexto aprofundado sobre o passado do gênero, origens, motivações e tendências; segundo, pelo autor também enveredar pela academia, embora o livro não venha com preciosismos da ABNT.

A pós-graduação em Comunicação ou Jornalismo sempre virou o rosto para a biografia. Entidades como a Intercom, a Compós, a SBPJor e até a Rede Alcar reúnem pouquíssimas apresentações a respeito da temática, de acordo com o histórico dos anais nos respectivos eventos. O mesmo aspecto se observa nas defesas em caráter *strictu sensu*, todavia, alguns nomes se destacam quando o assunto é livro-reportagem ou biografia: além de Edvaldo Pereira Lima, com a obra *Páginas ampliadas* e Sergio Vilas Boas, com *Biografismo*, referências nacionais no campo biográfico jornalístico, observam-

¹ Jornalista e doutorando em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, desenvolve pesquisa a respeito da produção biográfica de jornalistas mulheres. E-mail: felipeadam91@gmail.com.

se as teses dos docentes Monica Martinez², Karine Moura Vieira³ e Alexandre Maciel⁴, dada a contribuição singular delas para o estudo das narrativas biográficas.

Jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica (PUCSP) e doutorando em História na Universidade do Porto, em Portugal, Lira Neto tem elaborado uma tese a respeito da biografia como escrita da história. Antes de ingressar na pós-graduação, o jornalista biógrafo já era reconhecido pela vasta obra, uma bagagem com mais de dez livros escritos, a começar por *O Poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo* (Edições Demócrito Rocha, 1999). Em *Castello: a marcha para a ditadura* (Contexto, 2004; Companhia das Letras, 2019), reconta-se a trajetória do primeiro presidente que inaugurou a ditadura militar, Humberto de Alencar Castelo Branco. Na sequência, veio *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar* (Globo, 2006) e *Maysa: só numa multidão de amores* (Globo, 2007; Companhia das Letras, 2017). Seu próximo livro sairia na Companhia das Letras, *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão* (2009), na ocasião dos 75 anos do falecimento do sacerdote Cícero Romão Batista. Getúlio Vargas foi seu último biografado, um protagonista repleto de nuances, qualidades e defeitos. Para tentar esquadriñar aquele que esteve mais à frente do governo brasileiro na história republicana, Lira propôs uma trilogia. O primeiro tomo, *Getúlio (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder* (2012), foi lançado na ocasião dos 130 anos de nascimento do pai dos pobres; o segundo, *Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo* (2013) sairia no ano seguinte e o terceiro volume, *Getúlio (1945-1954): da volta pela consagração popular ao suicídio* (2014), quando se completaram seis décadas da noite fatal no Palácio do Catete.

Ao lado de Fernando Morais e Ruy Castro, Lira Neto é um dos biógrafos mais reconhecidos no país. O conjunto da obra ajudou a popularizar o gênero e tornar esse segmento editorial um nicho de produção e vendagem. A procura por biografias e — por livros-reportagem temáticos — fez com que acadêmicos ou profissionais do mercado ofertassem cursos a respeito do assunto. Em 2005, o professor Edvaldo Pereira Lima criou a Associação Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL), por meio da qual realizou a Pós-Graduação em Jornalismo Literário em São Paulo (SP) e Curitiba (PR).

² A *Jornada do Herói: Estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em Jornalismo*, defendida em 2002.

³ *Do Fazer um Saber: A construção do biografar - O discurso de autoria sobre a prática jornalística na produção de biografias por jornalistas brasileiros*, apresentada em 2015.

⁴ *Narradores do contemporâneo: Jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil*, defendida em 2018.

Na capital paulista, a Universidade do Livro, que integra a Fundação Editora da Unesp promove workshops e palestras a respeito da indústria livreira. Diante do fenômeno biográfico, já conteve em seu catálogo os cursos “Obras em domínio público; as biografias; utilização de conteúdos digitais” em agosto de 2015; “O trabalho do *ghostwriter*”, em julho de 2019; “Imersão em *ghostwriting*: teoria e prática” em agosto de 2019. Ainda em São Paulo, o Instituto Vera Cruz⁵ oferece uma pós-graduação em Formação de Escritores na qual um dos núcleos de estudo é a Não Ficção Literária. Lira Neto — assim como outros jornalistas biógrafos, como Mario Magalhães, Josélia Aguiar e Karla Monteiro — antes de retornar ao Brasil, também ofertou alguns cursos em Portugal sobre o ofício do biógrafo ao longo de 2022, inspirados nas orientações que viria lançar ao final do mesmo ano.

A arte da biografia possui 192 páginas, divididas em sete capítulos, além da introdução. Um dos diferenciais dessa obra é o histórico sobre os pioneiros biógrafos, os significados do gênero ao longo dos séculos, os conceitos que foram alterados com o tempo, presentes no primeiro capítulo — chamado “Breve ‘biografia’ da biografia”. O segundo — “O que quer e o que pode a biografia?” — aborda as funções da biografia, mas também as motivações do biógrafo. “Impossível dedicar anos de investigação a um tema pelo qual não se tenha curiosidade e desejo de melhor entendê-lo. [...] Não acredito em pesquisa sem paixão” (Lira Neto, 2022, p. 64). Em “Por onde começar a pesquisa?”, têm-se uma revelação dos bastidores da investigação, planejamento e organização. Lira Neto (2022) cita a revisão bibliográfica, a pesquisa iconográfica e também outras narrativas biográficas, como autobiografias, cartas e diários. Para o autor, o perfil de um biógrafo deve constar características que o tornem atento aos detalhes.

Gosto de imaginar o biógrafo — e o pesquisador do passado, de modo geral — como um investigador dotado de um senso de detetive e um olhar de antropólogo, mas também munido do espírito do arqueólogo, profissional que, a partir da leitura de fragmentos e restos materiais, busca reintegrá-los em determinado contexto histórico, cultural, econômico e social, por meio de modelos de interpretação. Método que não dispensa considerável esforço físico na fase da pesquisa de campo, notória carga de intuição na coleta de material e inevitável dose de subjetividade para analisá-lo por meio de aportes transdisciplinares (Lira Neto, 2022, p. 100).

⁵ Disponível em: <https://site.veracruz.edu.br/instituto/formacao-de-escritores/>. Acesso em 16 mai. 2023.

No capítulo seguinte, “O leitor não pode cochilar”, Lira Neto (2022) orienta como atrair o leitor pela escrita e o mantê-lo atento durante a leitura. Ele refuta a ideia de conceber a narrativa de maneira cronológica; pelo contrário, sugere que o futuro biógrafo possa se aventurar na descrição dos prólogos, seção em que se há duas funções em especial: deslocar o leitor a uma visão posterior do enredo, a fim de apresentar os motivos do protagonista receber uma homenagem numa biografia e outro aspecto “[...] é atualizar a trama a ser contada, até para demonstrar que a pesquisa histórica e o conhecimento do passado não são atividades de meio antiquarismo, simples compilação de historinhas anedóticas” (Lira Neto, 2022, p. 111). Outra forma de fisgar o leitor ao longo de uma volumosa biografia é abusar das descrições das personagens, já que elas existiram. Para isso, é necessário se certificar de que os detalhes nunca são demasiados. Reunir informações sobre os aspectos físicos, psicológicos, hábitos, vestuários, modos de falar soam como uma espécie de *prontuário individual* (Lira Neto, 2022). À medida que as minúcias são numeradas, mais persuasivo será para o leitor a concepção de um livro biográfico.

Após induzir o leitor com elementos que indiquem a composição da obra, Lira Neto (2022) revela possíveis dicas em como construir uma boa narrativa no capítulo seis, “A narrativa é um cavalo — e o narrador tem as rédeas”. Ao invés de descrições excessivas, opta-se por verbos de ação e, se possível, mantenha a mesma quantidade de páginas por capítulo. O autor ainda conta que uma de suas estratégias é a aplicação de epígrafes, frases breves que sintetizam a natureza do que será lido a seguir. Também recomenda que o desfecho dos capítulos apresente uma coerência com a continuação do seguinte. “Costumo introduzir um *gancho*, para ser explorado no capítulo subsequente, procurando erigir pontes de um para outro. Para segurar o leitor, não se deve entregar-lhe tudo de vez, mas sempre deixá-lo curioso em relação à continuidade da história” (Lira Neto, 2022, p. 125).

Por fim, busca respostas para a pergunta título do sétimo capítulo, “Quais os limites éticos do biógrafo?”. Para isso, confia em alguns meandros de algumas de suas biografias, como a confiança de Jayme Monjardim em conceder um baú de materiais e objetos da mãe, Maysa, protagonista de uma das biografias de Lira; as insistências ora teimosas ora pacientes de acesso aos materiais sobre o general Castello Branco, guardados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). “Escrever sobre o outro exige o exercício permanente da alteridade, sem disso derivar a abdicação à

criticidade” (Lira Neto, 2022, p. 145). Da mesma forma, dar preferência ao silêncio também é uma forma de preservar o biografado de situações jocosas por parte do público. “Não escrevo biografias para devassar segredos alheios. Escrevo-as para tentar captar e decifrar os sentidos de uma vida” (Lira Neto, 2022, p. 148). A decisão de publicar aspectos da intimidade, pitorescos ou até eróticos passa pelo juízo do biógrafo em observar se as informações são pertinentes e, ainda confiáveis.

Por meio das postagens do *Instagram* (@_liraneto), descobre-se que o autor já está mergulhado em duas pesquisas concomitantes sobre a trajetória do modernista Oswald de Andrade e do músico Luiz Gonzaga. Também foi convidado a assumir a função de pesquisador do projeto Memória do Jornalismo Brasileiro Contemporâneo, vinculado ao Centro de Memória do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), fato mais do que necessário e urgente, já que se tem poucos acervos disponíveis a investigadores e os que existem são de propriedade privada de alguns periódicos — assim, a disponibilidade é restrita apenas a assinantes.

Da mesma forma como Lira Neto e Ruy Castro refletiram sobre o significado da biografia e revelaram um pouco da experiência do ofício — atitude de autoria semelhante descrita por Gay Talese em *Vida de escritor* (Companhia das Letras, 2009) ou Paulo Cesar de Araújo, na obra *O réu e o rei* (Companhia das Letras, 2014), recomenda-se a realização de um ensaio ou de um livro didático, aos moldes de Lira Neto (2022) e Castro (2022), para outro biógrafo de reconhecimento nacional, Fernando Morais, autor de livros sobre a trajetória de Olga Benário, Assis Chateaubriand, Casimiro Montenegro Filho, Paulo Coelho e Luiz Inácio Lula da Silva.

A obra não faz apontamentos para o futuro, nem discute tendências comerciais. Porém, ela engloba um vasto cabedal de referenciais bibliográficos, tanto nacionais quanto estrangeiros. Essa união de saberes, mesclada ainda com a experiência do repórter biógrafo, promove uma nova interpretação a respeito da função biógrafo no mercado editorial brasileiro. Embora seja motivo de orgulho a publicação de um livro como esse para o campo do Jornalismo, denota-se a urgência cada vez mais intensa de englobar o estudo biográfico com inclusões das mulheres, negros, latinos ou descendentes de povos minoritários. O gênero biográfico, que se originou da carência em registrar as conquistas e preservar o legado de estadistas e militares, se tornou uma fábrica de heróis. Durante séculos, a arte biográfica foi parcial e atendeu a uma necessidade pudica de enaltecer modelos de comportamento. Cabe aos pesquisadores e

a futuros jornalistas biógrafos darem espaço aos sujeitos passivos e às vozes inaudíveis. Afinal, quem merece ser eternizado em uma biografia?

Ficha Técnica

Título: *A arte da biografia: como escrever histórias de vida*

Autor: Lira Neto

Editora: Companhia das Letras

Ano: 2022

Número de páginas: 192 p.

Tamanho: 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-5921-354-2

Referências

CASTRO, R. **A vida por escrito:** Ciência e arte da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NETO, L. **A arte da biografia:** Como escrever histórias de vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Submissão: 26 de mai. 2023

Aceite: 14 de set. 2023.

Impactos da Inteligência Artificial no jornalismo

Francilene de Oliveira Silva¹

TEJEDOR, Santiago et al. **La inteligencia artificial en el periodismo**. Mapping de conceptos, casos y recomendaciones. Barcelona: Editorial UOC, 2023.

Em um cenário em que as mudanças tecnológicas impactam as diversas etapas do fazer jornalístico, o uso da Inteligência Artificial (IA) vem causando transformações ainda não reveladas por completo.

É sobre essa temática que versa o livro *La inteligencia artificial en el periodismo. Mapping de conceptos, casos y recomendaciones*, disponível na plataforma Amazon (versão e-book a R\$ 31,95), escrita em espanhol (ainda sem tradução para o português), coordenada por Santiago Tejedor, docente, jornalista e diretor do Gabinete e do Departamento de Jornalismo e Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). Trata-se do resultado da pesquisa ganhadora, em 2021, da XI edição do *Premio de Investigación Universitaria Prensa Comarcal*, da *Asociación Catalana de la Prensa Comarcal* (ACPC) e da *Red Vives de Universidades*.

O estudo, que deriva de uma pesquisa acadêmica desenvolvida entre 2021 e 2022, reflete sobre o impacto, possibilidades e desafios que a inteligência artificial apresenta ao jornalismo. Para isso, traz um mapeamento com mais de cem experiências sobre o uso de inteligência artificial no jornalismo em todo o mundo, apresenta autores, entrevista especialistas e acadêmicos, explica os conceitos-chave para entendermos a tecnologia, indica casos e notícias que discorrem sobre o tema. O autor busca um enfoque crítico tentando perceber as vantagens, possibilidades, assim como as ameaças ou pontos a que o campo deve estar atento.

¹ Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o grupo de pesquisa Hiperídia e Linguagem - Nephi-Jor. E-mail: oliveirafrancilene@gmail.com

Por se tratar de uma cartografia, o mérito está em um panorama geral e global em que podemos conhecer países e meios de comunicação que já estão usando a tecnologia, com quais finalidades e resultados. Sobre essa metodologia o autor diz que "as cartografias nos ajudam a organizar, ler e compreender o mundo. Sabemos que são construções e que carregam ideologias. Sempre deixam alguém ou algo de fora. Mas são úteis, especialmente quando alguém se aventura a viajar para um território. Também quando é um local desconhecido" (tradução nossa)².

A abordagem do uso da inteligência artificial no jornalismo é ampla, desde a utilização para personalização de notícias até a produção de conteúdo. A experiência realizada pelo jornal norte-americano *Los Angeles Times* com o software *Quakebot* é destacada como o primeiro uso de IA para produção de notícias dentro de uma redação. O *bot*, capaz de escrever textos jornalísticos de maneira automática, foi o primeiro a noticiar em 17 de março de 2014 um terremoto a partir de dados do United States Geological Survey (USGC), instituição do governo que fornece informações em tempo real sobre impactos do clima.

A obra também investiga possibilidades do uso de IA no jornalismo local, que, em muitas partes do mundo, enfrenta diminuição do número de leitores, perda de renda e concentração midiática. Para isso, são entrevistados editores de jornais locais na Espanha. A pesquisa traz recomendações e um roteiro para inclusão da IA aplicada a empresas de comunicação locais.

Outra abordagem do livro é a necessidade de redefinição de perfis dos jornalistas em nível de habilidades e competências e o desafio permanente das faculdades de comunicação e jornalismo sobre a formação dos futuros profissionais. Para Ramón Salaverría, professor de jornalismo na Universidade de Navarra, entrevistado na pesquisa, as qualidades clássicas do jornalismo se tornam mais necessárias do que nunca e a verificação, por exemplo, é uma tarefa de importância renovada.

Outras habilidades apontadas por pesquisadores entrevistados como Pilar Sánchez, da Universidade de Valladolid, são as destrezas linguísticas (em um contexto em que o algoritmo assume um papel de protagonismo), técnicas (conhecimento de programação e

² No original: "Las cartografías nos ayudan a ordenar, leer y entender el mundo. Sabemos que son constructos y que arrastran ideologías. Y que siempre dejan fuera a alguien o algo. Pero son útiles, especialmente cuando uno se aventura a viajar hacia un territorio. También cuando se trata de un enclave desconocido."

manejo de software específico) e a importância do pensamento crítico (que se relaciona com a capacidade de interpretar um pensamento mais humanista).

Patricia Ventura Pocino, da Universidade Autônoma de Barcelona, aponta que a ética deve ser um aspecto muito presente nos debates, planos estratégicos e iniciativas dirigidas a transformar a mídia e seus processos para este novo campo. Jesús Flores, professor e pesquisador da Universidade Complutense de Madrid, declara que não se pode seguir ensinando e formando em tecnologias obsoletas ou que ainda mantêm rotinas próprias do século passado. Por fim, Ainara Larrondo, docente e pesquisadora da Universidade do País Basco, destaca que os jornalistas do futuro necessitarão de uma grande capacitação emocional, empática e psicológica.

Ao término da leitura, é fácil concordar com o prefácio do pesquisador e professor Ramón Salaverría, "este é um livro que permite antecipar o futuro, graças a uma visão detalhada do que existe hoje e do que se prepara para amanhã" (tradução nossa)³.

Para finalizar, Tejedor salienta que a Inteligência Artificial chega de forma contundente, mas alguns requisitos devem sempre ser lembrados: os princípios fundamentais do jornalismo, promover um trabalho pedagógico sobre a tecnologia sem esquecer suas ameaças e entender que as histórias continuam sendo o mais importante.

174

Ficha Técnica

Título: *La inteligencia artificial en el periodismo. Mapping de conceptos, casos y recomendaciones*

Organizador: Santiago Tejedor

Editora: Editorial UOC

Ano: 2023

Número de páginas: 192 p.

ISBN 978-8491809807

Submissão: 29 de set. 2023

Aceite: 20 de dez. 2023.

³ No original: "Se trata de un libro que permite anticiparse al futuro gracias a una panorámica detallada de lo que hoy existe y de lo que se prepara para mañana."